

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

SUBSÍDIOS AO DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO
DO PARANÁ - AGRICULTURA - 2ª FASE
VOLUME II

CURITIBA
MARÇO/1980

SUMÁRIO

VOLUME I

I - OBJETIVO E ENFOQUE TEÓRICO.....	6
1 - A ECONOMIA BRASILEIRA - UM PRESSUPOSTO.....	12
2 - DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL X EXPANSÃO AGRÍCOLA.....	19
II - EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS DE ÁREAS OCUPADAS E	
EXPLORADAS.....	23
1 - AGREGADOS NACIONAIS.....	23
1.1 - ÁREA ENVOLVIDA NA PRODUÇÃO.....	24
1.2 - INTENSIDADE DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA.....	27
1.3 - POPULAÇÃO E PRODUTO REAL.....	30
2 - AGREGADOS REGIONAIS.....	35
2.1 - ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS.....	35
2.2 - ÁREA EXPLORADA TOTAL.....	38
2.2.1 - Área de Lavouras.....	40
2.2.2 - Área de Pastagens.....	42
2.3 - RELAÇÃO DAS DIVERSAS CATEGORIAS DE ÁREA	
COM A ÁREA TOTAL DAS REGIÕES.....	47
2.3.1 - Área Total dos Estabelecimentos como	
Proporção da Área Total das Regiões.....	47
2.3.2 - Área Explorada Total como Proporção da	
Área Total das Regiões.....	50
2.3.3 - Área de Lavouras e de Pastagens como	
Proporção da Área Total das Regiões.....	53

2.4 - RELAÇÕES ENTRE AS CATEGORIAS DE ÁREA EXPLO-	
RADA E A ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS.....	55
2.5 - A VELHA E A NOVA "FRONTEIRAS AGRÍCOLAS".....	60
3 - AGREGADOS ESTADUAIS.....	66
3.1 - ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS.....	67
3.2 - ÁREA EXPLORADA TOTAL.....	70
3.3 - ÁREA DE LAVOURAS.....	73
3.4 - ÁREA DE PASTAGENS.....	76
3.5 - RELAÇÃO DAS DIVERSAS CATEGORIAS DE ÁREA	
COM A ÁREA TOTAL DOS ESTADOS.....	81
3.5.1 - Área Total dos Estabelecimentos como	
Proporção da Área Total dos Estados.....	81
3.5.2 - Área Explorada Total como Proporção da	
Área Total dos Estabelecimentos agro-	
pecuários dos Estados.....	83
3.5.3 - Área com Lavouras e com Pastagens.....	84
III - EVOLUÇÃO DAS LAVOURAS POR GRUPOS DE CULTURA,	
A NÍVEL REGIONAL E ESTADUAL.....	87
I - CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA -	
REFERENCIAL TEÓRICO.....	93
1.1 - CARÁTER EXTENSIVO DA AGRICULTURA E	
SEUS RESULTADOS.....	98
1.2 - A AGRICULTURA COMO PARTE DE UMA ECONOMIA	
CAPITALISTA EM DESENVOLVIMENTO.....	100
2 - REGIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.....	105
2.1 - EVOLUÇÃO REGIONAL DA PRODUÇÃO.....	105
2.1.1 - Distribuição Inter-Regional por Grupos	
de Cultura.....	106
2.1.2 - Composição Interna da Produção Regional.....	108

2.1.3 - Evolução à Base de Índice Simples.....	115
2.1.4 - Conclusões Parciais.....	122
2.2 - ANÁLISE A NÍVEL DE ESTADO.....	124
2.2.1 - Participação dos Estados na Produção Na- cional, por Grupos de Produtos.....	124
2.2.2 - Composição Estadual da Produção.....	132
2.2.3 - Evolução Percentual - Por Grupos de Pro- dutos.....	137
2.3 - EVOLUÇÃO DAS CULTURAS.....	147
3 - CONCLUSÕES.....	160

VOLUME II

IV - PECUÁRIA BOVINA NO CONTEXTO DA UNIFICAÇÃO DA ECONOMIA.....	172
1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA PECUÁRIA BOVINA.....	173
2 - DISTRIBUIÇÃO DA PECUÁRIA BOVINA POR ALGUNS ESTADOS SELECIONADOS.....	178
3 - CONCLUSÕES.....	187
V - EVOLUÇÃO INTER-REGIONAL E INTERESTADUAL NAS EX- PORTAÇÕES.....	206
1 - LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	209
2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, NO PERÍODO 1947/75.....	210
3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS TOTAL E POR GRAUS DE ELABORAÇÃO, NO PERÍODO 1972/77.....	213
4 - IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS EXPORTAÇÕES REGIONAIS DE PRODUTOS BÁSICOS E INDUSTRIALIZADOS, NO TO- TAL GERAL EXPORTADO PELO PAÍS.....	219

5 - IMPORTÂNCIA RELATIVA DE ALGUNS ESTADOS SELECIONADOS NA EXPORTAÇÃO NACIONAL, NO PERÍODO 1947/75.....	222
6 - IMPORTÂNCIA RELATIVA DE ALGUNS ESTADOS SELECIONADOS NA EXPORTAÇÃO NACIONAL TOTAL DE PRODUTOS BÁSICOS E INDUSTRIALIZADOS, NO PERÍODO 1972/77.....	225
7 - IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS EXPORTAÇÕES ESTADUAIS DE PRODUTOS BÁSICOS E INDUSTRIALIZADOS, NO TOTAL GERAL EXPORTADO PELO PAÍS.....	231
8 - IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS ESTADOS SELECIONADOS NAS EXPORTAÇÕES NACIONAIS DE ALGUNS PRODUTOS AGRÍCOLAS E SEUS SUBPRODUTOS, NO PERÍODO 1972/77.....	234
9 - CONCLUSÕES.....	241
VI - CONCLUSÕES FINAIS.....	251
1 - EXPANSÃO DA AGRICULTURA NO PERÍODO 1940/75.....	251
2 - ANÁLISE REGIONAL.....	267
3 - O PARANÁ NA AGRICULTURA NACIONAL.....	288
4 - A FRONTEIRA AGRÍCOLA DO PARANÁ.....	296
5 - EXPANSÃO DA PECUÁRIA NO SUDESTE.....	298
ANEXO ESTATÍSTICO.....	303
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	382
EQUIPE TÉCNICA.....	384

IV - PECUÁRIA BOVINA NO CONTEXTO DA UNIFICAÇÃO DA ECONOMIA

A preocupação em introduzir um item específico para estudar a pecuária bovina no Estado, decorreu da grande importância que a mesma vem assumindo nas últimas décadas - dentre os Estados da União, o Paraná foi o que apresentou a maior expansão do rebanho, no período 1940/75, apesar do seu rebanho ser muito pequeno no início do período - como também pela sua característica histórica de grande expansão, à medida que um país industrializa-se, e a conseqüente implicação que decorre para as regiões e/ou Estados, nas quais este processo acusa menos ímpeto. Quanto a este último aspecto, SINGER¹ reforça o argumento, afirmando: ... "Os que vivem em cidades consomem mais carne e produtos de origem animal, (laticínios, ovos, etc.) além de frutas e verduras, ao passo que os que vivem na zona rural consomem maior quantidade de alimentos protéicos, como cereais, raízes, etc.". Nota-se portanto, a importância que assume a pecuária no atendimento de uma demanda crescente das sociedades que se capitalizam e se urbanizam.

¹SINGER, Paul - Dinâmica Populacional e Desenvolvimento ed. CEBRAP, p. 118 e 119 - 1970 - São Paulo.

Na primeira fase deste trabalho ficou evidenciado que, com a unificação da economia nacional, era de se esperar que as atividades agrícolas das regiões e/ou Estados caminhassem gradativamente para uma crescente especialização em determinados produtos que encontrassem condições naturais e econômicas de expansão. O objetivo a que se propõe esta parte do trabalho, é justamente verificar se a pecuária bovina se enquadra neste processo, como ocorreu com as atividades agrícolas. Num segundo momento, pretende-se também investigar o comportamento da pecuária bovina paranaense à medida que o Estado aumenta a sua inserção na economia capitalista nacional.

1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA PECUÁRIA BOVINA

Para a análise do crescimento do rebanho serão utilizados os dados censitários referentes a 1950, 60, 70 e 75, primeiramente a nível de região e posteriormente a nível de estados.

Os dados de derivados da pecuária bovina (carne e leite) têm como fonte a Sinopse Estatística da Agricultura Brasileira, 1947 a 1970 - SUPLAN e após 1970 os Anuários Estatísticos do Brasil do IBGE.

TABELA 1 - REGIÕES - EFETIVO DO REBANHO BOVINO - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL

ANOS	SUL	SE	NE	CO	BR
1950	23,16	37,68	21,60	15,28	100,00
1960	20,84	37,54	20,62	18,74	100,00
1970	24,12	34,17	17,57	21,96	100,00
1975	21,24	34,70	17,74	24,23	100,00

FONTE: TABELA B, EM ANEXO.

A tabela 1 apresenta a distribuição regional do efetivo do rebanho bovino nacional. É interessante notar que na região Sudeste, onde a participação das áreas ocupadas com lavouras declina violentamente, em termos de pecuária o mesmo não acontece. Além de conservar constante a área de pastagem, declina em muito pouco a sua participação no rebanho bovino de 1960 para 1970 e a mantém praticamente constante em 1975.

A região Sul que apresenta uma crescente participação na área de lavouras, apresenta uma situação contrária no tocante à pecuária, caracterizando-se por pequena tendência a queda em termos de participação no rebanho e uma acentuada perda na área de pastagem.

O mais importante, porém, é a evolução verificada na região Centro-Oeste, que eleva substancialmente sua participação no rebanho bovino nacional, passando de 15,3 pontos percentuais em 1950 para 24,2 pontos em 1975.

Ressalte-se, ainda, que a região Centro-Oeste é a única em que o aumento de participação do rebanho bovino é acompanhado por um aumento conjunto da área de pastagem e da área de lavouras. Este fenômeno pode ser explicado por constituir-se numa região em expansão, de colonização recente e onde a fronteira agrícola encontra-se em franco desenvolvimento.

É importante salientar-se que apesar do aumento de participação apresentado pelo Centro-Oeste, a região Sudeste ainda é detentora do maior rebanho bovino do país, e que os aumentos apresentados por esta região (Centro-Oeste) devem-se mais à per-

da de participação das regiões Sul e Nordeste.

Nas tabelas seguintes será mostrado que os derivados da pecuária bovina carne e leite, a nível de regiões, apresenta evoluções distintas, ou seja, a carne apresenta praticamente o mesmo comportamento verificado no início do período, ao passo que o leite apresenta importantes transformações.

TABELA 2 - REGIÕES - ABATE DE BOVINOS - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL

ANOS	SUL	SE	NE	CO	BR
1947/49	21,39	49,84	20,43	6,39	100,00
1960/62	20,21	52,98	18,04	7,01	100,00
1967/69	21,53	46,71	19,56	9,42	100,00
1969/71	21,30	45,86	19,45	10,57	100,00

FONTE: TABELA C

Verificando-se a tabela 2 referente ao abate de bovinos nas diversas regiões do país, constata-se que a posição mantida no início do período permanece quase inalterada ao final.

Saliente-se porém, o grande aumento relativo apresentado pela região Centro-Oeste, elevando sua participação de 6,4% no período 1947/49, para 10,6% no período 1969/71.

Outro ponto verificado é a pequena queda relativa que a região Sudeste apresenta, decaindo de 49,8% no início do período para 45,9% em 1969/71. As regiões Sul e Nordeste, demonstram uma

certa estabilidade no decorrer dos períodos.

TABELA 3 - REGIÕES - PRODUÇÃO DE CARNE - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL

ANOS	SUL	SE	NE	CO	BR
1947/49	21,42	52,99	18,73	5,11	100,00
1960/62	19,74	55,50	16,76	6,41	100,00
1967/69	20,73	48,99	18,48	9,21	100,00
1969/71	20,92	47,83	18,48	10,17	100,00

FONTE: TABELA D

Na tabela 3, verifica-se que a distribuição regional da produção de carne possui as mesmas características da referente ao abate de bovinos, ou seja, um grande aumento relativo de participação da região Centro-Oeste, com uma queda relativa do Sudeste e uma estabilidade do Sul e do Nordeste.

TABELA 4 - REGIÕES - PRODUÇÃO DE LEITE - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL

ANOS	SUL	SE	NE	CO	BR
1949/51	12,99	70,99	11,72	3,96	100,00
1960/62	15,80	65,39	10,72	7,78	100,00
1967/69	20,38	60,06	11,94	7,11	100,00
1969/71	20,55	60,48	11,28	7,25	100,00
1973/74	23,48	55,43	10,88	9,75	100,00
1975/77	25,67	52,48	11,19	10,17	100,00

FONTE: TABELA E

A tabela 4 mostra a evolução da distribuição percentual da produção brasileira de leite.

É notória a importância que a região Sudeste desempenha na produção de leite no país, no início do período, com 71% da produção nacional. Isto deve-se ao fato do Sudeste constituir-se na região mais urbanizada do país, no início da década dos 50, e por encontrar assim mercado para um produto de consumo de massa urbana, como o leite. Esta situação, porém, sofre importantes redistribuições até o final do período.

A região Sudeste, apesar de deter a maior quantidade da produção, com mais do dobro na região Sul (segunda produtora), apresenta substancial queda de participação, decaindo de 70,99 pontos percentuais no período 1949/51, para 52,49 pontos percentuais em 1975/77. Esta queda do Sudeste vem favorecer substancialmente as regiões Sul e Centro-Oeste, que elevam acentuadamente sua participação.

A região Sul que detinha 12,99% da produção no período 1949/51 passa a contribuir com 25,67% do total em 1975/77, ao passo que a região Centro-Oeste, que participava com 3,96% no início, sobe em 1975/77 a 10,17%.

Ao final da análise das tendências verificadas nas regiões, faz-se necessário ressaltar que apesar do grande aumento de participação relativa apresentado pela região Centro-Oeste, tanto a nível de rebanho bem como de derivados de bovinos, e o aumento apresentado pela região Sul na produção de leite, a região Sudeste ainda é a maior região pecuária do Brasil, pois detém a maior participação no rebanho bovino bem como em seus derivados.

2 - DISTRIBUIÇÃO DA PECUÁRIA BOVINA, POR ALGUNS ESTADOS SELECIONADOS

A seguir apresenta-se os dados por estado, onde, se verifica que a análise anterior (regiões) esconde importantes transformações ocorridas na pecuária bovina a partir de 1950.

TABELA 5 - ESTADOS - EFETIVO DO REBANHO BOVINO - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO REBANHO NACIONAL, 1950 - 75.

ANOS	PR	SC	RS	SP	MG	GO	MT	BR
1950	1,78	2,05	19,32	12,83	21,95	7,56	7,72	100,00
1960	2,97	2,14	15,72	12,72	21,35	8,68	10,09	100,00
1970	5,97	2,54	15,66	11,60	19,27	9,92	12,00	100,00
1975	6,51	2,21	12,52	11,25	19,74	12,53	11,66	100,00

FONTE: Tabela A

A tabela 5 mostra-nos a importante redistribuição que houve no rebanho bovino do país depois de 1950.

Minas Gerais que no início do período era o principal estado pecuário do país, com 21,95% do total, ainda mantém sua hegemonia apesar de declinar sua participação em 1975 para 19,74%.

São Paulo, outro componente da maior região pecuária do Brasil, o Sudeste, também declina sua participação de 1950, quando detinha 12,83% do total do rebanho bovino, para 11,25% em 1975. Observe-se que este decréscimo de participação de Minas Gerais e São Paulo ao longo da série, comporta-se de maneira

quase idêntica àquela apresentada pela Região Sudeste, ou seja, um decréscimo até 1970 estabilizando-se em 1975. Cumpre ressaltar ainda, que estes dois estados concentram mais de 90% do rebanho bovino da região Sudeste.

O fato mais importante que a referida tabela apresenta, é a profunda transformação que sofreu a distribuição do rebanho dentro da região Sul. Os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul que aumentaram sensivelmente sua importância agrícola, no contexto nacional, dentro do período 1950 a 1975, demonstram tendências contrárias em relação à pecuária, ou seja, o primeiro eleva substancialmente sua participação, enquanto o segundo apresenta importante queda.

O Paraná, que aumentou substancialmente a área explorada com lavouras, aumenta também a área de pastagem e apresenta um enorme crescimento de participação no rebanho. Em 1950, o Estado detinha 1,78% do rebanho bovino do país, sendo o menor rebanho da região Sul. Em 1975, passa a deter 6,51 pontos percentuais deste rebanho, apresentando um crescimento absoluto durante o período que ultrapassa a 8 vezes.

Porém, o Rio Grande do Sul, que também elevou o percentual das áreas exploradas com lavouras, declina a sua participação na área de pastagem e perde aproximadamente 7 pontos na participação relativa do rebanho bovino. A situação apresentada pela região Sul encobre, portanto, o decréscimo apresentado pelo Rio Grande do Sul, sem demonstrar o incremento do Paraná que sustenta a estável participação da região dentro da produção nacional. Cabe lembrar que apesar do aumento do Paraná, o Rio

Grande do Sul ainda é o maior estado pecuário da região Sul, possuindo quase o dobro do rebanho paranaense.

Os estados da região Centro Oeste, Goiás e Mato Grosso, acompanham o crescimento da região.

Mato Grosso demonstra um maior aumento do rebanho até 1970, quando participa com 12,0% da produção nacional, declina um pouco esta participação em 1975, decaindo para 11,66%. Goiás, que em 1950 detinha 7,56% do rebanho bovino nacional, apresenta um crescimento contínuo durante os períodos totalizando 12,53% do rebanho em 1975.

Os dados de derivados da pecuária bovina, apresentados a seguir, podem confirmar as constatações feitas anteriormente.

TABELA 6 - ESTADOS - ABATE DE BOVINOS - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO ABATE NACIONAL

ANOS	PR.	SC	RS.	SP.	MG.	GO	MT.	BR
1947/49	2,30	1,99	17,08	30,34	10,34	3,01	3,38	100,00
1960/62	4,12	2,47	13,60	31,90	12,11	4,36	2,57	100,00
1967/69	5,56	2,44	13,52	26,40	12,04	5,28	3,71	100,00
1969/71	5,92	2,40	12,98	26,23	12,59	5,77	4,42	100,00

FONTE: Tabela F

Observando-se a tabela 6 que apresenta os dados de abate de bovinos por estado, nota-se a queda dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, e um aumento dos demais estados durante os períodos.

O estado de São Paulo apresenta uma queda na mesma proporção da região Sudeste, ou seja, perde pouco mais de 4 pontos ao longo da série.

Enquanto isto, Minas Gerais, aumenta em 2 pontos sua participação no abate nacional. Este aumento porém, é pouco significativo para a região uma vez que ele apenas compensa o decréscimo dos outros estados, Rio de Janeiro e Espírito Santo, que, assim como São Paulo perdem participação.

São Paulo reduz também sua contribuição dentro da Região Sudeste, apesar de abater mais de 55% dos bovinos da região e ser o estado que abate o maior percentual a nível nacional, - 26,23% em 1969/71.

Como foi destacado anteriormente, outro estado que perdeu importância relativa no abate é o Rio Grande do Sul. Porém, a análise feita sobre a Região Sul, escondeu este declínio, haja vista o importante aumento do Paraná. O Rio Grande do Sul que no período 1947/49 detinha 17,08% do abate nacional, passa a deter 12,98%, em 1969/71. Enquanto isto, o Paraná que participava com apenas 2,3% em 1947/49, apresenta um importante incremento durante o período, finalizando com 5,92%, em 1969/71.

A estável participação da região Sul, no abate de bovinos do país deve-se, portanto, ao incremento de abate do Paraná, encobrendo o declínio do Rio Grande do Sul, que ainda assim, mantém-se como o Estado hegemônico da região, com uma produção superior ao dobro da paranaense.

O que a tabela 6 apresenta de mais interessante é o comportamento dos estados da região Centro-Oeste, Goiás e Mato Grosso, que colocam seus rebanhos entre os quatro maiores do país e que em abate apresentam as menores participações, sendo superiores somente a Santa Catarina.

No período 1947/49, Goiás abatia apenas 3,01% do total nacional, enquanto Mato Grosso abatia 3,38%. Esta situação inverte-se completamente em 1969/71, Goiás passa a abater 5,77%, enquanto Mato Grosso abate 4,42% do total. Esta inversão de participação deixa claro que o aumento de abate dentro da região Centro-Oeste, é devido mais ao aumento de Goiás do que ao aumento de Mato Grosso.

Este baixo percentual de abate dos dois estados da região Centro-Oeste, deve-se ao fato de exportarem gado em pé para abate em outras regiões do país. É sabido que estas correntes de gado destinam-se em sua maioria ao Estado de São Paulo e em menor escala ao Paraná e a outros estados da Região Sul e Sudeste.

A tabela 7 referente à produção de carne por estados, apresenta as mesmas tendências verificadas no abate de bovinos.

Deve-se ressaltar que quando da análise a nível de regiões, o abate e a produção de carne apresentaram comportamento semelhante.

TABELA 7 - ESTADOS - PRODUÇÃO DE CARNE - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA PRODUÇÃO NACIONAL, 1947/49 - 1969/71

ANOS	PR	SC	RS	SP	MG	GO	MT	BR
1947/49	2,43	2,03	16,96	32,97	10,49	2,46	2,65	100,00
1960/62	4,12	2,48	13,13	34,38	11,70	3,77	2,55	100,00
1967/69	5,65	2,57	12,51	28,50	11,60	5,09	3,67	100,00
1969/71	6,14	2,46	12,32	28,17	12,09	5,58	4,23	100,00

FONTE: TABELA G

Constata-se uma redução de participação de São Paulo em 4,8 pontos percentuais, enquanto Minas Gerais aumenta a sua contribuição em 1,6 pontos percentuais.

Torna-se importante salientar que, apesar da perda de participação de São Paulo e do pequeno incremento de Minas Gerais na produção de carne no país, estes dois estados aumentam sua importância relativa dentro da produção da região Sudeste, sendo responsáveis por mais de 84% da produção de carne da região.

No comportamento dos estados da região Sul, constata-se novamente um decréscimo do Rio Grande do Sul e um incremento de quase três vezes na participação relativa do Paraná, ou seja, a mesma posição apresentada na análise do abate.

Os estados de Goiás e Mato Grosso não diferem seu procedimento em relação àquele apresentado no abate. Goiás que no período 1947/49 contribuía com 2,46% do total nacional, eleva esta participação ao longo do período, finalizando com 5,58%, em 1969/71, demonstrando portanto, um maior crescimento relativo na

produção de carne que no abate.

Enquanto isso Mato Grosso, que detinha 2,65% da produção nacional em 1947/49, também incrementa sua participação ao longo dos períodos, terminando com 4,23% em 1969/71, apresentando assim um crescimento menor que Goiás, novamente responsável pelo grande incremento da região Centro-Oeste.

Goiás detinha 48,0% da produção de carne da região em 1947/49, enquanto Mato Grosso detinha 52,0% no mesmo período. Porém esta situação é totalmente contrária em 1969/71. Agora, Goiás contribui com quase 55,0% da produção regional, apresentando assim um crescimento relativo de 7 pontos percentuais, ao passo que Mato Grosso declina sua contribuição para 41,6%, portanto, com uma perda relativa de mais de 10 pontos percentuais.

TABELA 8 - ESTADOS - PRODUÇÃO DE LEITE - QUANTIDADE - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA PRODUÇÃO NACIONAL

ANOS	PR	SC	RS	SP	MG	GO	MT	BR
1949/51	1,56	3,79	7,66	22,33	42,70	3,47	0,50	100,00
1960/62	3,97	4,19	7,64	24,62	33,02	6,65	1,09	100,00
1967/69	6,62	4,27	9,36	20,10	33,24	5,71	1,30	100,00
1969/71	6,66	4,35	9,42	19,74	33,98	5,53	1,62	100,00
1973/74	6,84	4,21	12,43	16,28	31,73	8,05	1,66	100,00
1975/77	6,51	4,41	14,76	15,66	30,14	8,37	1,77	100,00

FONTE: TABELA H

Conforme a tabela 8, que demonstra a distribuição estadual da produção de leite, constata-se um declínio dos estados da região Sudeste e um incremento de participação dos demais

estados.

Minas Gerais, a principal bacia leiteira do país, apresenta um decréscimo em sua participação relativa no período 1949/51 - 1960/62 de mais de 9,5 pontos percentuais. Nos dois triênios seguintes (67/69 e 69/71), mantém uma certa estabilidade, sofrendo até um pequeno aumento, mas nos dois triênios finais (73/74 e 75/77) volta a decair sua participação, terminando com 30,14 pontos percentuais da produção nacional.

São Paulo, o segundo produtor de leite do país, aumenta sua participação relativa em 1960/62 (em 2,29 pontos percentuais), mas a partir daí, experimenta uma queda contínua em todo o período seguinte, finalizando com 15,66% da produção total.

Cabe lembrar que apesar da contínua perda relativa de participação de São Paulo e Minas Gerais, os dois apresentam um crescimento absoluto ao longo do período, porém, inferior ao dos demais estados.

Os estados da Região Sul são os que experimentam os maiores crescimentos relativos. O Rio Grande do Sul, o principal produtor da região, que em 1949/51 participava com 7,66% da produção nacional, demonstra um crescimento contínuo ao longo do período, sendo que no último triênio, participa com 14,76% do total de leite produzido no país. Este percentual está bem próximo ao percentual de São Paulo (superior em apenas 0,9%), ameaçando a posição mantida por este estado.

Surpreendente, porém, foi o aumento apresentado pelo Pa-

ranã, que elevou em mais de quatro vezes a sua participação relativa de 1949/51 para 1975/77.

No período 1949/51, o Estado detinha apenas 1,56% da produção brasileira de leite, colocando-se como o menor produtor da região Sul. Esta situação transforma-se gradualmente, pois, no triênio seguinte (1960/62), mais que duplica este percentual (3,97%) e a partir daí apresenta uma certa estabilidade, sempre acima de 6,5 pontos percentuais.

Santa Catarina tem participação levemente crescente, passando de 3,79% em 1949/51 para 4,41% em 1975/77. Ressalte-se que apesar deste crescimento de Santa Catarina na produção do país, este estado declina violentamente sua participação na produção da região Sul, reduzindo-a quase a metade.

O Rio Grande do Sul mantém estável a sua participação na produção da região Sul, apesar do grande aumento de importância que apresentou dentro do contexto nacional. Torna-se importante salientar que mesmo com esta estabilidade, o Rio Grande do Sul é responsável por mais de 55,0% da produção do leite da região Sul em 1975/77.

Na região Centro-Oeste o comportamento dos dois estados foram bem distintos. Goiás, que em 1949/51 contribuía com 3,47% da produção nacional, apresenta um grande incremento já no triênio seguinte de 1960/62, participando com 6,65%, declinando um pouco esta participação nos dois triênios posteriores, voltando a crescer em 1973/74 e em 1975/77, quando participa com 8,37% da produção de leite do país.

Mato Grosso, também sofre um crescimento ao longo da série, só que em proporções mínimas, pois passa de 0,50 em 1949/51 para 1,77% em 1975/77.

A análise dos incrementos de participação relativa de Goiás e Mato Grosso, evidencia que o crescimento da região Centro-Oeste é devido ao grande aumento de participação de Goiás, uma vez que o crescimento da região e do referido estado são praticamente idênticos.

3 - CONCLUSÕES

Com a finalidade de ressaltar a importância da pecuária bovina dentro do Estado do Paraná e sua integração com a unificação do mercado nacional, tentar-se-á explicar as tendências apresentadas nas tabelas analisadas anteriormente.

Quanto à distribuição regional do rebanho bovino do país, observou-se que no período estudado, o mesmo não apresentou grandes alterações. Portanto, estas pequenas alterações identificadas na composição percentual das regiões, não acompanharam as verificadas para o caso das culturas, estudadas em capítulo específico do trabalho. No caso destas, verificou-se que com a aceleração do processo de industrialização no Sudeste, ocorreu uma redistribuição bastante definida de certas culturas desta região para as demais, sem igual constatação no caso da pecuária. Apesar do Sudeste apresentar um pequeno decréscimo de participação relativa no rebanho nacional, como ficou constatado anteriormente, continua retendo o maior rebanho a nível regional.

Existem fatores que devem explicar o fato do Sudeste continuar retendo o maior rebanho nacional à medida que se industrializava. Um desses fatores é a decadência da cultura cafeeira nesta região e a sua substituição, em parte, por pastagens, conforme verificado em numerosas pesquisas: "Como resultado, a cultura de café foi se deslocando para novas terras, à medida que as primitivas iam-se exaurindo e os cafezais tornavam-se decadentes. Nas zonas antigas, portanto, encontram-se grandes áreas de terra primitivamente utilizadas com café, agora transformadas em pastagens pouco produtivas, e ainda considerável número de lavouras velhas, muitas das quais se acham em precárias condições".² Outro fator considerável, é o relativo às migrações de grandes contingentes populacionais dirigidos a esta região, em decorrência da aceleração do processo de industrialização. Isto resultou numa crescente demanda por produtos de origem animal em substituição às proteínas vegetais anteriormente requeridas nos locais de origem.

É conhecida a crescente importância que ganham na alimentação humana as proteínas animais em substituição às vegetais, a medida que se desenvolve o processo de produção industrial e de urbanização. A experiência histórica até aqui vivida confirma o fenômeno.

Outro fator que pode ter contribuído para estimular a atividade é o baixo índice de mão-de-obra exigido pela pecuária, pois numa situação em que grande parte da força de trabalho dis-

²A indústria do café em São Paulo. In: Agricultura em São Paulo, Mar/61, p. 60.

ponível na região, era alocada em atividades industriais, ocorria uma limitação de investimentos no campo, em atividades que exigissem grande número de trabalhadores, forçando uma crescente capitalização das atividades agropecuárias do Sudeste.

Um trabalho contido na Revista Agricultura em São Paulo de 1963, reforça esta hipótese:

"... Há que considerar entretanto que o progresso verificado na pecuária de carne não se deve apenas às boas perspectivas econômicas que intrinsecamente vem oferecendo esta exploração. Em certa medida este progresso resulta dos obstáculos encontrados pelo agricultor em adaptar-se às novas condições (dificuldade de braço, de crédito, de venda das colheitas, etc...), induzindo-o a escolha da alternativa que lhe é mais conveniente e que lhe serve como compasso de espera. Também o "seguro contra a inflação" que em certo grau apresenta esta atividade tem-se erigido num dos fatores do seu progresso".³

As demais regiões, à exceção do Centro-Oeste, apresentaram comportamento de participação relativa semelhante ao do Sudeste, ou seja, pequeno decréscimo.

Deve-se observar ainda que a participação da Região Sul no rebanho nacional não apresentou o mesmo comportamento verificado no caso das culturas, pois a mesma, dada a sua proximidade do Sudeste, foi a que absorveu a maior quantidade de culturas deslocadas pelo movimento de industrialização, apresentando assim, um elevado acréscimo de sua área cultivada.

³Estado e Tendência da Agricultura Paulista, In Agricultura em São Paulo, Ano X, nºs 5 e 6, MAI/JUN - 1963, p.4.

No caso do Centro-Oeste, foi a região que apresentou o maior acréscimo de participação no efetivo de bovinos do país, abarcando os decréscimos das demais regiões. Este aumento de importância pode ser justificado pelo fato de ser esta região de "fronteira agrícola", com extensas áreas inexploradas (regiões de pastos naturais), que permitiram a introdução da atividade com baixos índices de capitalização, o que não ocorreu com as áreas antigas.

Quando se desagrega a distribuição do rebanho bovino nacional por Estados, verifica-se que no período estudado, o mesmo apresenta mudanças mais explícitas do que a demonstrada a nível de regiões.

Dos sete Estados selecionados, três apresentam importantes incrementos de participação no efetivo bovino do país, Paraná, Goiás e Mato Grosso. Por outro lado, os Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, apresentaram decréscimos de participação, sendo que no primeiro foi mais significativo.

Qualquer tentativa no sentido de explicar isoladamente estes comportamentos por Estados, seria uma grave limitação do estudo, isto porque é notória a ausência de uma grande região denominada de Brasil Central Pecuário, que engloba os seguintes Estados: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Um estudo sobre o assunto vai mais além da simples delimitação da grande região pecuária nacional, afirmando:

"... Afora isto, os Estados que o constituem evoluíram

para uma nítida divisão e especialização das atividades pastoris, complementando-se e integrando-se (grifo nosso). Enquanto o Norte de Minas e extensas áreas de Goiás e Mato Grosso dedicam-se ao criatório, em torno ou nas circunvizinhanças dos rios Grande, Paranã e Paranapanema formaram-se núcleos de recriação e invernção, o que representa não só notável progresso como a base objetiva para ulterior aperfeiçoamento da economia pecuária em nosso país".⁴

Estas constatações referem-se a períodos anteriores a 1964. No entanto, é possível supor que após este período, a situação venha se alterando gradativamente, pois sabe-se da existência de políticas governamentais que visam a implantação de frigoríficos junto aos centros produtores.

Apenas os dados sobre efetivo do rebanho por Estados não fornece bases para se apregoar uma divisão e especialização das atividades pecuárias no país. No entanto, estes comportamentos identificados podem nos fornecer algumas indicações neste sentido. Por exemplo, o substancial incremento de participação apresentado pelo Paranã, no período 1950/75, pode indicar que o Estado vem assumindo características semelhantes às de São Paulo, ou seja, importador de gado em pé de outros Estados para terminação e posterior abate, pois este acréscimo foi superior a oito vezes o rebanho inicial. Um trabalho realizado pela FAEP⁵ acusa a existência de tal fluxo referindo:

⁴CODEPAR - O Paranã e a Economia Pecuária, vol. II, Ctba, nov/1964, p. 2/29.

⁵FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paranã, In Estudos da Pecuária de Corte Paranaense, Ctba. 1975, p. 36.

"O Paraná recebe correntes de gado magro para engorda e gado gordo para abate.

As condições ecológicas favoráveis, existentes nas regiões Norte e Noroeste do Estado, apresentam-se como principais atrativos para a terminação do gado local e daqueles provenientes dos outros Estados que, após a engorda, são encaminhados aos centros de abate situados na própria região ou em outras localidades do Estado, sendo, inclusive, parte deste gado desviado ao mercado consumidor de São Paulo.

O gado magro geralmente provém do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás e até de Minas Gerais, em menor escala".

Nota-se, portanto, que os acréscimos de participação apresentados por Goiás e Mato Grosso no rebanho nacional, podem estar intimamente relacionados com a função criatória e extensiva da região Brasil Central Pecuária, já referida anteriormente, pois a crescente concentração do rebanho nacional nestes dois Estados, não correspondem à amplitude do mercado existente nos mesmos.

Quanto ao Rio Grande do Sul, observou-se que foi este Estado que apresentou o maior decréscimo de participação no rebanho nacional. Esta perda de importância leva a supor que este Estado, pelo fato de encontrar-se fora da grande região Brasil Central Pecuário, possa estar especializando-se em outra atividade pecuária, por exemplo, a produção de leite.

No que se refere à distribuição do abate de bovinos do país por região, observou-se que o Sudeste apesar de apresentar um decréscimo de participação, no período, ainda é responsável por quase metade do abate nacional. Confrontando-se esta cifra com a do efetivo do rebanho, identifica-se que a primeira é muito superior a segunda. Isto comprova em certa medida as informações anteriores, indicando a existência de um fluxo de bois em

pê de outras regiões para o Sudeste.

A comparação realizada acima pode mostrar indicações de uma possível especialização regional da pecuária nacional, pois tomando-se a relação abate/efetivo do Sudeste observa-se que a mesma é superior às demais regiões e também à média do país, apesar de decrescer nos últimos anos.

TABELA 9 - REGIÕES - RELAÇÃO ABATE/EFETIVO - (TAXA DE ABATE)*

ANOS	SUL	SE	NE	CO	BR
49/51 c/50	12,68	18,36	12,98	5,71	13,78
59/61 c/60	12,43	18,98	11,15	4,97	13,16
69/71 c/70	10,61	16,13	13,30	5,78	12,02

FONTE: TABELAS C E B

*Nesta tabela foram utilizados os dados das médias trienais de abate nos períodos 1949/51, 1959/61 e 1969/71, comparados com os dados censitários de efetivo do rebanho. Utilizou-se médias trienais para eliminar as flutuações do abate, considerando-se que a média seria compatível com os anos censitários.

Não desconsiderando a possível evolução do padrão tecnológico do rebanho e conhecendo os fluxos interestaduais de bovinos, é difícil aceitar esta elevada taxa de abate do Sudeste como sendo apenas decorrência do próprio rebanho da região.

Quanto ao Sul, verificou-se que a participação da região no abate do país não difere muito da do rebanho bovino, no período estudado. Além disso, é interessante observar que a taxa de abate do rebanho da região, além de estar sempre abaixo da média nacional, apresenta decréscimos ao longo do período. Este

fato talvez possa ser explicado pelo acentuado decréscimo de participação do Rio Grande do Sul no efetivo e no abate de bovinos nacional. Além disso, existem indicações de pesquisa sobre o assunto que caracterizam a pecuária deste Estado como conjunta para bovinos e ovinos, o que sem dúvida estabelece uma concorrência entre as áreas para o desenvolvimento das atividades.⁶ Também a expansão das lavouras de trigo e soja neste Estado reforçam esta concorrência. Estes fatores não só devem explicar, em boa parte, a perda de importância que o mesmo apresentou, tanto a nível de rebanho como de abate, como também a baixa produtividade do rebanho, que se comprova através de sua taxa de abate.

O Centro-Oeste foi a única região que apresentou tendências definidas de crescimento no abate de bovinos do país. Por outro lado, quando se confronta esta participação com a do rebanho bovino, constata-se a grande discrepância existente entre ambas, ou seja, enquanto esta região detinha aproximadamente 22% do rebanho nacional em 1970, contribuía, em média, com apenas 10,6% do abate total, resultando numa taxa de abate de apenas 5,78%. Nota-se portanto, a exportação de bois em pé desta região para as demais, destacando-se o Sudeste.

No que se refere a este significativo acréscimo de participação do Centro-Oeste no abate de bovinos do país, acima referido, pode-se inferir estar ocorrendo uma reversão de parte do fluxo de exportação interna de gado, para abate na própria

⁶Um desses trabalhos é realizado pela EAPA/SUPLAN - M.A. - "A Pecuária na Agricultura Brasileira", trabalho não publicado s/nº.

região. Afirma-se isto com base na existência de políticas federais que preconizam a instalação de unidades abatedouras (frigoríficos) junto aos centros produtores. Quanto a isto, LIMA F. afirma com propriedade:

"... Aliás nota-se que os Estados de Mato Grosso e Paraná aumentaram suas participações em abates nos períodos referidos, indicando uma maior capacidade abatedoura na região e que deve acentuar-se nos próximos anos, devido à política federal de regionalização dos abates de bovinos".⁷

Quando se desagrega o abate nacional por Estados, comprova-se claramente a importância crescente que vêm assumindo os Estados do Paraná, Goiás e Mato Grosso. Isto vem confirmar, em certa medida, as indicações anteriores sobre a reversão gradativa do fluxo de exportação de gado dos locais de cria para o abate nos grandes centros consumidores. Esta constatação é plenamente justificável nos anos mais recentes, devido à criação progressiva de uma estrutura viária, e também, a crescente utilização de modernos caminhos frigoríficos que permitem o transporte de carne à longas distâncias.

No entanto, é importante destacar que quando se faz a comparação entre a participação desses Estados (principalmente Goiás e Mato Grosso) no abate e no efetivo do rebanho bovino nacional, verifica-se a significativa diferença entre ambas, ou seja, a participação no efetivo nacional é mais que o dobro da

⁷LIMA F., Abel de - Caracterização da Oferta de Crédito Rural a Pecuária de Corte, Projeto IEA/02, São Paulo, p. 5 e 8.

do abate. Isto retrata a grande importância que, ainda representam as exportações de gado em pé, desses Estados, para os grandes centros consumidores, principalmente os do Sudeste. Este fato também pode ser constatado comparando-se as participações do principal Estado da região Sudeste (São Paulo) no abate nacional e no efetivo do rebanho. Verifica-se aí um comportamento inverso ao apresentado por Goiás e Mato Grosso, isto é, a supremacia pronunciada da participação no abate (também mais do dobro). O que, sem dúvida, vem confirmar a importação significativa de gado de outras regiões e/ou Estados para engorda e posterior abate.

Outro Estado que também pode estar abastecendo este mercado, é Minas Gerais, pois tomando-se a mesma comparação, verifica-se a flagrante supremacia da participação no efetivo do rebanho nacional. Supõe-se isto, levando-se em conta a proximidade geográfica dos dois Estados, o que torna possível que parte do rebanho de corte mineiro seja engordado e abatido em São Paulo.

O Estado do Paraná, por seu turno, apresentou dois tipos de comportamento no período estudado: no primeiro, que se inicia em 1947/49 e finda em 1960/62, ocorre uma superioridade de participação do Estado no abate nacional em comparação com a do rebanho. Este tipo de comportamento reflete claramente a importação de gado para engorda e posterior abate neste Estado, como já foi referido anteriormente. No segundo período, que se inicia em 1960/62 e finda em 1969/71, verifica-se que a participação no efetivo do rebanho mostra-se praticamente igual à participação no abate nacional. Este comportamento semelhante pode indicar que o Estado, como já se constatou, vem assumindo novas funções dentro da Grande Região Pecuária do país, ou seja, de acordo com as no-

vas políticas governamentais de expansão da pecuária nessa região, os parques abatedouros devem localizar-se junto às zonas de cria e engorda.

O fato do Paraná constituir-se parte do chamado Brasil Central Pecuário atribuiu ao mesmo determinados ciclos, durante o desenvolvimento de parte da pecuária nacional existente neste Estado.

Um trabalho realizado pela ACARPA⁸ refere-se a estes ciclos afirmando:

"Inicialmente o Estado foi exclusivamente importador para o abate. A partir do biênio 1954/55 uma nova fase se faz presente no processo, isto é, importação de animais para aumento do rebanho. Finalmente nos tempos atuais (62/63) ao mesmo tempo em que se mantêm as duas fases anteriores, intensificou-se a entrada de gado para simples engorda.

O maior fluxo de importação e de exportação, tem lugar no norte, onde após a permanência de um período limitado nas invernadas, o gado oriundo de outras áreas é encaminhado para fora do Estado".

Nos anos mais recentes (1970 em diante), apesar de ser difícil a comprovação através de informações estatísticas, é de supor-se que, pelas razões anteriormente expostas, este fluxo de gado em pé exportado para outros Estados tenha se reduzido.

Sintetizando as conclusões anteriores, pode-se afirmar que, para o caso da pecuária bovina, não se observou o mesmo tipo de comportamento verificado para as culturas agrícolas. Nesta

⁸Contribuição ao Diagnóstico da agropecuária paranaense - ACARPA, Ctba, 1969, p. 11/30.

atividade, o Sudeste continuou concentrando a maior parcela do rebanho nacional, à medida que se industrializava. No entanto, apesar desta aparente estabilidade do rebanho do Sudeste, pode-se dizer que o mesmo caminhou, até recentemente, para uma crescente especialização em uma das fases da atividade pecuarista.

De acordo com as considerações anteriores, fica evidente a especialização do Sudeste (principalmente de São Paulo) na fase de engorda do gado e posterior abate, sobrando para as demais regiões ou estados a especialização na cria e recria do rebanho. Portanto, pode-se supor que grande parte do rebanho do Sudeste era constituído de gado nascido e criado em outras regiões (especialmente Goiás e Mato Grosso).

Dada a exigüidade de áreas destinadas a campos de invernação (engorda do gado) em São Paulo, algumas áreas próximas foram incorporadas ao processo vigente neste Estado. Este parece ser o caso da região Norte do Paraná, que assumiu as características semelhantes às de São Paulo, só que com uma diferença, o abate era feito fora de seus limites, uma vez que o grosso do parque abatedouro do País localizava-se em São Paulo. No sul de Minas também parece repetir-se a experiência.

Entretanto, já existem indicações de que esta situação vem se alterando nos últimos anos, conforme demonstram as políticas governamentais que visam a implantação de unidades abatedouras junto aos centros produtores (regionalização do abate no país). Nota-se o reflexo desta medida no exame da capacidade abatedoura de alguns estados, que se mostra crescente nos últimos anos. Este é o caso principalmente do Paraná e Mato Grosso, que

aumentaram sensivelmente sua capacidade de abate, elevando suas participações nacionais, nesta fase da atividade.

Sobre isto, um trabalho do CONDEPE⁹ afirma:

"... Nos últimos anos, o contingente de gado que demanda São Paulo, vindo de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso tem caído sensivelmente, em decorrência da implantação de zonas de engorda e maiores abates de novilhos do tipo industrial naqueles Estados. Esta queda de fluxo de gado para São Paulo tenderá a aumentar, tendo em vista a instalação de outros já projetados naqueles Estados produtores."

Com relação à distribuição regional da produção de leite do País, constatou-se um elevado decréscimo de participação do Sudeste e consideráveis incrementos das Regiões Sul e Centro-Oeste, com o Nordeste apresentando uma relativa estabilidade.

Este tipo de comportamento identificado acima, poderia levar a que apressadamente se concluísse que houve, ou ainda estaria havendo uma significativa redistribuição regional da produção nacional de leite, semelhante à verificada para o caso das culturas agrícolas.

No sentido de evitar este fato e melhor identificar a ocorrência ou não de tal redistribuição, tomou-se a comparação da participação das regiões na produção de leite com a participação na população urbana nacional."¹⁰

⁹ Mercado Nacional da Carne e Produtos Derivados - Ministério da Agricultura, Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária - CONDEPE - Maio/73 - SEUTEC, p. 1-7.

¹⁰ Utilizou-se para esta comparação os dados de população Urbana, por considerar-se que é nos grandes centros urbanos que se consome a maior parcela do leite comercializado no País.

Verificou-se então pronunciada queda de participação do Sudeste na produção de leite, não sendo acompanhada na mesma proporção pelo decréscimo de participação na população urbana nacional. Levando-se em consideração a concentração regional da renda do País e conseqüentemente o mais alto padrão de vida da população desta região (comparativamente às demais) é de supor-se que esta região tenha que importar leite de outras, no sentido de abastecer a numerosa população que habita em seus limites.

Pelo comportamento apresentado pelas regiões Sul e Centro-Oeste nesta comparação, ou seja, uma participação bastante superior na produção de leite àquela apresentada na população urbana, pode-se supor que estas regiões estejam enviando parte excedente de sua produção para consumo no Sudeste.

TABELA 10 - REGIÕES - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DAS REGIÕES NA POPULAÇÃO URBANA TOTAL - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL

ANOS	SUL	SE	NE	CO	BR
1950	12,31	57,08	25,26	2,25	100,00
1960	13,96	55,68	24,00	3,29	100,00
1970	14,02	55,61	22,57	4,68	100,00
1975	14,08	56,39	22,30	5,10	100,00

FONTE: TABELA J

Supõe-se tal fato com base no desenvolvimento crescente de infra-estrutura favorável à exportação e importação interna deste tipo de produto, que o país possibilitou nos últimos anos. Julga-se como fatores principais o aperfeiçoamento das indús-

trias de resfriamento do leite, que vieram permitir a sua locomoção a longas distâncias, sem riscos de perda do produto; o próprio desenvolvimento da fabricação de caminhões frigoríficos e a consolidação de uma estrutura viária compatível com tais necessidades.

Outro fato que merece destaque quando se realiza este tipo de comparação, é o relativo ao comportamento do Nordeste. Verifica-se que sua participação na população urbana do país é mais do dobro da participação na produção de leite, em todo o período analisado. Isto retrata o baixo índice de consumo deste produto na região, devido principalmente ao reduzido nível de renda da maioria da população lá existente, impossibilitando a ampliação do mercado e a conseqüente expansão da atividade na região.

Apesar da realização de tais comparações (população X produção de leite) a nível regional, ainda não é possível assegurar a ocorrência de uma redistribuição espacial da produção nacional do leite. Isto porque estes dados escondem os movimentos internos das regiões. Porém, espera-se que desagregando-os por estado torne-se mais evidente a especialização na atividade, pois sabe-se que a mesma não respeita os limites políticos administrativos das regiões e/ou estados.

Quanto à distribuição estadual da produção de leite, o que se verifica de mais importante é a declinante participação dos dois estados do Sudeste: São Paulo e Minas Gerais. Confrontando-se estas com as participações na população urbana do país, constata-se em primeiro lugar que São Paulo perde importância relativa na produção de leite, mas, por outro lado, esta importân-

cia aumenta na participação da população urbana, concentrando mais da quarta parte da população do país, em 1975. Em segundo lugar, Minas Gerais também apresenta um significativo decréscimo de participação relativa na produção de leite e um pequeno decréscimo relativo de participação na população urbana nacional. Estas diferenças de comportamento, entre os dois Estados, observadas na comparação entre população urbana e a produção de leite refletem a ocorrência de exportações de leite de Minas Gerais para São Paulo e outros Estados, uma vez que sua participação na produção é superior ao dobro da parcela da população nacional residente neste Estado.

TABELA 11 - ESTADOS - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DOS ESTADOS NA POPULAÇÃO URBANA TOTAL - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL

ANOS	PR	SC	RS	SP	MG	GO	MT	BR
1950	2,81	1,93	7,57	25,58	12,37	1,31	0,95	100,00
1960	4,15	2,17	7,64	25,46	12,39	1,87	1,14	100,00
1970	4,81	2,39	6,82	27,41	11,63	2,37	1,31	100,00
1975	5,00	2,46	6,63	27,79	11,47	3,72	1,37	100,00

FONTE: TABELA i

Por outro lado, dos sete estados selecionados, cinco deles apresentaram incrementos de participação na produção nacional de leite. São eles: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso. Ressalte-se ainda que os incrementos mais significativos foram os do Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás. Tomando-se a importância relativa destes Estados na população nacional urbana, e comparando-se com os comportamentos acima identificados, verifica-se que o Paraná e Goiás demonstram tendên-

cias semelhantes, ou seja, elevam suas participações relativas tanto na população urbana como na produção leiteira. Porém, é interessante constatar que no caso do Paraná existe uma certa proximidade entre as duas participações, levando a presumir que grande parte do leite produzido no Estado seja para seu auto abastecimento, o que não significa que eventuais excedentes não possam ser exportados para outros estados. Um estudo realizado no IPARDES¹¹ constata a ocorrência de tal fato, afirmando:

"Vem sendo observado um acréscimo constante na exportação de leite resfriado no Norte do Paraná para o Estado de São Paulo, constatando-se inclusive a presença de uma empresa com instalações de unidades de resfriamento no Paraná, funcionando, junto ao produtor, à semelhança do "intermediário" coleta e resfria uma percentagem de leite produzido no Estado, principalmente na região Norte, transferindo-o para sua matriz no Estado paulista".

No caso de Goiás verifica-se que existe uma grande disparidade entre esses percentuais, ou seja, sua participação na produção nacional de leite supera ao dobro de sua participação na população urbana do país. Isto leva a crer, que o Estado também assume funções de exportador do produto, pois parece provável que sobre um elevado excedente desse percentual, destinando-se a abastecer os centros urbanos com deficiência do produto, principalmente os do Sudeste.

Outro estado que parece assumir características semelhante às de Goiás, é o Rio Grande do Sul, pois seu percentual

¹¹FUNDAÇÃO IPARDES - Estudo de Integração de pólos agroindustriais do Paraná - Revisto e Atualizado - Vol. II, IPARDES, Mai/1977, p. 510/11.

na produção de leite eleva-se a mais do dobro de sua participação na população urbana nacional, nos últimos anos. Nota-se portanto, também neste caso, estar evidenciada a exportação de excedentes desse estado para os grandes centros urbanos do país, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro.

Da análise efetuada sobre a distribuição espacial da produção nacional de leite, ao longo do período, constatou-se que parece ter havido uma redistribuição relativa da produção de leite do Sudeste (principalmente São Paulo e Minas Gerais), para os Estados do Sul e do Centro-Oeste, sem contudo alterar a supremacia dos mesmos.

Este declínio de participação desses Estados na participação nacional de leite sem correspondência a nível de população urbana, ocasionou crescentes déficits de abastecimento nos maiores centros consumidores do país. Isto, sem dúvida, deve ter estimulado o desenvolvimento da atividade em outras regiões e/ou Estado fora deste eixo, face às novas perspectivas econômicas que a mesma oferecia para estes locais.

Estas constatações, e também a não correspondência de incremento de participação relativa na população urbana nacional por parte de algumas regiões e/ou estados, permitem afirmar que aparentemente alguns Estados vêm intensificando o seu processo de produção de leite. Exemplos típicos são os casos do Rio Grande do Sul que outrora grande produtor de carne, parece estar especializando-se na produção de leite; Minas Gerais que apesar de apresentar um decréscimo de participação bastante significativo, continua responsabilizando-se por mais de 30% da

produção nacional; e o caso de Goiás que apresenta uma crescente participação ao longo dos períodos estudados.

V - EVOLUÇÃO INTER-REGIONAL E INTER-ESTADUAL NAS EXPORTAÇÕES

As exportações, no Brasil, sempre estiveram intimamente associadas ao processo de desenvolvimento econômico. Na fase primário-exportadora, eram as exportações, concentradas em alguns poucos produtos primários, que geravam e sustentavam o nível de renda e emprego da economia. Estas exportações, propiciavam também os recursos necessários à importação da grande maioria dos bens consumidos internamente.

A partir de 1930, com a aceleração do desenvolvimento industrial do país, basicamente localizado em São Paulo, surge um novo padrão de acumulação na economia, ou seja, a variável dinâmica passa a ser investimento interno - principalmente industrial - em substituição à variável externa, exportação. Esta reversão da variável dinâmica para o mercado interno, deu-se na forma de instalação de indústrias substitutivas de importações. Este processo exigia importações crescentes de bens de capital, matérias-primas e produtos intermediários, necessários à expansão industrial. Os recursos necessários a estas importações eram retirados do setor exportador, através de vários mecanismos de política econômica. Os rígidos controles impostos pelo governo no mercado de divisas nesta fase, impediam que as regiões, exceto o Sudeste, pudessem realizar sistematicamente suas importações do exterior. Com isto, estas regiões teriam

forçosamente que se abastecer de produtos manufaturados oriundos da região que se industrializava, a custos mais elevados, em comparação com os produtos anteriormente vindos do exterior.

O que importa reter neste momento, é a importância que representavam as exportações neste novo processo, pois delas dependia a captação de recursos no mercado externo, necessários às importações do setor industrial, em expansão.

Até o início da década de 60, a preocupação da política econômica estava em grande medida direcionada ao processo de industrialização, da qual decorria uma concentração da estrutura das exportações, em alguns poucos produtos primários com maiores possibilidades de mercado externo. Quanto ao reflexo desta medida nas exportações nacionais, CASTRO¹ afirma:

"Ora, é bem sabido que as exportações de produtos primários pouco cresceram ao longo do período correspondente à moderna industrialização. Fazendo 1938/39 = 100, em 1962 as exportações brasileiras de matérias-primas seria de 114, enquanto que a de alimentos e bebidas seria de 68".

A partir de 1964, o governo começa a formular políticas destinadas a incentivar e promover a exportação de produção manufaturados, face à perspectiva não muito favorável que se vislumbrava para as exportações tradicionais, no mercado interna-

¹CASTRO, Antonio B, de. Agricultura e desenvolvimento no Brasil, in 7 Ensaios sobre a Economia Brasileira, 2ª ed. São Paulo, Forense, 1972, vol.1 p. 106.

cional. Esta política, através de inúmeros incentivos e isenções fiscais, colocava o produto manufaturado em condições de competitividade no mercado internacional. Por outro lado, as exportações agrícolas ficaram à margem da política promocional dirigida às manufaturas. No entanto, apesar de persistirem os confiscos, contingenciamentos, entre outros, incidentes na exportação desses produtos, pode-se dizer que os mesmos foram beneficiados indiretamente, pois as sucessivas desvalorizações cambiais resultavam numa elevação da remuneração do setor exportador em geral, ou seja, obtinha-se mais cruzeiros por dólar exportado.

Apesar do esforço governamental, no sentido da diversificação da pauta de exportação nacional, desde o princípio da década de 60, nos anos mais recentes, verifica-se ainda a extrema dependência da balança comercial brasileira de cinco produtos primários, que frequentemente sofrem oscilações de preços no mercado internacional. Estes produtos são: café, cacau, soja, açúcar e minério de ferro, que em 1977, foram responsáveis por quase 60% das receitas de exportação do país.

A crise que atravessa o sistema capitalista mundial está tendo graves repercussões na balança de pagamentos do País. Em época de crise a ampliação das exportações fica muito limitada, em decorrência de medidas protecionistas mais rígidas adotadas por países importadores dos produtos nacionais. Além disso, existe a necessidade crescente de importações de insumos básicos e bens de capital, ainda não produzidos internamente. Para agravar ainda mais a situação, existe um serviço da dívida externa que vem consumindo quantidades crescentes do

valor das exportações. Este serviço consumiu mais de 50% das divisas arrecadadas com as exportações, em 1977. Este quadro nada otimista descrito acima, faz prever a necessidade imperativa de se buscar políticas alternativas que permitam, eventualmente, melhorar o desempenho das exportações brasileiras, nos próximos anos.

O objetivo de presente item é mostrar a contribuição do Estado do Paraná nessa área de tanta importância para a economia nacional, como ficou demonstrado anteriormente. A análise se concentra no exame da participação relativa do Paraná nas exportações nacionais, comparativamente a alguns estados selecionados.

1 - LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Dada a inexistência de informações estatísticas referentes às exportações agrícolas regionais e estaduais, no período 1947/71, não foi possível identificar se ocorreu uma nova conformação regional e/ou estadual das exportações agrícolas nacionais, semelhantes à redistribuição da produção agrícola, resultante da aceleração do processo de industrialização, neste período. No entanto, esta limitação não impede que se faça algumas suposições neste sentido, uma vez que, até princípio da década de 60, as exportações nacionais eram constituídas basicamente por produtos agrícolas.

Os dados estatísticos de valor total da exportação por região e por Estado, no período 1947/75, não se referem à exportação por zona produtora, e sim, por portos de embarque, ae-

roportos e postos aduaneiros. Este fato, portanto, pode estar subestimando a exportação de algumas regiões e estados e superestimando a de outros, uma vez que o embarque da mercadoria em uma região, ou estado, não significa necessariamente que a mesma a tenha produzido. Um exemplo disto é o caso das regiões Sul e Sudeste, pois as exportações de café do Paraná (principalmente da região norte do Estado), antes da metade da década de 60, eram em grande parte embarcadas para o exterior via porto de Santos. A proximidade e a existência de ligações rodoviárias e/ou ferroviárias, permitiam um escoamento rápido a custos menores, em comparação com a alternativa de se exportar pelo porto de Paranaguá. Como se sabe, a ligação rodoviária do Norte do Estado com o Sul, só foi completada em princípios de 1965. Entretanto, esta limitação estatística não invalida as informações referidas, como se demonstrará a seguir.

Por outro lado, os dados estatísticos relativos ao período 1972/77, referem-se à exportação por zona produtora. A classificação das exportações em produtos básicos e industrializados é a mesma adotada pela Carteira de Comércio Exterior (CACEX), guardando, portanto, todas as imperfeições decorrentes de tal classificação.

2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO 1947/75.

A tabela 1 mostra como se distribuem regionalmente as exportações brasileiras, em termos de valor em cruzeiros. Nota-se claramente o acentuado aumento de participação das exportações da região Sul, ao longo do período, chegando mesmo a du-

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS EXPORTAÇÕES REGIONAIS NO TOTAL EXPORTADO PELO PAÍS - MÉDIAS TRIENAIS DE VALORES CORRENTES - DADOS POR PORTO DE EMBARQUE, AEROPORTOS E POSTOS ADUANEIROS
(em 1.000,00 correntes)

REGIÕES	EXPORTAÇÕES							
	ANOS							
	1947/49	%	1960/62	%	1967/69	%	1973/75	%
Sul	3.028	14,4	42.031	18,0	1.704.250	26,0	15.407.723	28,8
Sudeste	14.079	67,0	123.699	53,1	3.532.662	53,9	27.785.760	52,0
Centro-Oeste	19	0,1	789	0,3	16.208	0,2	683.568	1,3
Norte	358	1,7	13.293	5,7	207.297	3,1	1.184.980	2,2
Nordeste	3.526	16,8	53.323	22,9	1.117.245	17,0	8.394.497	15,7
Brasil	21.010	100,0	233.135	100,0	6.552.553	100,0	53.456.562	100,0

FONTE: DADOS ORIGINAIS - ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - IBGE - 1947/75

plicar esta participação ao final do período. No entanto, deve-se levar em consideração, que antes de 1965 parcela significativa das exportações paranaenses eram embarcadas para o exterior via porto de Santos, como já se referiu anteriormente. Este fato, portanto, pode estar subestimando a participação desta região nas exportações nacionais, nos anos anteriores a 1965.

A região Sudeste apresentou participação relativa declinante no período, perdendo 15 pontos percentuais, que foram distribuídos entre as demais regiões, destacando-se a região Sul, que abarcou a maior parcela, ou seja, 14,4 pontos percentuais. Apesar desta tendência declinante de participação, o Sudeste não perdeu o primeiro posto na exportação por região, sendo responsável por mais da metade do valor exportado, em todo o período analisado.

A região Nordeste, por seu turno, apresentou uma elevação de 6,1 pontos percentuais na sua participação no período 1947/49 a 1960/62. Entretanto, no período 1960/62 a 1973/75 apresentou um decréscimo de participação de 7,2 pontos percentuais. A razão deste decréscimo no último período é explicado por DOELLINGER e outros, que dizem: "Que isto resultou no fato de que esta região teria sido incapaz de diversificar suas vendas ao exterior, praticamente permanecendo dependente dos mesmos produtos tradicionais dos anos 50 (açúcar, cacau, sisal, babaçu, algodão)",² produtos estes, que frequentemente enfrentam, osci-

²DOELLINGER, Carlos Von et alii - Transformação da estrutura das exportações brasileiras: 1964/70 - Rio de Janeiro, IPEA/INPES - 1973 - p.75 e 76.

lações de preços no mercado internacional.

3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, TOTAL E POR GRAUS DE ELABORAÇÃO, NOS PERÍODOS 1972/77

Nota-se na tabela 2, que a região Sudeste continua sendo a mais importante em termos de captação de divisas no exterior, sendo responsável por pouco mais de metade das exportações nacionais, nos últimos anos.

A região Sul, apesar de algumas flutuações, apresentou uma certa estabilidade de participação ao longo do período, alcançando 29,94% das exportações nacionais em 1977. Estas súbitas elevações de participação do Sul nas exportações totais, principalmente em 1973 e 1976, são devidos às condições muito favoráveis em que se encontravam alguns produtos, oriundos desta região, no mercado externo, especialmente o café e a soja, que experimentaram elevações significativas nas suas cotações.

A região Nordeste, por seu turno, apresentou acréscimos seguidos de decréscimos de participação, ao longo do período, chegando a representar 12,45% das exportações totais no último ano da série.

Pode-se observar na tabela 3, referente à distribuição regional das exportações brasileiras de produtos básicos, que a região Sudeste apresentou decrescente participação no período 1972/75, perdendo 7,7 pontos percentuais. No entanto, a partir de 1976, ocorre uma recuperação desta região, que atinge 47,74% das exportações nacionais de produtos básicos, em 1977.

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS REGIÕES NO TOTAL GERAL EXPORTADO PELO PAÍS - DADOS POR ZONA PRODUTORA, INCLUSIVE CAFÉ

(em US\$ 1.000,00)

Regiões*	1972		1973		1974		1975		1976		1977	
		%		%		%		%		%		%
Sul	1.144.549	28,68	1.991.386	32,12	2.057.269	25,87	2.444.464	28,23	3.355.089	33,12	3.634.859	29,94
Sudeste	2.105.219	52,75	3.167.242	51,09	4.132.235	51,97	4.393.715	50,74	5.323.437	52,55	6.510.005	53,62
Norte	94.446	2,37	117.440	1,89	171.892	2,16	198.168	2,29	203.115	2,00	218.480	1,80
Nordeste	555.965	13,93	741.149	11,96	1.448.682	18,22	1.486.573	17,17	947.753	9,36	1.511.508	12,45
Centro-Oeste	28.546	0,71	31.384	0,51	35.726	0,45	39.668	0,46	37.788	0,37	84.066	0,69
Não Declarados	62.486	1,56	150.599	2,43	105.192	1,33	96.029	1,11	263.194	2,60	181.837	1,50
Total Geral das Exportações Brasileiras	3.991.211	100,0	6.199.200	100,0	7.950.996	100,0	8.658.617	100,0	10.130.376	100,0	12.140.755	100,0

FONTE: RELATÓRIO ANUAIS DA CACEX

*Nas exportações totais das regiões produtoras foram incluídas às exportações de café em grão e industrializado por porto de embarque contido nos Relatórios da CACEX

TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS REGIÕES NO TOTAL EXPORTADO PELO PAÍS DE PRODUTOS BÁSICOS* - DADOS POR ZONA PRODUTORA -
INCLUSIVE CAFÉ EM GRÃO**

(em US\$ 1.000,00)

Regiões	1972		1973		1974		1975		1976		1977	
		%		%		%		%		%		%
Sul	855.245	31,39	1.543.502	37,68	1.496.557	31,17	1.734.816	34,58	2.517.874	41,07	2.599.731	37,25
Sudeste	1.331.533	48,87	1.916.112	46,77	2.193.597	45,69	2.063.708	41,14	2.899.067	47,28	3.332.321	47,74
Norte	73.571	2,70	83.244	2,03	116.338	2,42	149.843	2,99	138.562	2,26	132.415	1,90
Nordeste	417.680	15,33	503.477	12,29	979.333	20,40	1.041.766	20,78	552,084	9,00	859.557	12,32
Centro-Oeste	19.095	0,70	17.137	0,42	15.395	0,32	24.799	0,49	20.322	0,33	55.164	0,79
Não Declaradas	27.484	1,01	33.029	0,81	-	-	1.238	0,02	3.264	0,06	-	-
Total das Exportações Brasileiras	2.724.608	100,0	4.096.501	100,0	4.801.220	100,0	5.016.170	100,0	6.131.173	100,0	6.979.188	100,0

FONTE: BRASIL EXPORTAÇÃO - BANCO DO BRASIL - CACEZ - DIESN - NUSAN

*Produtos Básicos - Açúcar Demerara, Algodão em Rama, Algodão "Linters", Amendoim em Grão, Arroz, Banana, Cacau em Amêndoa, Café Cru em Grão, Camarão, Carne de Bovinos Fresca, Refrigerada ou Congelada, Carne de Equinos Fresca, Refrigerada ou Congelada, Castanha de Cajú, Chá em Folhas, Erva-Mate, Farelo e Torta de Amendoim, Farelo e Torta de Caroço de Algodão, Farelo e Torta de Soja, Frutas em Estado Natural, Fumo em Folhas, Lã, Exclusive Fios, Lagosta, Melão Comestível e não Comestível, Milho em Grão, Minério de Ferro, Minério de Manganês, outros Minérios, Óleo Bruto de Petróleo, Pimenta em Grão, Sisal, Soja em Grão, Outros Produtos Básicos.

**Nas Exportações Regionais de Produtos Básicos Foram Incluídas as Exportações de Café em Grão, Por Porto de Embarque, Constantes nos Relatórios Anuais da CACEX. A Exportação Paranaense de Café Pelo Porto de Santos, Foi Adicionada ao Montante Exportado Pela Região Sul, e Por Consequente da Exportação do Sudeste foi Subtraída Aquela Parcela - Os Dados de Exportação de Café Paranaense, Pelo Porto de Santos Foram Extraídas Dos Relatórios do CEXPAR - Centro de Comércio Exterior do Paraná.

Esta recuperação, nos dois últimos anos da série, seria decorrência da elevação das cotações do café no mercado internacional, pois do valor total de produtos básicos exportados por esta região, aproximadamente 54% é referente às exportações de café.

Quanto à região Sul, a sua participação nas exportações nacionais de produtos básicos apresentou o mesmo tipo de comportamento da participação nas exportações totais, ou seja quando a participação dos produtos básicos cresce ou decresce, também cresce ou decresce a participação da região nas exportações totais. Este comportamento semelhante, é justificado pelo fato de ser esta região grande exportadora de produtos agropecuários que sem dúvida, possuem grande peso nas exportações totais.

Em ordem de importância, o Sul é a segunda região exportadora de produtos básicos, participando, em 1977, com 37,25% das exportações nacionais desses produtos.

A região Nordeste, por seu turno, apresentou o mesmo tipo de comportamento da participação nas exportações totais, ou seja acréscimos seguidos de decréscimos de participação nas exportações nacionais de básicos, ao longo do período. A esta região, couberam 12,32% das exportações nacionais de produtos básicos, em 1977.

Quanto à distribuição regional das exportações nacionais de produtos industrializados, pode-se dizer que a região Sudeste, apesar de pequenas flutuações, apresentou uma certa

estabilidade de participação ao longo do período, contribuindo sempre com mais de 60% da exportação nacional de industrializados em todo o período, como pode-se observar na tabela 4.

Nota-se, portanto, que o Sudeste constitui-se na principal região exportadora de produtos industrializados do país. Partindo-se do pressuposto que a distribuição regional da exportação guarde estreita relação com a própria distribuição regional da produção, é plenamente justificada a hegemonia apresentada pela região Sudeste na exportação de industrializados, pois é nesta região que se concentra o grosso da indústria nacional.

Quanto à região Sul, também apresentou uma certa estabilidade de participação nas exportações de industrializados, ao longo do período, participando quase sempre com pouco mais de 20% na exportação nacional de industrializados.

As exportações de industrializados do Sul constituem-se basicamente de produtos agroindustriais, pois nesta região localizam-se ramos agroindustriais, notadamente complementares ao núcleo da indústria localizado no Sudeste.

No que se refere ao Nordeste, esta região apresentou acréscimo de participação no período 1972/74, subindo 4,5 pontos percentuais, chegando a representar 15,69% das exportações nacionais de produtos industrializados em 1974. Entretanto, a partir deste ano, ocorrem pequenas flutuações de participação chegando a representar 13,26% em 1977.

TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS REGIÕES NO TOTAL GERAL EXPORTADO PELO PAÍS DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS* DADOS POR ZONA PRODUTORA - INCLUSIVE CAFÉ INDUSTRIALIZADO

(em US\$ 1.000,00)

Regiões	1972		1973		1974		1975		1976		1977	
		%		%		%		%		%		%
Sul	287.933	23,56	443.501	22,84	554.044	18,75	694.972	20,24	810.735	22,41	1.015.486	20,79
Sudeste	762.794	62,43	1.209.174	62,28	1.861.856	63,00	2.237.893	65,17	2.335.993	64,56	3.105.943	63,60
Norte	20.732	1,70	33.972	1,75	55.258	1,87	46.841	1,36	63.866	1,77	85.705	1,75
Nordeste	136.566	11,18	234.549	12,08	463.675	15,69	439.256	12,79	390.063	10,78	647.609	13,26
Centro-Oeste	9.409	0,77	14.191	0,73	20.330	0,69	14.861	0,44	17.449	0,48	28.902	0,60
Não Declaradas	4.314	0,36	6.131	0,32	7	0,00	5	0,00	18	0,00	-	-
Total Geral das Exportações Brasileiras de Prod. Industrializados.	1.221.749	100,0	1.941.518	100,0	2.955.170	100,0	3.433.828	100,0	3.618.124	100,0	4.883.645	100,0

FONTE: BRASIL EXPORTAÇÃO - BANCO DO BRASIL - CACEX - DIESEN - NUSAM

*Açúcar Refinado, Borracha Manufaturado, Café Industrializado, Calçados, Carne de Boi Industrializada, Chapas de Ferro, Aço ou Aço Liga, Chapas de Construção, de Pasta de Papel, Cordéis, Cabos e Cordas, Cutelaria e Talheres de Metais Comuns, Extrato, Ferramentas, Fios de algodão, Fios de Fibras Sintéticos de Artificiais, Fios de Seda, Jóias e Bijuterias, Madeiras Laminada de Jacarandá, Madeiras Laminadas Exceto de Jacarandá, Manufaturas de Couro, Máquinas e Aparelhos Elétricos, Seus Pertences e Acessórios, Máquinas e Aparelhos para Escritórios, Seus Pertences e Acessórios, Máquinas para Extração e movimentação de terra, Escavação ou perfuração do Solo, Maquinas-Ferramentas, Seus Pertences e Acessórios, Máquinas, Cadeiras, Aparelhos e Instrumentos Mecânicos, Material de Transporte, Mentol, Móveis, Mobiliário Médico-cirúrgico, Oleos Combustíveis do Petróleo, etc.

4 - IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS EXPORTAÇÕES REGIONAIS DE PRODUTOS BÁSICOS E INDUSTRIALIZADOS, NO TOTAL GERAL EXPORTADO PELO PAÍS

As exportações de produtos básicos do país revestem-se ainda de grande importância na pauta de exportação nacional. Apesar disso, essa importância relativa mostra-se decrescente ao longo do período, chegando a representar, em 1977, 57,48% do valor total exportado pelo país (ver tabela 5).

TABELA 5 - EXPORTAÇÕES REGIONAIS DE PRODUTOS BÁSICOS/TOTAL GERAL EXPORTADO PELO PAÍS. (em %)

Regiões	Anos					
	1972	1973	1974	1975	1976	1977
Sul	21,43	24,90	18,82	20,04	24,85	21,41
Sudeste	33,36	30,91	27,59	23,83	28,62	27,45
Norte	1,84	1,34	1,46	1,73	1,37	1,09
Nordeste	10,46	8,12	12,32	12,03	5,45	7,08
Centro-Oeste	0,48	0,28	0,19	0,29	0,20	0,45
Produtos básicos						
Exportação total	67,57	65,55	60,38	57,92	60,49	57,48

FONTE: DADOS ORIGINAIS EXTRAÍDOS DOS RELATÓRIOS ANUAIS DO CACEX.

Percebe-se ainda, nesta tabela, que as exportações de produtos básicos do Sudeste representaram grande peso nas exportações totais nacionais, apresentando, ao longo do período, uma taxa de participação superior a 27%, excetuando-se 1975 em que esta participação esteve um pouco abaixo.

No que se refere às exportações de produtos básicos da

região Sul, estas apresentaram - apesar de algumas oscilações - uma participação nas exportações nacionais totais em torno de 20% ao longo do período. Constituindo-se portanto, na segunda região em termos de importância relativa das exportações de produtos básicos nas exportações totais do país.

Por outro lado, a região Nordeste foi a que apresentou maior irregularidade na participação dos produtos básicos no total geral exportado pelo país, ao longo do período, não permitindo identificar qualquer tendência e nem estabilidade de participação.

A tabela a seguir mostra a participação relativa das exportações regionais de produtos industrializados, no total geral exportado pelo país, em termos de valor em US\$.

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES REGIONAIS DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/
TOTAL GERAL EXPORTADO PELO PAÍS. (em %)

Regiões	Anos					
	1972	1973	1974	1975	1976	1977
Sul	7,21	7,15	6,97	8,03	8,00	8,36
Sudeste	19,11	19,51	23,42	25,85	23,06	25,58
Norte	0,52	0,55	0,69	0,54	0,63	0,71
Nordeste	3,42	3,78	5,83	5,07	3,85	5,33
Centro-Oeste	0,24	0,23	0,26	0,17	0,17	0,24
Não declaradas	0,11	0,10	-	-	-	-
Produtos indust. Export. Total	30,61	31,32	37,17	39,66	35,71	40,22

FONTE: DADOS ORIGINAIS EXTRAÍDOS DOS RELATÓRIOS ANUAIS DA CACEX.

Verifica-se pela tabela 6, que as exportações de produtos industrializados do país vêm crescendo de importância na pauta de exportação, nos últimos anos. Em 1977, do valor total exportado pelo país, 40,22% eram referentes à exportação de produção industrializados.

Os dados referentes ao Sudeste, mostram a grande importância que representam as exportações de produtos industrializados desta região na pauta de exportação nacional. Constituindo-se, portanto, na principal região exportadora desse tipo de produto. Somente os produtos industrializados exportados pelo Sudeste, foram responsáveis por um quarto das exportações nacionais, em 1977.

Quanto à região Sul, nota-se que a participação das exportações de industrializados desta região, na pauta de exportação nacional - apesar de pequenas oscilações - vem se apresentando de forma crescente. Estes produtos representaram 8,36% das exportações nacionais, em 1977. Ressalta-se contudo, que esta importância relativa fica muito aquém daquela representada pelo Sudeste.

No que se refere às demais regiões, nota-se a baixa representatividade que possuem as exportações de industrializados destas regiões, no total geral exportado pelo país. Destas, destaca-se apenas o Nordeste, que apesar de apresentar uma participação bastante oscilante, chegou a representar 5,33% das exportações nacionais, em 1977.

5 - IMPORTÂNCIA RELATIVA DE ALGUNS ESTADOS SELECIONADOS NA EXPORTAÇÃO NACIONAL, NO PERÍODO 1947/75.

Observa-se na tabela 7, referente à participação dos Estados na exportação nacional, que São Paulo apresentou um decréscimo de participação de 16,7 pontos percentuais, no período 1947/49 a 1960/62. No entanto, a partir deste período, este Estado começa a elevar novamente sua participação, chegando a representar 36,2% das exportações nacionais, no fim do período. Constitui, portanto, o Estado mais importante em termos de exportação para o exterior.

Quanto ao Estado do Paraná, verificou-se que o mesmo apresentou uma tendência crescente de participação, ao longo do período. O decréscimo de participação verificado no período 1967/69 a 1973/75 é devido principalmente ao aumento significativo de participação apresentado pelo Rio Grande do Sul neste período, pois como se sabe, um aumento de participação de um estado nas exportações nacionais, significa necessariamente que outros Estados estão perdendo participação, e vice-versa. As exportações do Paraná representaram 13,3% das exportações nacionais, no último período.

No que se refere ao Rio Grande do Sul, excetuando-se o período 1947/49 a 1960/62, - no qual ocorreu um pequeno decréscimo de participação - pode-se dizer, que este Estado também apresentou uma tendência crescente de participação nas exportações nacionais, ao longo do período. Este Estado, chegou a representar, em média, 13,9% das exportações nacionais, no último triênio, superando o Paraná por pequena margem. Este expres-

TABELA 7 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS SELECIONADOS NO TOTAL EXPORTADO PELO PAÍS - MÉDIAS TRIENAIIS DE VALORES CORRENTES - DADOS POR PORTO DE EMBARQUE, AEROPORTOS E POSTOS ADUANEIROS

(em Cr\$ 1.000,00 Correntes)

Estados	Exportações							
	Anos							
	1947/49	%	1960/62	%	1967/69	%	1973/75	%
Paraná	1.112	5,2	20.724	8,9	1.145.181	17,5	7.106.075	113,3
Santa Catarina	328	1,5	6.453	2,8	104.569	1,6	890.421	1,7
Rio Grande do Sul	1.587	7,5	14.854	6,4	512.351	7,8	7.411.227	13,9
São Paulo	10.550	49,7	77.043	33,0	2.268.732	34,6	19.345.674	36,2
Minas Gerais	-	-	-	-	421	0,0	91.486	0,2
Mato Grosso	19	0,1	789	0,3	16.207	0,2	683.392	1,3
Brasil	21.210	100,0	233.135	100,0	6.552.551	100,0	54.456.562	100,0

sivo aumento de participação apresentado no último período, deve estar relacionado com a introdução da cultura da soja neste Estado.

A insignificante participação de Minas Gerais nas exportações nacionais decorre do tipo de informação de que se dispõe, ou seja, dados por portos de embarque, aeroportos e postos aduaneiros e não por zona produtora. Dada a inexistência de porto marítimo neste Estado, a produção exportável é necessariamente embarcada por outros portos localizados fora do Estado, o que explica, sem dúvida, esta baixíssima participação verificada.

TABELA 8 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS SELECIONADOS NO TOTAL EXPORTADO POR SUAS RESPECTIVAS REGIÕES.

Estados	Anos			
	1947/49	1960/62	1967/69	1973/75
Paraná	36,7	49,3	67,20	46,1
Santa Catarina	10,8	15,4	6,14	5,8
Rio Grande do Sul	52,5	35,3	30,06	48,1
São Paulo	74,9	62,3	64,22	69,6
Minas Gerais	-	-	0,01	0,3
Mato Grosso	100,0	100,0	100,0	99,9

FONTE: Tabelas 1 e 3

Constata-se na tabela 8, que no período 1947/49 a 1967/69, o Paraná aumenta significativamente sua participação nas exportações da região Sul, tornando-se o principal Estado

exportador desta região. Neste mesmo período, o Rio Grande do Sul apresentou tendência inversa àquela apresentada pelo Paraná, ou seja, sua participação nas exportações da região Sul decresce sensivelmente, perdendo inclusive o primeiro posto na exportação regional. No entanto, no período 1967/69 a 1973/75 as posições se invertem, ou seja, enquanto o Paraná diminui sua importância relativa nas exportações regionais, a participação do Rio Grande do Sul aumenta significativamente tornando-se, novamente, o principal Estado exportador da região.

No que se refere a São Paulo, nota-se a grande importância que representam às exportações deste Estado nas exportações da região Sudeste, ao longo do período. O comportamento da participação deste Estado pode ser dividido em dois períodos distintos: o primeiro de 1947/49 a 1960/62, no qual ocorre um declínio de participação de 12,6 pontos percentuais. O segundo de 1960/62 a 1973/75, no qual ocorre a recuperação da participação deste Estado, sem contudo, voltar ao nível de participação atingindo no primeiro triênio.

6 - IMPORTÂNCIA RELATIVA DE ALGUNS ESTADOS SELECIONADOS NA EXPORTAÇÃO NACIONAL, TOTAL, DE PRODUTOS BÁSICOS E INDUSTRIALIZADOS, NO PERÍODO 1972/77.

A tabela 9 demonstra que nos últimos anos, o Estado de São Paulo continua sendo o mais importante, em termos de exportação nacional. Sua participação, neste período, apresentou uma certa estabilidade, situando-se em torno de 37%, excetuando-se 1975 e 1976 em que esta participação esteve um pouco abaixo desta cifra.

TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTADOS PRODUTORES SELECIONADOS NO TOTAL EXPORTADO PELO PAÍS, DADOS POR ZONA PRODUTORA, INCLUSIVE CAFÉ

(em US\$ 1.000,00)

Estados*	Anos											
	1972	%	1973	%	1974	%	1975	%	1976	%	1977	%
Paraná	616.282	15,44	1.002.299	16,17	1.011.981	12,73	1.036.249	11,95	1.619.969	15,99	1.576.890	12,99
Santa Catarina	77.286	1,94	112.719	1,82	163.122	2,05	213.357	2,46	272.736	2,46	342.670	2,82
Rio Grande do Sul	450.981	11,30	876.368	14,14	882.166	11,10	1.195.248	13,79	1.463.022	14,44	1.715.299	14,13
São Paulo	1.512.174	37,89	2.324.300	37,49	2.960.506	37,23	2.823.496	32,57	3.449.804	34,05	4.593.356	37,84
Minas Gerais	338.609	8,48	508.680	8,21	745.175	9,37	1.146.350	13,22	1.256.343	12,40	1.175.578	9,68
Mato Grosso	23.816	0,60	24.187	0,39	22.222	0,28	26.010	0,30	21.706	0,21	25.302	0,21
Goiás	4.729	0,12	7.194	0,12	13.491	0,17	13.658	0,16	16.078	0,16	58.750	0,48
Total Geral das Exportações Brasileiras	3.991.219	100,0	6.199.200	100,0	7.950.996	100,0	8.669.944	100,0	10.130.376	100,0	12.140.755	100,0

FONTE: RELATÓRIO ANUAIS DA CACEX

*Nas Exportações totais dos Estados Produtores Foram Incluídas às Exportações de Café em Grão e Industrializado por Porto em Barque contido nos Relatórios da CACEX - A exportação de café paranaense pelos pelo porto de Santos foi adicionada ao montante exportado por Paranaguá, e por conseguinte de Café Paranaense pelo Porto de Santos foram extraídos dos relatórios do CEXPAR - Centro de Comércio Exterior do Paraná.

Quanto ao Paraná, sua participação relativa nas exportações nacionais apresentou-se de forma bastante irregular, não permitindo identificar qualquer tipo de tendência, ao longo do período. Em 1977, o Estado do Paraná foi responsável por aproximadamente 13% do valor exportado pelo país.

No que se refere ao Rio Grande do Sul, verificou-se que sua participação, apesar de apresentar algumas oscilações vem crescendo de importância, ao longo do período. Do valor total exportado pelo país em 1977, 14,13% couberam a este Estado.

O Estado de Minas Gerais por seu turno, apresentou participação crescente nas exportações nacionais, no período 1972/75, chegando inclusive a suplantar a participação apresentada pelo Paraná, em 1975. No entanto, a partir deste ano começa a perder participação, chegando a representar 9,68% das exportações nacionais, em 1977.

A tabela 10 indica que o Estado de São Paulo apresentou um decréscimo de participação nas exportações nacionais de produtos básicos de 14,85 pontos percentuais, no período 1972/75.

Entretanto, a partir de 1975 este Estado começa a elevar novamente sua participação, sem contudo chegar ao mesmo nível da participação de 1972. Apesar deste decréscimo relativo de participação apresentado por São Paulo no início do período, este Estado lidera as exportações estaduais desse tipo de produção, em todo o período analisado.

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTADOS SELECIONADOS NO TOTAL EXPORTADO PELO PAÍS DE PRODUTOS BÁSICOS.*
DADOS POR ZONA PRODUTORA INCLUSIVE CAFÉ

(em US\$ 1.000,00)

Estados	Anos											
	1972	%	1973	%	1974	%	1975	%	1976	%	1977	%
Paraná	529.216	19,42	857.604	20,94	835.962	17,41	877.843	17,50	1.047.365	17,08	1.314.502	18,83
Santa Catarina	21.472	0,79	29.618	0,72	41.874	0,87	62.384	1,24	115.976	1,89	145.894	2,09
Rio Grande do Sul	304.557	11,18	656.280	16,02	618.721	12,89	794.589	15,84	981.474	16,01	1.139.335	16,33
São Paulo	929.999	34,13	1.363.117	33,28	1.427.426	29,73	967.111	19,28	1.559.052	25,43	2.056.273	29,46
Minas Gerais	270.462	9,93	412.236	10,06	608.860	12,68	963.771	19,21	1.048.856	17,11	916.099	13,13
Mato Grosso	14.860	0,55	10.504	0,26	3.163	0,07	11.173	0,22	4.475	0,07	6.975	0,10
Goiás	4.235	0,16	6.630	0,17	12.232	0,25	13.626	0,27	15.846	0,26	48.180	0,69
Total das Exportações Brasileiras de Produtos Básicos	2.724.608	100,0	4.096.501	100,0	4.801.221	100,0	5.016.170	100,0	6.131.173	100,0	6.979.188	100,0

FORNTE: RELATÓRIO ANUAIS DA CACEX

*Inclusive Café em Grão.

Em ordem de importância, no cômputo geral do período, o Paraná é o segundo Estado exportador de produtos básicos da União. Sua participação na exportação nacional desse tipo de produto apresentou uma certa regularidade, ao longo do período. Não crescendo e nem decrescendo muito, chegando a representar 18,83% do valor das exportações de produtos básicos do país, em 1977.

Quanto ao Rio Grande do Sul, excetuando-se a participação relativa de 1973, pode-se dizer que este Estado apresentou tendência crescente de participação nas exportações nacionais de produtos básicos, ao longo do período. Em 1977, esta participação situou-se em 16,33%.

Minas Gerais é outro Estado que, no cômputo geral, vem apresentando tendência crescente de participação ao longo do período, chegando inclusive em alguns anos da série a suplantear a participação apresentada pelo Paraná. Em 1977, do valor exportado de produtos básicos do país, 13,13% couberam a este Estado.

Observa-se na tabela 11, a grande importância que representam as exportações de produtos industrializados de São Paulo, no total destes produtos exportados pelo país. A este Estado coube, aproximadamente, metade do valor exportado de produtos industrializados pelo país, ao longo do período.

Dentre os demais Estados selecionados, destaca-se apenas o Rio Grande do Sul, com uma participação, apesar de algumas oscilações maiores, em torno dos 11%, ao longo do período,

TABELA 11 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTADOS PRODUTORES SELECIONADOS NO TOTAL EXPORTADO PELO PAÍS DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - DADOS POR ZONA PRODUTORA - INCLUSIVE CAFÉ INDUSTRIALIZADO

(em US\$ 1.000)

Estados	Anos											
	1972	%	1973	%	1974	%	1975	%	1976	%	1977	%
Paraná	86.811	7,11	144.338	7,43	166.007	5,62	155.376	4,52	196.396	5,43	258.394	5,29
Santa Catarina	55.772	4,56	83.033	4,28	121.063	4,10	150.852	4,39	156.469	4,32	196.241	4,02
Rio Grande do Sul	145.349	11,90	216.130	11,13	258.170	8,74	388.744	11,32	457.870	12,65	560.851	11,48
São Paulo	575.435	47,10	932.475	48,03	1.488.457	50,37	1.839.350	53,57	1.838.803	50,82	2.496.233	51,11
Minas Gerais	68.010	5,57	95.440	4,92	136.101	4,61	170.316	4,96	209.049	5,78	259.479	5,31
Mato Grosso	8.915	0,73	13.627	0,70	19.060	0,64	14.837	0,43	17.215	0,48	18.327	0,38
Goiás	494	0,04	564	0,03	1.257	0,04	24	0,00	235	0,01	10.570	0,22
Total das Exportações Brasileiras de Produtos Industrializados	1.221.750	100,00	1.941.518	100,00	2.955.170	100,00	3.433.828	100,00	3.618.122	100,00	4.883.646	100,00

FONTE: RELATÓRIO ANUAIS DA CACEX.

ocupando, por conseguinte, o segundo posto nas exportações estaduais de produtos industrializados.

Quanto ao Paraná, sua participação nas exportações nacionais de produtos industrializados mostrou-se decrescente, ao longo do período. Em 1977, coube ao Paraná apenas 5,29% do valor destas exportações. Ressalte-se ainda, a baixa representatividade que possuem as exportações de industrializados deste Estado em comparação com a representatividade apresentada por São Paulo e Rio Grande do Sul.

No que se refere a Minas Gerais, sua participação relativa não variou muito, nos últimos anos, aproximando-se sempre dos 5%. Em 1977, somente 5,31% do valor total de produtos industrializados exportados pelo país, couberam a este Estado.

7 - IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS EXPORTAÇÕES ESTADUAIS DE PRODUTOS BÁSICOS E INDUSTRIALIZADOS; NO TOTAL GERAL EXPORTADO PELO PAÍS

A tabela abaixo mostra a importância relativa das exportações de produtos básicos dos Estados selecionados, no total geral exportado pelo país, em termos de valor em US\$.

TABELA 12 - EXPORTAÇÕES ESTADUAIS DE PRODUTOS BÁSICOS/TOTAL GERAL EXPORTADO PELO PAÍS.
(em %)

Estados	Anos					
	1972	1973	1974	1975	1976	1977
Paraná	13,26	13,83	10,51	10,13	10,34	10,83
Santa Catarina	0,54	0,48	0,53	0,72	1,14	1,20
Rio G. do Sul	7,63	10,59	7,78	9,16	9,69	9,38
São Paulo	23,30	21,99	17,95	11,15	15,39	16,94
Minas Gerais	6,78	6,65	7,66	11,12	10,35	7,55
Mato Grosso	0,37	0,17	0,04	0,13	0,04	0,05
Goiás	0,11	0,11	0,15	0,16	0,16	0,40
Produtos básicos	67,57	65,55	60,38	57,92	60,49	57,48
Export. total						

FONTE: DADOS ORIGINAIS EXTRAÍDOS DOS RELATÓRIOS ANUAIS DA CACEX

Verifica-se na tabela anterior, que dos Estados selecionados São Paulo, foi o que apresentou a mais alta relação: exportação de produtos básicos/total geral exportado pelo país, ao longo do período. O comportamento desta relação, nos primeiros quatro anos da série, foi sensivelmente decrescente, no entanto, a partir de 1975, esta relação começa a elevar-se novamente, chegando a somar 16,94%, em 1977. Quanto ao Paraná, depois de São Paulo, foi o Estado que apresentou a mais elevada relação, ao longo do período. Apesar da importância relativa das exportações de produtos básicos deste Estado em pauta nacional ter decrescido nos primeiros anos da série, nos últimos anos vem mantendo-se em torno dos 10%.

No que se refere aos demais Estados, destacam-se apenas os Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, como uma relação crescente, apesar de algumas oscilações ocorridas no período.

TABELA 13 - EXPORTAÇÕES ESTADUAIS DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/
TOTAL GERAL EXPORTADO PELO PAÍS
(em %)

Estados	Anos					
	1972	1973	1974	1975	1976	1977
Paraná	2,18	2,33	2,09	1,79	1,94	2,13
Santa Catarina	1,40	1,34	1,52	1,74	1,54	1,62
Rio G. do Sul	3,64	3,49	3,25	4,48	4,52	4,62
São Paulo	14,42	15,04	18,72	21,22	18,15	20,56
Minas Gerais	1,70	1,54	1,71	1,96	2,06	2,14
Mato Grosso	0,22	0,22	0,24	0,17	0,17	0,15
Goiás	0,01	0,00	0,02	0,00	0,00	0,09
Prod. Indust.						
Export. Total	30,61	31,32	37,17	39,66	35,76	40,22

FONTE: DADOS ORIGINAIS EXTRAÍDOS DOS RELATÓRIOS ANUAIS DA CACEX.

Observa-se na tabela 13, a grande importância que representam as exportações de produtos industrializados de São Paulo, no total geral exportado pelo país. Apesar desta relação apresentar algumas oscilações ao longo do período, pode-se dizer que, no cômputo geral do período, a mesma vem crescendo de importância, chegando a representar 20,56% das exportações nacionais, em 1977.

O Rio Grande do Sul, por seu turno, também vem aumentando a importância das exportações de industrializados no total geral exportado pelo país, nos últimos anos. Constituindo-se, no segundo Estado, em termos de importância relativa das exportações de industrializados na pauta de exportação do país. Em 1977, as exportações desses produtos pelo Rio Grande do Sul, representaram 4,62% do valor total exportado pelo país.

Quanto ao Paraná, a importância relativa das exportações de produtos industrializados deste Estado, no total geral exportado pelo país, não variou muito, nos últimos anos, situando-se em torno dos 2%, ao longo do período. Em 1977, as exportações de produtos industrializados deste Estado, representaram apenas 2,13% do valor das exportações totais nacionais. Ressalte-se ainda, a baixa representatividade que possuem as exportações de produtos industrializados deste Estado, em comparação com a importância apresentada por São Paulo.

No que se refere à participação relativa das exportações de produtos industrializados de Minas Gerais, no total geral exportado pelo país, pode-se dizer que, apesar de ser ainda pouco expressiva, esta participação vem crescendo de importân-

cia nos últimos anos, chegando a representar 2,14%, em 1977.

8 - IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS ESTADOS SELECIONADOS NAS EXPORTAÇÕES NACIONAIS DE ALGUNS PRODUTOS AGRÍCOLAS E SEUS SUBPRODUTOS: NO PERÍODO 1972/77.

Pode-se ver na tabela 14, que o Rio Grande do Sul, apesar de ter diminuído sua importância relativa na exportação de soja e seus derivados, constitui-se no principal Estado exportador destes produtos, em todo o período analisado. Nos últimos anos da série, esta participação esteve em torno dos 50%.

O Paraná, em ordem de importância, é o segundo Estado exportador de soja e seus derivados. No cômputo geral do período, a participação do Paraná na exportação nacional destes produtos mostrou-se crescente. Em 1977, da exportação nacional de soja e seus subprodutos, 37,92% couberam a este Estado.

No que se refere a São Paulo, sua participação nas exportações totais de soja e seus derivados variou bastante ao longo do período. Em 1977, coube a este Estado apenas 7,32% do valor exportado de soja e seus derivados, pelo país. Destaque-se ainda, a baixa representatividade apresentada pelas exportações de soja deste Estado, em comparação com a participação pelos dois maiores exportadores, Rio Grande do Sul e Paraná.

Quanto a Santa Catarina, verificou-se que este Estado apresentou tendência crescente de participação nas exportações nacionais de soja, ao longo do período. No entanto, esta participação mostrou-se ainda pouco expressiva, comparando-se com

TABELA 14 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS SELECIONADOS NA EXPORTAÇÃO NACIONAL DE SOJA E SEUS DERIVADOS*

(em US\$ 1.000 fob)

Estados	Anos											
	1972	%	1973	%	1974	%	1975	%	1976	%	1977	%
Paraná	67.938	23,56	303.356	32,39	302.629	34,09	374.611	28,80	596.806	33,60	807.615	37,92
Santa Catarina	-	-	10.334	1,10	14.573	1,64	25.323	1,95	64.271	3,62	85.451	4,01
Rio Grande do Sul	201.446	69,85	507.948	54,23	479.033	53,96	528.389	40,62	931.697	52,45	1.064.521	49,99
São Paulo	18.912	6,56	54.382	5,81	26.514	2,99	122.493	9,42	177.292	9,98	155.985	7,32
Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	4.353	0,33	-	-	-	-
Mato Grosso	-	-	-	-	-	-	8.744	0,67	-	-	-	-
Goiás	-	-	655	0,07	-	-	-	-	1.558	0,09	-	-
Total das Exportações de Soja e seus Derivados	288.383	100,0	936.597	100,0	887.810	100,0	1.300.667	100,0	1.776.271	100,0	2.129.531	100,0

FONTE: RELATÓRIOS ANUAIS - BRASIL EXPORTAÇÃO - CACEX - NUCEX

*Soja em Grão - Farelo de Soja - Óleo de Soja, Bruto e Refinado - Torta de Soja.

os demais estados exportadores.

A tabela 15 mostra a importância relativa dos Estados selecionados na exportação nacional de café em grão e industrializado, em termos de valor em dólares.

Verificou-se na tabela em questão, que dos três Estados selecionados. São Paulo foi o que apresentou a mais elevada participação nas exportações nacionais de café, em praticamente todo o período analisado. Além disso, esta participação vem crescendo significativamente de importância, nos últimos anos, chegando ao expressivo montante de 67,64% em 1977.

Quanto ao Paraná, observou-se que sua participação na exportação nacional de café vem decrescendo sensivelmente nos últimos anos da série em estudo. Apesar disto, este Estado conserva ainda o segundo posto na exportação brasileira de café, com uma participação aproximada de 18% em 1977.

A participação do Estado do Rio de Janeiro, no valor do café exportado pelo país, variou muito pouco no período recente, situando-se em torno dos 11%. Em 1977, do valor do café exportado, 11,35% couberam a este Estado.

A tabela 16 demonstra, a grande importância que representam as exportações de milho do Paraná, no valor exportado pelo país deste produto. Constituído-se, portanto, no principal Estado exportador de milho do país, com uma elevada participação, em praticamente todo o período analisado. Chegando a abarcar 70,34% do valor das exportações de milho do país, em 1977.

TABELA 15.- PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTADOS SELECIONADOS NA EXPORTAÇÃO NACIONAL DE CAFÉ EM GRÃO E INDUSTRIALIZADO

Estados*	1972		1973		1974		1975		1976		1977	
		%		%		%		%		%		%
Paraná	421.551	32,88	504.842	37,56	430.193	43,88	354.686	37,97	749.020	31,23	471.081	17,95
São Paulo	470.705	44,53	608.335	45,26	348.333	35,53	415.969	44,53	1.173.849	48,95	1.775.456	67,64
Rio de Janeiro	133.148	12,60	143.255	10,66	120.083	12,25	101.893	10,91	283.615	11,83	297.941	11,35
Total do Valor das Exportações Brasileiras de Café	1.057.104	100,00	1.344.153	100,00	980.280	100,00	934.145	100,00	2.398.045	100,00	2.624.750	100,00

FONTE: RELATÓRIOS ANUAIS - BRASIL EXPORTAÇÃO - CACEX - NUCEX

*Os dados de exportações de café, referem-se à exportação por porto de embarque e não por zona produtora. A exportação de café Paranaense pelo Porto de Santos foi adicionada ao montante exportado por Paranaguá, e por conseguinte, da exportação paulista de Café foi subtraída aquela parcela - Os dados de exportação Paranaense de Café pelo porto de Santos foram extraídas dos relatórios do CEXPAR - Centro de Comércio Exterior do Paraná

TABELA 16 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTADOS SELECIONADOS NA EXPORTAÇÃO NACIONAL DE MILHO EM GRÃO

(em US\$ 1.000) fob

Estados	Anos											
	1972	%	1973	%	1974	%	1975	%	1976	%	1977	%
Paraná	7.402	76,87	2.837	90,18	54.954	39,54	77.649	51,47	112.998	68,59	95.428	70,34
Santa Catarina	-		-		-		-		-		4.055	2,99
São Paulo	-		-		74.464	53,57	45.956	30,46	33.558	20,37	7.079	5,22
Minas Gerais	-		-		-		18.159	12,04	7.239	4,39	-	
Goiás	-		-		-		6.432	4,26	9.288	5,64	29.045	21,41
Total do Valor das Exportações Brasileiras de Milho	9.629	100,00	3.146	100,00	138.991	100,00	150.867	100,00	164.733	100,00	135.668	100,00

FONTE: RELATÓRIOS ANUAIS - BRASIL EXPORTAÇÃO - CACEX - NUCEX

Quanto a São Paulo, verificou-se que sua participação na exportação nacional de milho vem decrescendo sensivelmente nos últimos anos. Depois de ser responsável, em 1974, por mais da metade do valor exportado de milho pelo país, em 1977 esta importância relativa declina para apenas 5,22%.

No que se refere a Goiás, apesar da exportação de milho deste Estado só aparecer a partir de 1975, a participação relativa de Goiás no valor do milho exportado pelo país, vem obtendo incrementos substantivos nos últimos anos chegando a atingir 21,41%, em 1977.

A tabela 17 mostra como se distribuem as exportações de algodão em rama pelos estados da União, em termos de valor em dólares.

Constata-se por esta tabela, que o Estado de São Paulo lidera as exportações de algodão, em todo o período analisado. Além disso, este Estado apresentou uma elevada participação relativa, que vem aumentando gradativamente, nos últimos anos. Em 1977, do valor exportado de algodão em rama pelo país, 71,22% couberam ao Estado de São Paulo.

Quanto ao Paraná, a participação deste Estado, na exportação nacional de algodão em rama, mostrou-se bastante oscilante. Apesar disto, este Estado detém ainda o segundo lugar na exportação deste produto por Estado. Do valor exportado de algodão em rama pelo país, em 1977, 25,98% couberam a este

TABELA 17 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTADOS SELECIONADOS NA EXPORTAÇÃO NACIONAL DE ALGODÃO EM RAMA

(em US\$ 1.000 fob)

Estados	Anos											
	1972	%	1973	%	1974	%	1975	%	1976	%	1977	%
Paraná	29.903	15,85	47.055	21,58	12.012	13,21	30.721	31,41	-	-	10.625	25,98
São Paulo	124.366	65,91	138.308	63,42	59.278	65,19	60.655	68,16	-	-	29.126	71,22
Alagoas	-	-	-	-	320	0,35	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	8.705	4,61	8.765	4,02	7.894	8,68	-	-	-	-	-	-
Paraíba	5.969	3,16	4.555	2,09	2.504	2,75	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	549	0,29	1.022	0,47	374	0,41	91	0,09	-	-	-	-
Ceará	147.745	7,81	14.525	6,66	7.565	8,32	-	-	-	-	-	-
Piauí	174	0,09	442	0,20	120	0,13	-	-	-	-	-	-
Goiás	1.590	0,84	-	-	-	-	-	-	-	-	631	1,54
Total do Valor das Exportações Brasileiras de Algodão em Rama	188.682	100,00	218.068	100,00	90.934	100,00	97.794	100,00	-	-	40.894	100,00

FONTE: RELATÓRIOS ANUAIS - BRASIL EXPORTAÇÃO - CACEX - NUCEX

Estado.

9 - CONCLUSÕES

Da análise da distribuição regional da exportação nacional, ficou constatado que o Sudeste, apesar de haver experimentado um decréscimo de participação de 15 pontos percentuais no primeiro período, vem sustentando uma participação nas exportações nacionais em torno de 50%, nos últimos anos. Constituído-se, portanto, na principal região exportadora do país.

Este decréscimo de participação apresentado pelo Sudeste principalmente confrontando-se o período 1947/49 a 1960/62, pode ter suas raízes no fato de que, é neste período que se intensifica o processo de industrialização do país, basicamente localizado nesta região. Com o advento da industrialização, ocorre também uma redistribuição da produção agrícola a partir da região que se industrializava para as demais regiões. Partindo-se do pressuposto que a distribuição regional da exportação guarde estreita relação com a própria distribuição regional da produção, é de supor-se que isto explique, em boa parte, o decréscimo verificado. No entanto, deve-se destacar que este tipo de comportamento não se repete na mesma intensidade no último período, ou seja, passou de 53,9 para 52%, no período 1967/69 a 1973/75. Este fato, portanto, pode parecer contraditório com as afirmações anteriores (da redistribuição da produção agrícola), pois como se sabe, a estrutura da pauta de exportação do país é constituída ainda, em grande parte, por produtos primários. 0

que é preciso esclarecer é que a região Sudeste ao industrializar-se não deixa de produzir produtos primários, o que ocorre de fato, é que esta região passa a dedicar-se a uma produção altamente capitalista, que lhe permite não só atender o mercado interno com vantagem sobre as demais regiões produtoras, como também exportar para o exterior. Por outro lado, também é preciso levar em consideração que as exportações de manufaturados vem crescendo de importância na pauta, nos últimos anos, como se verificou anteriormente. Sendo o Sudeste a região que concentra grande parcela da indústria nacional, é de supor-se que o aumento de participação dos manufaturados na pauta, tenha sustentado, em grande parte, a hegemonia da região, como exportadora.

Quando se desagrega a participação regional nas exportações nacionais, segundo o grau de elaboração dos produtos, verifica-se que a região Sudeste lidera as exportações regionais de produtos básicos e também de produtos industrializados.

Da análise da distribuição regional das exportações, constatou-se ainda, a grande importância que representam as exportações do Sudeste de produtos básicos e industrializados, no valor total exportado pelo país. Estes últimos foram os que apresentaram a participação mais significativa, comparando-se com as demais regiões, pois no último triênio as exportações de industrializados do Sudeste foram responsáveis por aproximadamente um quarto das exportações totais nacionais.

No que se refere ao aumento de importância relativa das

exportações de industrializados do Sudeste no total nacional, cabe destacar que a política promocional de exportação de manufaturados, implementada a partir de 1964, teve importância decisiva. Esta política, através de inúmeros incentivos e isenções tributárias, colocava o produto manufaturado nacional em condições de competitividade no mercado internacional, pois como se sabe, sempre existiu uma grande diferença de custo na produção nacional e internacional desses produtos. Sem dúvida, esta política deve ter em muito contribuído para a sustentação hegemônica da região como exportadora.

Quanto ao Sul, observou-se que esta região duplicou sua participação no valor das exportações nacionais, no período 1947/49 a 1973/75. No entanto, no período recente não se observou a mesma tendência, pois esta região apresentou uma certa estabilidade de participação, não crescendo e nem decrescendo muito.

Este expressivo incremento da participação das exportações da Região Sul nas exportações totais, deve estar relacionado com a unificação da economia brasileira, pois com o processamento da mesma baseada na "nacionalização" da indústria do Sudeste, constituiu-se, também, uma agricultura nacional, operando-se, a partir dos anos quarenta, uma redistribuição da produção agrícola, a partir do Sudeste, para as demais regiões. Sendo que a região Sul foi a mais importante, dada a proximidade e a existência de áreas desabitadas em algumas partes desta região, especialmente no Paraná. Um exemplo disto, é o caso da passagem de parte significativa da cultura cafeeira do

Sudeste para o Sul, ao longo do período, que sem dúvida, é o principal responsável por este espetacular aumento de participação do Sul, já que o café foi e continua sendo o principal produto de exportação do país. Em anos mais recentes, a introdução do cultivo da soja nesta região, veio também contribuir para este incremento de participação verificado.

Quando se desagrega a participação da região Sul nas exportações do país, segundo o grau de elaboração dos produtos, constata-se que a participação relativa da região na exportação nacional de produtos básicos mostra-se mais significativa do que a participação na exportação nacional de produtos industrializados, embora, ainda esteja abaixo da participação da região Sudeste na exportação nacional desse tipo de produto.

Este tipo de comportamento, é justificado pelo fato de ser esta região grande produtora de produtos agropecuários, na qual está evidentemente calcada a exportação. Por outro lado, é importante destacar que, apesar da participação da região na exportação de industrializados não ser da mesma magnitude verificada para os produtos básicos, esta não é totalmente desprezível, pois no período recente, as exportações de industrializados da região representavam um pouco menos de um quarto das exportações nacionais desses produtos. As exportações de produtos industrializados do Sul são basicamente constituídas por produtos oriundos da agropecuária, pois na região, já se faz presente um setor industrial processador deste tipo de produtos, notadamente, complementar ao núcleo da indústria nacional, localizado no Sudeste.

Quando se relaciona a exportação de produtos básicos e industrializados com a exportação total nacional, verifica-se novamente que são as exportações de produtos básicos da região que possuem o maior peso na pauta nacional, muito embora, esteja ainda abaixo da participação dos produtos básicos exportados pelo Sudeste.

Por outro lado, através desta relação, verificou-se também a baixa representatividade que possuem as exportações de produtos industrializados do Sul nas exportações totais nacionais, em comparação com a participação apresentada pelo Sudeste.

No que se refere ao Nordeste, observou-se que esta região foi a que apresentou a maior irregularidade de participação, seja nas exportações totais nacionais, como também nas exportações por grau de elaboração dos produtos, em todo o período estudado. Não permitindo identificar qualquer tendência e nem mesmo estabilidade de participação. Estas constantes oscilações de participação, principalmente no período recente, são devidos ao reduzido número de produtos que esta região exporta. Produtos esses, notadamente tradicionais, muito suscetíveis a flutuações de preços no mercado internacional.

Da análise da distribuição por estados da exportação nacional, no período 1947/75, constatou-se que o Estado de São Paulo, apesar de ter experimentado um decréscimo de participação relativa de 16,7 pontos percentuais no período 1947/62, lidera as exportações por estado, em todo o período analisado. Além disso, a partir deste decréscimo, a participação relativa

deste estado começa a elevar-se novamente, sem contudo, voltar ao nível atingido no primeiro triênio. É interessante observar, que este decréscimo de participação verificado ocorre justamente no período em que se acelera o processo de industrialização do país, localizado basicamente neste estado. Como já foi referido anteriormente, a par deste processo ocorre também uma redistribuição da produção agrícola a partir deste estado para os demais. Sem dúvida, esta nova conformação estadual ou regional da produção agrícola, pelas razões anteriormente expostas, deve explicar, em boa parte, este decréscimo verificado.

No caso do Paraná, verificou-se que foi este estado que apresentou o maior incremento da participação nas exportações nacionais, no decorrer do período, ou seja, passou de 5,2% nos anos 1947/49 para 13,3% no triênio 1973/75. Esta expressiva elevação de participação verificada no período estudado, está relacionada com a redistribuição da produção agrícola ocorrida a partir da industrialização de São Paulo, como já se referiu acima. O Estado do Paraná foi importante neste processo, dada a sua proximidade e a reserva de terras inexploradas que apresentava na época da detonação do processo de industrialização do país. Um exemplo esclarecedor é o caso da transferência de parcela significativa da cultura cafeeira de São Paulo para o Paraná, que, sem dúvida, é o principal responsável por este significativo aumento de participação apresentado pelo estado. Recentemente, a introdução da soja neste Estado veio também contribuir para este posicionamento obtido pelo Paraná, de segundo estado exportador do país.

O Rio Grande do Sul, por seu turno, até o início dos

anos 70, apresentou uma participação relativa nas exportações nacionais bastante irregular, ou seja, pequenos acréscimos seguidos de decréscimo, e vice-versa. É a partir da introdução da cultura da soja que este estado eleva bruscamente sua participação, chegando inclusive a suplantar em pequena margem a participação apresentada pelo Paraná.

No período recente, 1972/77, não se observa alteração na posição dos principais estados exportadores do país, ou seja, São Paulo continuou liderando as exportações estaduais, com uma participação relativa praticamente estável no período. No que se refere aos demais estados, apesar de apresentarem algumas oscilações de participação proveniente de situações conjunturais do mercado externo, estes também mantiveram suas posições, ao longo do período.

Quando se desagrega a participação relativa dos estados selecionados no valor das exportações nacionais, segundo o grau de elaboração dos produtos, verifica-se que São Paulo lidera as exportações estaduais de produtos básicos e também de produtos industrializados em todo o período analisado. Ressalte-se ainda o comportamento inverso de participação que apresentaram esses dois tipos de produtos, no período estudado, ou seja enquanto decresce a participação do estado na exportação nacional de produtos básicos cresce a participação relativa nas exportações de produtos industrializados. É oportuno destacar também a grande representatividade que possuem as exportações de produtos industrializados deste estado no total destes produtos exportados pelo país, pois do valor total exportado desses produtos, aproximadamente 50% couberam a São Paulo, em praticamen-

te todo o período estudado.

Esta expressiva representatividade de São Paulo nas exportações nacionais de produtos industrializados, é plenamente justificada, dado o fato de ser neste estado que se concentra o grosso da indústria nacional.

Quanto ao Paraná, nesta desagregação da exportação nacional por grau de elaboração dos produtos, observou-se que a participação relativa deste estado na exportação nacional de produtos básicos mostrou-se muito mais significativa do que a participação na exportação nacional de produtos industrializados. Em ordem de importância, o Paraná é o segundo estado exportador de produtos básicos do país. Este tipo de comportamento, é justificado pelo fato de ser este estado grande produtor de produtos agropecuários, nos quais evidentemente se baseia a exportação. Por outro lado, destaque-se ainda a baixa representatividade que apresentaram as exportações de produtos industrializados deste estado, em comparação com as participações apresentadas por São Paulo e Rio Grande do Sul, no período estudado. Além disso, verificou-se que esta participação vem decrescendo nos últimos anos, chegando a representar apenas 5,29% das exportações nacionais de produtos industrializados, em 1977.

No que se refere ao Rio Grande do Sul, verificou-se que este estado também apresentou participação relativa na exportação nacional de produtos básicos maior do que a participação na exportação nacional de produtos industrializados, embora comparada com os demais estados, esta participação situe-se abaixo da apresentada por São Paulo e Paraná. Por outro lado, quando

se compara a participação deste estado nas exportações nacionais de produtos industrializados com a participação dos demais estados selecionados, verifica-se que o Rio Grande do Sul só perde em participação para São Paulo, constituindo-se, portanto, no segundo estado exportador de produtos industrializados do país. As exportações de produtos industrializados do Rio Grande do Sul, são basicamente constituídas por produtos oriundos de agroindústrias existente neste estado, caracterizadas mais como primeiras processadoras de produtos agropecuários.

Minas Gerais, é outro estado que apresentou participação relativa nas exportações nacionais de produtos básicos mais significativo do que a participação nas exportações nacionais de produtos industrializados. As exportações de produtos básicos deste estado, são basicamente constituídas de produtos oriundos da extração mineral, principalmente o minério de ferro, responsável por aproximadamente 80% do valor das exportações deste estado, em 1976.

Quanto a importância relativa dos estados selecionados nas exportações nacionais de alguns produtos agrícolas, verificou-se que o Estado de São Paulo, apesar de ser o estado mais industrializado do país, apresenta ainda uma participação significativa nas exportações nacionais de determinados produtos agrícolas. É o caso das exportações de café e algodão, nas quais este estado constitui-se no principal exportador do país, com elevada participação relativa.

O Paraná, apesar de ser um grande produtor de produtos

agropecuários, da exportação dos produtos agrícolas selecionados, lidera apenas as exportações estaduais de milho, com elevada participação. No entanto, nas demais exportações agrícolas selecionadas, este estado ocupa a segunda posição, demonstrando a grande importância que representam as exportações agrícolas deste estado na captação de divisas no exterior, dado que entre estes produtos estão os principais da pauta de exportação do país.

O Rio Grande do Sul, por seu turno, da exportação dos produtos agrícolas selecionados, lidera apenas as exportações estaduais de soja, com elevada participação relativa.

VI - CONCLUSÕES FINAIS

1 - EXPANSÃO DA AGRICULTURA NO PERÍODO 1940-75

As características e o papel da agricultura na economia e na sociedade brasileiras têm sido objeto não apenas da curiosidade acadêmica, mas de acalorados embates sociais e políticos. A concepção da agricultura como entrave ao desenvolvimento econômico esteve, durante algum tempo, no centro destes embates. Esta concepção, todavia, acabou cedendo lugar a uma outra, que acentua o caráter "funcional" da agricultura na economia. Segundo este ponto de vista, a agricultura, a despeito de crises de abastecimento, geralmente localizadas no tempo e/ou no espaço, mostrou-se eficaz no atendimento das necessidades da economia em alimentos, matérias-primas e produtos de exportação, no período posterior à segunda Guerra Mundial. Esta tese se fundamenta no fato de que, durante este período, a produção agrícola cresceu a taxas pelo menos iguais à taxa de crescimento demográfico. Assim sendo, quando encarado ao lado dos volumes produzidos, estes cresceram a taxas compatíveis com as necessidades da economia.

Tentou-se demonstrar, também, que a produção agrícola brasileira, longe de ser inelástica aos preços, mostrou notável sensibilidade às suas variações. Daí se concluiu serem os pro-

dutores agrícolas classificáveis como empresários racionais, predominantemente, desmentindo portanto as crenças generalizadas na irracionalidade e até mesmo na ignorância dos produtores agrícolas, ou o seu caráter não-empresarial.

A análise feita no presente trabalho permite extrair alguns ensinamentos acerca dos meios através dos quais esta expansão agrícola, "funcional" ao desenvolvimento da economia como um todo, se processou. Também acerca deste particular reina uma crença generalizada, segundo a qual a expansão da produção agrícola tem resultado quase exclusivamente da ampliação da fronteira agrícola, isto é, de regiões antes inexploradas. As séries históricas de rendimento físico das principais culturas agrícolas têm sido invocadas para fundamentar tal ponto de vista. Estas séries tendem a mostrar uma generalizada estagnação, e até mesmo queda, dos rendimentos físicos por unidade de área, a níveis muito baixos relativamente aos apresentados por países desenvolvidos. Assim, conclui-se que a produção agrícola tem crescido por extensão da área cultivada com pouca introdução de tecnologia moderna.

Os dados analisados neste trabalho permitem qualificar algo mais o processo fundamental de ampliação da área cultivada como base da expansão da produção agrícola. Em termos dos agregados nacionais, são as seguintes as conclusões mais importantes:

1) A ampliação da área cultivada assumiu duas formas principais: a) abertura e ocupação de novas regiões antes desabitadas ou apenas esparsamente habitadas, forma esta que geral-

mente se denomina "expansão da fronteira agrícola"; b) utilização de terras até então inexploradas, ou redução de período de descanso nas regiões de ocupação antiga. Esta segunda forma se refletiu tanto em um aumento acentuado da "taxa de ocupação", isto é, da proporção da área geográfica ocupada por estabelecimentos agropecuários nas regiões de antigo povoamento, quanto na "intensificação da exploração econômica", isto é, no aumento, também acentuado, da proporção explorada da área total dos estabelecimentos agropecuários.

2) Estas duas formas de expansão não são mutuamente intercambiáveis, ou seja, a proporção em que cada uma delas participa na ampliação da agricultura não é casual, mas obedece a um mecanismo definido e impõe certas condições à economia como um todo.

Em primeiro lugar, a expansão da agricultura, no período do pós-guerra, dá-se no contexto da unificação do espaço econômico. Por conseguinte, a agricultura amplia-se ao mesmo tempo em que se unifica, portanto em que se diferencia, ou se especializa relativamente, a nível regional. Isto significa que, tanto a expansão absoluta da área explorada é diferenciada regionalmente, quanto que a composição da produção também tende a modificar-se regionalmente. Isto significa que as áreas ocupadas e explorada aumentam a taxas diferentes segundo as regiões e estados, sendo evidentemente maiores nas regiões de "fronteira" e menores nas regiões de povoamento antigo e/ou impróprias para a exploração agrícola. Ademais, algumas regiões caracterizam-se por uma maior "pecuarização", enquanto em ou-

tras, pelo contrário, predomina a ampliação das áreas de lavouras. Dentre as lavouras, além disto, verifica-se também uma tendência à especialização regional, portanto a um maior crescimento das áreas cultivadas com certos tipos de culturas. O mesmo se dá, conforme se mostrará adiante, com a pecuária de corte e de leite.

Em segundo lugar, a contínua ampliação das áreas exploradas e esgotamento das fronteiras agrícolas impõem progressivas modificações nas técnicas de produção na agricultura. Isto se deve não à conscientização modernizadora dos produtores agrícolas, mas principalmente ao fato de que, nas regiões de povoamento antigo, o aumento da proporção explorada do território implica numa progressiva redução do período de rotação das terras. Isto é, a cobertura florestal original não consegue reconstituir-se inteiramente, portanto não se recompõem as condições favoráveis ao cultivo das terras de matas fechadas. Entre estas condições, pode-se citar a fertilidade, a inexistência de infestação do solo por gramíneas e plantas de pequeno porte, a disseminação de pragas e doenças pela repetição dos mesmos cultivos, etc. É a deterioração das condições naturais, provocada pela intensificação da exploração econômica, que exige o emprego de técnicas novas, até então desnecessárias ou inviáveis.

3) A expansão das regiões de fronteiras, ou seja, o povoamento de regiões virgens, é um meio através do qual a economia se expande. Os movimentos migratórios que se dirigem para estas regiões compõem-se não de pessoas desejosas de fugirem da civilização, mas de se reinserir nela. Estas pessoas não dese-

jam embrenhar-se nas matas para fugir aos vínculos da civilização, mas são os vetores de ampliação dos limites geográficos da civilização.

Esta afirmação, aparentemente sem importância, é essencial para a compreensão do significado dos processos migratórios e das condições em que eles se dão. Ela decorre do fato de que o ser humano vive em sociedade, e nela não se reproduz individualmente, mas enquanto membro da sociedade. Desligado dela, o ser humano somente vive como anomalia. Ademais, quanto mais desenvolvida a divisão social do trabalho, portanto quanto menos apto estiver o ser humano para produzir uma grande quantidade dos múltiplos meios necessários à sua sobrevivência, maior será a sua dependência da vida em sociedade.

Ora, os migrantes brasileiros são membros de uma sociedade que há muito se distanciou do estágio selvagem. Não podem, por conseguinte, sobreviver senão em sociedade. Assim sendo, ao migrarem para regiões desabitadas, fazem-no apenas a distâncias que não rompem suas ligações vitais com a sociedade. Na nossa sociedade, estas ligações vitais dão-se através do mercado. Isto é, os indivíduos reproduzem-se através do mercado, nele vendendo seus produtos e adquirindo os meios indispensáveis à sua reprodução.

Por conseguinte, os migrantes brasileiros dirigem-se para as regiões onde lhes seja possível produzir mercadorias vendáveis. Dito de outro modo, as regiões ocupadas por movimentos migratórios são aquelas onde é possível produzir mercadorias

vendáveis. Portanto, é a possibilidade de produzir para o mercado em proporções suficientes para suprir a sobrevivência dos migrantes, que constitui, em cada momento, o limite territorial da fronteira apta para ser ocupada.

No período que está sendo analisado, a indústria nacional concentra-se progressivamente no Sudeste. O caráter "nacional" desta indústria é dado pelo fato de que ela supre, com a sua produção, o mercado de todo o país, penetrando, aos poucos, até os mais longínquos recantos. Isto significa que não há produção industrial possível fora deste sistema industrial nacional. As próprias migrações são um resultado da hegemonia industrial do Sudeste. Por conseguinte, a produção mercantil possível aos migrantes é a produção primária, seja agrícola ou extrativa.

Já foi dito que o que marca a expansão agrícola do período é a crescente competição pelos mercados concentrados no Sudeste. Esta competição se dá entre regiões de fronteira, entre as regiões de fronteira e as de ocupação antiga, e destas entre si.

Não somente este processo competitivo, mas ainda o fato de que as correntes de migrantes são compostas de pequenos produtores independentes, ao invés de grandes produtores capitalistas, confere ao processo de expansão agrícola peculiaridades próprias. O fato de constituírem produtores simples de mercadorias ou pequenos capitalistas, além de se beneficiarem, muitas vezes, de terras de fertilidade excepcional, pode trans-

formá-los em obstáculos poderosos ao progresso técnico na agricultura das regiões de ocupação antiga.

Vê-se assim, que a expansão da produção pode dar-se de dois modos: i) pela expansão do cultivo em novas terras; ii) pela intensificação do cultivo nas áreas antigas, portanto pela introdução de novas técnicas.

Evidentemente a expansão se fez através de uma combinação destes dois caminhos.

Uma expansão deste tipo tem limites precisos. A fronteira agrícola é constituída, neste caso, por uma combinação de matas virgens com pequenos produtores independentes. Assim sendo, o limite de uma expansão deste tipo é dado tanto pela reserva de áreas de matas virgens a distâncias viáveis, quanto pela reserva de pequenos produtores independentes, ambas as quantidades relativas às taxas de aumento da demanda por produtos agrícolas.

Não se trata, portanto, de haver disponibilidade absoluta de terras inexploradas ou esparsamente habitadas. Trata-se de haver disponibilidade de matas virgens, acompanhadas das suas excepcionais forças produtivas naturais. Também não se trata de haver desemprego ou excessos localizados de população rural, mas de que eles se componham de pequenos produtores capazes de autofinanciarem a sua migração.

4) Quais as repercussões deste tipo de evolução sobre

a produtividade e os rendimentos da terra na agricultura brasileira?

Os dados analisados neste trabalho permitem concluir que os fatores da elevação da produção agrícola no período foram os seguintes:

- i - extensão da "fronteira agrícola";
- ii - intensificação da exploração dos estabelecimentos agrícolas, fenômeno este que tem sido também denominado de "fronteira interna";
- iii - elevação, em termos de quantum físico agregado, dos rendimentos do solo explorado com lavouras e pastagens;
- iv - aumento da produção por habitante rural (que se admite seja uma aproximação da produtividade do trabalho).

A expansão da fronteira agrícola pode ser ilustrada pela elevação da proporção das terras ocupadas por estabelecimentos agropecuários em relação à área geográfica do país, proporção esta que passou de 23% em 1940 para 38% em 1975. Todavia, foi nos Estados de fronteira que esta expansão foi mais importante, tendo se elevado, esta proporção, a mais do dobro do valor apresentado em 1940, no Paraná e no Centro-Oeste.

A intensificação da exploração dos estabelecimentos também foi claramente revelada pelos dados analisados. A nível nacional, a proporção da área explorada em relação à área total

dos estabelecimentos elevou-se de 54% em 1940 para 69% em 1975. Todavia, no Sudeste esta proporção alcançou nada menos que 92% em 1975.

Como resultado destes dois fenômenos, elevou-se, também consideravelmente, a proporção, explorada pela agricultura, do território brasileiro. Esta proporção passou de cerca de 12,5% em 1940 para 26% em 1975, mais do que duplicando, portanto.

Assim, verifica-se que a extensão das áreas exploradas desempenhou um papel realmente fundamental no crescimento da produção agrícola no período analisado. Deve-se confrontar este fenômeno, porém, com o sentido das variações observadas nos rendimentos do solo e na produtividade do trabalho aplicado a este solo, conforme se mostra a seguir.

Como indicador do rendimento físico agregado do solo, a nível nacional, utilizou-se o "Índice do produto real" da agricultura, estimado pela Fundação Getúlio Vargas. A partir da evolução deste índice e a das áreas exploradas, pôde-se constatar que o "produto real por hectare de área explorada" aumentou 82% entre 1950 e 1975.

Em termos agregados, portanto, produzia-se em 1975, por hectare, 82% mais do que em 1950. Apesar de não se haver feito desagregação deste índice, pode-se apontar somente para ilustrar o fenômeno, como exemplo mais concreto desta evolução, o caso da pecuária. Apesar de considerada, de modo geral, como uma atividade de caráter extensivo e das menos sujeitas ao uso

de técnicas modernas, a sua evolução no período 1950-75, foi significativa. Utilizando como indicador grosseiro a chamada capacidade do suporte das pastagens, verifica-se que em 1950 as pastagens brasileiras mantinham, em média, 0,41 cabeça por hectare, passando a 0,51 em 1970 (com um crescimento de 23%). Se se considerar a estimativa da área de pastagens existente em 1975, o índice desse ano seria de 0,55 cabeça por hectare, com um aumento de 33% em relação a 1950. Em outras palavras, esta evolução mostra que, se em 1950 se necessitava de 2,41 hectares para manter uma cabeça de gado, em 1975 esta área se reduz para cerca de 1,85 hectares.

Considerando os progressos havidos no manejo e nas características raciais do rebanho bovino (refletidos na disseminação de raças melhoradas, no aumento do consumo de rações e medicamentos, no aumento da proporção das áreas de pastos artificiais, etc), pode-se admitir como aceitável uma taxa de aumento da produtividade física da pecuária, por hectare, próxima dos 82% estimados em termos agregados.

Paralelamente ao aumento do rendimento do solo, aumentou também, e de modo ainda mais expressivo, a produtividade do trabalho na agricultura brasileira. Utilizando-se o mesmo índice do produto real, em confronto com as estimativas censitárias de população, conclui-se que o "produto real por habitante rural" aumentou, entre 1950 e 1975, na proporção de 145%. Neste caso, conforme foi justificado no relatório, utiliza-se a evolução da população rural como indicadora da evolução da força de trabalho rural. Pode-se crer que, mesmo que tenha ha-

vido aumento da proporção da força de trabalho rural sobre a população rural, os dados apresentados indicam a ocorrência, durante o período, de importante elevação da produção por trabalhador. Mais discutível e de mais difícil estimação é a evolução da produtividade do trabalho, isto é, do produto por hora de trabalho.

A produção física por trabalhador pode aumentar de três modos: a) pela intensificação do trabalho, isto é, pelo aumento do número de horas de trabalho por dia; b) pela introdução de novas técnicas que redundam em aumento do produto por hora trabalhada; c) por uma combinação dos dois.

Evidentemente, é muito difícil estimar-se os valores destes indicadores na agricultura brasileira, de modo que pouco se pode dizer de objetivo acerca da contribuição de cada um dos fatores apontados acima no aumento do produto por trabalhador, no período analisado.

Deve-se acrescentar, todavia, duas circunstâncias que, no caso concreto da agricultura brasileira neste período, interferem na atuação dos dois fatores considerados acima: a importância da expansão da fronteira agrícola e aperfeiçoamento dos sistemas de transporte e comercialização da produção agrícola.

O aumento da produção agrícola através da incorporação de novas terras faz com que varie, ao longo do tempo, a qualidade média de estoque de solos em exportação. As técnicas asso-

ciadas ao tipo de expansão da fronteira agrícola no Brasil (incorporação de solos florestais através de pequenos produtores mesmo que inseridos em grande propriedades) trazem implícito um progressivo empobrecimento dos solos explorados. Assim sendo, os solos sob cultivo prolongado, ou seja, das regiões antigas contribuem para rebaixar os rendimentos médios do estoque de solos sob exploração. Ao mesmo tempo, porém, a incorporação de novas terras florestais, de elevada fertilidade natural, contribui para elevar a média dos rendimentos. Deste modo, a expansão agrícola através da incorporação de novas terras implica numa variação, ao longo do tempo, da composição, em termos de qualidade, do estoque dos solos em uso. No caso de elevação da qualidade média dos solos, pode elevar-se a produtividade média do trabalho sem qualquer alteração, quer na sua intensidade, quer nas técnicas de cultivo, ocorrendo o inverso no caso de redução da qualidade média.

A expansão da chamada "fronteira interna", que tem estado associada à evolução da agricultura no período analisado, também traz implicações sobre a produtividade do trabalho. Desde que se admita que esta via de expansão da área explorada se faz através da incorporação de terras de pior qualidade, antes inexploradas, seu resultado pode ser uma redução da produtividade média do trabalho, desde que não haja modificações nas técnicas de produção. Todavia, o que se tem verificado é a introdução de inovações técnicas exatamente em algumas das mais importantes regiões agrícolas de povoamento antigo, tais como São Paulo e o Rio Grande do Sul, por exemplo. Este processo inovador contribui, sem dúvida, para elevar a produtividade do

trabalho ou, pelo menos, para diminuir a sua redução. Todavia, é de crer que a sustentação dos níveis de produção, nestas regiões, resulte tanto de um aumento da intensificidade do trabalho, ou seja, do número de horas trabalhadas, paralelamente ao aperfeiçoamento tecnológico.

A segunda circunstância diz respeito à melhoria dos transportes e da comercialização, cujo resultado é a redução das perdas no intervalo que decorre entre a colheita e o consumo final, perdas estas que são notoriamente elevadas, em termos relativos, nos países de economia pouco desenvolvida. Inicialmente, deve-se observar que os sistemas de transporte e de comercialização foram adquirindo uma conformação de nível nacional, em substituição à conformação regional anteriormente vigente, e esta transição deu-se em paralelo e como reflexo da unificação da economia. A redução das perdas, ocasionadas pelo aperfeiçoamento destes sistemas, equivale a uma elevação da produtividade do trabalho agrícola, em termos sociais. Estes processos podem ter influenciado na medição estatística feita acima, na medida que as estatísticas de produção agrícola anuais, sendo levantadas por métodos subjetivos, podem registrar volumes de produção não apenas "colhidos", mas já em diferentes fases de distribuição, portanto já tendo sofrido perdas decarrentes do transporte e da comercialização.

Os aumentos nos níveis de produto por hectares e por trabalhador resultaram em uma elevação de 55% no índice do produto per capita, isto é, por habitante do país entre 1950 e 1975.

Pode-se dizer, em síntese, que a expansão da produção agrícola, no período de 1940 a 1975, deveu-se à extensão da fronteira agrícola, conforme tem sido exaustivamente dito. Todavia, há uma outra fronteira, e esta mais importante, que foi responsável por aquela expansão, e que tem merecido pouca menção: a incorporação da força de trabalho até então inexplorada ou insuficientemente utilizada, e a intensificação do seu uso. No Relatório Preliminar do Diagnóstico foi demonstrado que o processo de unificação da economia nacional via "nacionalização" da indústria do Sudeste implicou na liberação de uma grande massa de força de trabalho (e de tempo de trabalho) para a produção agrícola. Esta foi a força de trabalho que expandiu a produção agrícola das regiões de ocupação antiga e continuou o processo de povoamento das novas "fronteiras".

Todavia, a competição acirrada que se estabeleceu entre as diversas regiões agrícolas pela conquista dos mercados do Sudeste e que provocou uma tendência crônica à superprodução, teve como efeito uma tendência à queda dos preços dos produtos agrícolas. Este resultado significava uma desvalorização do trabalho agrícola, como consequência da qual seria preciso um maior número de horas de trabalho e, portanto, um maior volume de produto, para manter ou aumentar as receitas monetárias.

Percebe-se, assim, que a intensificação do trabalho, em termos agregados, era uma resposta necessária ao tipo de evolução experimentado pela economia brasileira neste período, e tinha como consequência uma tendência à elevação do produto por trabalhador.

Pode-se compreender claramente, também, que os limites deste crescimento seriam dados pelo volume disponível de solos florestais, mas não apenas deles, senão também do "estoque" de força de trabalho inexplorado, tanto em termos de número de trabalhadores quanto de horas de trabalho por trabalhador.

A introdução de novas técnicas é uma resposta ao esgotamento destas reservas. Todavia, pode-se também compreender que o progresso técnico não aguarda o esgotamento absoluto de ambos os estoques. Pelo contrário, a expansão da produção pode dar-se, em cada momento, por uma combinação de ampliação das fronteiras e intensificação técnica, dependendo das vantagens econômicas relativas de cada uma das vias. Ademais, nos períodos de maior crescimento econômico, em que a demanda por produtos agrícolas cresce a altas taxas, a expansão da fronteira agrícola não pode, por si só, acompanhar o rápido crescimento do mercado, e então se verifica a ocorrência de um aumento do ritmo de introdução de novas técnicas.

Pode-se considerar que, por volta do princípio da década de 1970, a "fronteira agrícola" brasileira, acessível a curto prazo, e entendida como a reserva de solos florestais, estava praticamente esgotada. Com isto se admite, implicitamente, que a floresta amazônica não poder ser considerada uma "fronteira" tradicional, tanto pelo seu difícil acesso em termos econômicos, quanto pelo modo como está sendo incorporada à economia.

Pela mesma época, pode-se considerar também esgotada a reserva de força de trabalho, não em termos do número de traba-

lhadores, mas em termos de tempo de trabalho. Em primeiro lugar, pode-se considerar que o tempo absoluto de trabalho por dia já tenha sido estendido até o seu limite físico. Clara indicação disto é o grau de pauperização a que foi reduzida a população rural em quase todo o país. Em segundo lugar, também se pode considerar como findo o processo de "criação" de força de trabalho, constituído pela liberação de trabalhadores resultante da "transferência" de produção industrial e terciária das regiões para o Sudeste. Nestas condições, a migração atual, ao contrário das anteriores, se aumenta a massa de força de trabalho em uma região nova, por outro lado reduz a da região de emigração, uma vez que não se trata de "nova" força de trabalho criada pelo desenvolvimento da economia. Ademais, se não mais existem solos florestais inexplorados, a migração pode transferir uma parcela do produto anual de uma região para outra, mas não pode criar nova parcela de produto.

Deve-se levar em conta, porém, que as migrações tradicionais não subsistem, com suas técnicas características, em solos não florestais. Portanto, o esgotamento da fronteira florestal implica no término do processo tradicional de migrações e criação de novas zonas agrícolas. Em presença de um contínuo crescimento da demanda por produtos agrícolas, ao qual não mais se pode atender via expansão de fronteiras florestais combinadas com produtores tradicionais, torna-se imperiosa uma transformação mais rápida das bases técnicas da produção, transformação esta que é necessária tanto para colocar em exploração as áreas antigas como as "novas fronteiras", compostas de solos não florestais (dentre os quais se destacam os cerrados do Bra-

sil Central).

2 - ANÁLISE REGIONAL

A análise da evolução da participação das grandes Regiões brasileiras nas categorias censitárias de área apontou a existência de um processo diferenciado, regionalmente, de crescimento da produção agrícola ou, mais precisamente, das áreas geográficas nela envolvidas.

1) Verificou-se, em primeiro lugar, que a evolução dos agregados de área total dos estabelecimentos e de área explorada em sua distribuição regional, apresentada, no período 1940-1975, variações que são muito pequenas relativamente à importância da redistribuição inter-regional da agricultura, já identificada anteriormente através dos dados de renda interna setorial.

Ficou imediatamente claro, todavia, que esta relativa estabilidade devia-se, por um lado, ao fato de que, em alguns casos, em uma mesma região existiam estados de povoamento antigo e pequena expansão da fronteira, ao lado de estados onde se verifica intensa expansão geográfica da agricultura, cujas variações se compensavam. Por outro lado, e é este aspecto da questão que será examinado agora, verificou-se que a inexistência de mudanças significativas ao nível dos agregados de área era um resultado exatamente da importância das transformações que estavam em curso.

No caso específico da evolução da distribuição inter-

regional das áreas exploradas, a estabilidade do quadro decorria do primeiro grande processo de divisão inter-regional do trabalho na agricultura brasileira: a separação e redistribuição entre as atividades de cultivo e de pecuária, em que esta não apenas se concentra em algumas regiões de alguns Estados, mas se concentra em termos nacionais. Assim, percebe-se que adquire consistência, ao longo do período, o chamado Brasil Central Pecuário, cujo nome, embora originado da sua situação geográfica, adquire mais sentido devido ao seu papel de centro da pecuária no quadro da agricultura nacional unificada. Foi possível constatar que dentro da própria pecuária se processa uma divisão regional das produções de carne e leite.

O rebanho bovino concentrou-se, durante o período, mais fortemente nos estados do chamado Brasil Central Pecuário, esta região é constituída por partes dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná, e sua participação total no rebanho nacional passou de 48% em 1940 para 62% em 1975.

Ora, já foi mostrado que a distribuição da área entre lavouras e pastagens é o inverso da distribuição da renda gerada, conforme se pode ver na tabela abaixo, expressa em percentuais da área e da renda interna:

	Área	Renda
Lavouras	18	69
Pastagens	82	31
TOTAL	100	100

Pode-se ver que as lavouras, a despeito de participa-

rem com apenas 18% da área explorada, geram todavia mais de dois terços da renda da agricultura, enquanto as pastagens, participando com mais de 80% da área explorada, geram apenas 31% desta renda (valor este que está superestimado, uma vez que a proporção da renda que está atribuída, na tabela, às pastagens refere-se, na realidade, à "produção animal", na qual se incluem as produções derivadas de outras criações que requerem pouco ou nenhum terreno de pastagem, tais como aves e suínos, principalmente).

Nestas condições, verifica-se que são necessárias áreas de dimensões bem diferentes a fim de gerar o mesmo volume de renda nas duas explorações. Mais precisamente, a renda por hectare nas lavouras é 10 vezes superior à da pecuária, ou seja, seriam precisos, em média, cerca de 10 hectares de pastagens para gerar o mesmo valor médio de produto de um hectare de lavouras. Por conseguinte, frente a uma situação de ampliação das áreas exploradas nas diversas regiões do país, a distribuição inter-regional da renda pode alterar-se sem que haja alterações de monta na distribuição inter-regional da área explorada total, desde que se altere a composição desta área em termos das proporções de lavouras e pastagens, respectivamente.

Se, num exemplo extremo, há um acréscimo de 1.000 ha na área explorada total em cada uma de duas regiões, não se altera a distribuição inter-regional da área explorada. Se, todavia, em uma delas o aumento for só de pastagens, enquanto em outra apenas de lavouras, neste caso a renda da agricultura da segunda região se elevará dez vezes mais do que a da primeira, a

despeito da igualdade nos acréscimos da área.

Portanto, a distribuição inter-regional da renda da agricultura apenas se manterá constante se a composição dos acréscimos de área, em cada região, foram iguais à composição da área explorada inicial.

Vê-se assim, por conseguinte, que não há contradição nenhuma entre a grande alteração na distribuição inter-regional da renda gerada pela agricultura e a relativa estabilidade na distribuição da área explorada total. O que ocorreu foi justamente uma alteração na composição desta área explorada, em cada região, resultante do fato de que os acréscimos de área, sob a influência do processo de unificação da agricultura a nível nacional, apresentavam composição diferente, em termos de lavouras e pastagens da originalmente existente em cada região.

Deve ser observado que, neste caso como no restante da análise, não se está levando em consideração os diferenciais inter-regionais de produtividade. Todavia, tais diferenciais não são suficientes para alterar significativamente ou inverter as relações renda/área entre lavouras e pastagens.

Nas condições descritas, tornam-se inteligíveis os aspectos aparentemente paradoxais da Tabela 8, principalmente as pequenas dimensões da queda de participação do Sudeste e da elevação do Centro-Oeste, que se esperava serem maiores, e de modo especial a queda de participação da região Sul, transformada, neste período, na mais importante região agrícola do país.

No caso desta região, a queda da participação na área explorada nacional, paralelamente a um grande aumento na sua participação na renda gerada pela agricultura, explica-se pelo fato de que a expansão da área de pastagens foi pequena em comparação com o aumento das lavouras: no período 1940-1975 a área de lavouras sofreu um acréscimo de cerca de 10 milhões de hectares, enquanto as pastagens aumentavam apenas 5 milhões.

O contrário disto ocorreu em todas as demais regiões. No Sudeste, a área de pastagens aumentou nada menos que 30 milhões de hectares, enquanto o acréscimo da área de lavouras não chegava aos 2 milhões; também no Centro-Oeste as pastagens tiveram um aumento de mais de 35 milhões de hectares, enquanto as lavouras incorporavam menos de 3,5 milhões de hectares.

Tais são os movimentos diferenciados que refletem o processo de separação e redistribuição das lavouras e da pecuária a nível nacional. Como resultado deles, no fim do período, a agricultura brasileira apresenta um perfil regional radicalmente distinto do de 1940. A região Sul já contribui com um terço da área de lavouras do país e, quando somada à participação do Centro-Oeste, compõe quase metade da área nacional de lavouras.

Inversamente, os Estados do Brasil Central Pecuário absorveram uma parcela maior do rebanho nacional, em termos quantitativos e dispõem também, como se sabe, de progressos consideráveis na qualidade média e no nível tecnológico da exploração. Enquanto isto, reduziu-se a importância relativa da pecuária

ria no restante do país. Destaca-se, neste caso, a região Sul, cuja participação na área nacional de pastagens caiu drasticamente, sem que, todavia, a participação no rebanho caísse nas mesmas proporções, revelando um significativo aumento no nível médio de suporte das pastagens. O contrário ocorreu no Nordeste, onde um aumento da participação na área de pastagens foi acompanhado de queda.

2) A análise regional permitiu confirmar a progressiva diminuição do papel da Região Sul como fronteira agrícola do país, a par de uma ascensão também contínua da importância do Centro-Oeste e também, embora ainda marginalmente, do Norte. As tabelas referentes aos acréscimos de área cultivada nas três regiões permitem verificar que até 1975, apesar do grande peso dos acréscimos de área cultivada da região Sul, eles tendem a cair em valores absolutos e como proporção do acréscimo total nacional, enquanto aumentam claramente as participações das regiões Centro-Oeste e Norte, tanto em valores absolutos quanto relativos. Assim, enquanto na década de cinquenta estas duas regiões participaram com apenas 10% do acréscimo de área cultivada, esta cifra elevava-se a cerca de 45% no quinquênio 1970/75, ultrapassando a parcela de aumento devido à região Sul.

É de esperar-se que, a partir de 1975, a participação da região Sul nos acréscimos da área de lavouras ou no próprio total desta área caia ainda mais. Isto decorre tanto do fato de que a proporção de lavouras nesta região já é a mais elevada do país (tanto em relação à área explorada total como à superfície geográfica total da região), como ao fato de que a pecuária

ria vem desenvolvendo-se com rapidez, substituindo as áreas de cultivo nas zonas em que a recuperação das condições naturais ótimas associadas à cobertura florestal, elevaria desmesuradamente os custos de produção. Por outro lado, o esgotamento das possibilidades de expansão na região Sul pode ser percebido quando se verifica que, no período 1970/75, a área cultivada se expandiu apenas 17%, apesar de ser este o período de auge exportador baseado em grande parte de produtos provenientes do Sul (café no Paraná e soja em toda a região). No mesmo período, a área cultivada no Centro-Oeste aumentou mais de 70%, igualando-se ao acréscimo verificado no Sul em termos absolutos.

Assim, aumentos posteriores de área cultivada somente poderão ser obtidos com introdução de tecnologia moderna. Isto terá como resultado uma maior seletividade nas áreas a serem cultivadas. Isto é, somente serão convertidas ao cultivo as terras cujas qualidades naturais tornem possível, com a aplicação de técnicas modernas, a obtenção de rendimento econômicos compensadores.

Este tipo de evolução poderá implicar num crescimento mais acentuado das áreas de pastagens do que das áreas de lavouras, principalmente no Paraná, considerando a média brasileira de participação de ambos os tipos de exploração na renda agrícola e na área total explorada, isto implica num crescimento da renda da agricultura muito menos acelerado do que vem se dando nos últimos dois decênios.

Na região Sul as proporções de ambos os tipos de área

na renda e na área total são as seguintes em 1970:

	Área	Renda
Lavouras	34	73
Pastagens	66	27
TOTAL	100	100

Dadas estas proporções, resulta que a renda gerada por hectare é 5 vezes maior nas lavouras do que nas pastagens. Sendo assim, são necessários 5 hectares de pastagens para produzir uma renda equiparável a 1 hectare de lavouras, em termos médios.

Todavia é preciso comparar não apenas pastagens e lavouras em cada região, mas também entre regiões: qual a renda acrescentada por um hectare de pastagens em cada região ou, o que é o mesmo, por hectare de lavoura.

Como exemplo, pode-se referir ao caso das pastagens, considerando apenas as diferenças de capacidade de suporte por região. Em referência a isto, os dados existentes, relativos a 1970, permitem verificar que, para que se possa aumentar o rebanho em uma cabeça, eram necessárias as seguintes áreas de pastagem por região, naquela data:

	ha/cabeça	cabeça/ha
Norte	- 2,6	- 0,4
Nordeste	- 2,0	- 0,5
Sudoeste	- 1,7	- 0,6
Sul	- 1,1	- 0,9
Centro-Oeste	- 3,2	- 0,3

de modo que o acréscimo de 1 hectare de pastos tem efeitos bastante diversos sobre os efetivos do rebanho nas diferentes regiões. Na segunda coluna apresenta-se o número de cabeças suportado por hectare de pasto em cada região. Verifica-se que, no Sul, o acréscimo de 1 hectare permite que o rebanho gane 3 vezes mais gado bovino do que no Centro-Oeste. Dito de modo inverso, o acréscimo de 1,1 hectares de pastagens no Sul tinha o mesmo efeito que 3,2 hectares no Centro-Oeste.

Ao mesmo tempo verificava-se que a renda gerada por hectare de pastagens, no Sul, era quase 10 vezes superior à gerada no Centro-Oeste na mesma época. Todavia, já se sabe que, entre 1970 e 1975, o rebanho desta última região aumentou mais de 40% enquanto a área de pastagens somente aumentou pouco mais de 10%. Portanto, verifica-se em grande parte o fenômeno já apontado de simples aumento da lotação das pastagens antes subpovoadas, isto é, o aumento desta lotação implica pouco custo mais do que o do próprio bovino. Assim sendo, o acréscimo do rebanho no Centro-Oeste faz-se a custos provavelmente bem menores do que nas demais regiões neste momento. Mesmo assim, entretanto, a renda por hectare gerada no Sul, e mesmo no Sudeste, são tais que durante algum tempo ainda competirão vantajosamente com o Centro-Oeste, que ademais se encontra em atraso técnico relativamente às outras duas regiões e a maior distância dos mercados.

3) Verifica-se que a expansão da agricultura dá-se a nível nacional, isto é, a área explorada aumenta em todo o país ao mesmo tempo. Como isto deseja-se mostrar que a expansão

das regiões de fronteira não aguarda o esgotamento das terras exploráveis das regiões mais antigas. Isto resulta, evidentemente, dos condicionamentos econômicos aos quais está submetida a expansão da fronteira, e que já foram referidos nas conclusões referentes a análise nacional. Estes condicionamentos referem-se, predominantemente, aos rendimentos econômicos que se pode obter em cada região. Isto quer dizer o seguinte: considerando que, uma vez colocadas em exploração as terras de melhor qualidade de uma região, a expansão geográfica do cultivo só pode dar-se com rendimentos físicos (eventualmente econômicos) decrescentes. Havendo regiões inexploradas de qualidade bastante superior, relativamente próximas de tal modo que sua exploração compense o aumento da distância ao mercado, estas serão colocadas em exploração antes ou juntamente com uma continuada (embora menos acelerada) expansão da área cultivada na região de ocupação antiga.

Não é porém somente este fenômeno que ocorre. Já foi demonstrado que a expansão geográfica (em termos absolutos) é acompanhada por uma diferenciação inter-regional da composição da produção agrícola. Isto é, os acréscimos de área, em cada região, não apresentam a mesma composição de área original. Conforme já foi indicado, as diversas culturas agrícolas apresentam rentabilidades diversas, de modo que as de maior rentabilidade (e o são, muito provavelmente, devido a dificuldades específicas à expansão "natural" da produção) serão aquelas que apresentam maior facilidade em serem cultivadas nas regiões antigas, onde inovações técnicas são indispensáveis.

Pode-se ver, assim, que a taxa em que a área cultivada

se amplia em cada região, assim como a proporção da superfície geográfica que é colocada em exploração e os tipos de produtos que serão obtidos (portanto a composição da produção) não são grandezas aleatórias, nem que dependem da vontade ou da habilidade de autoridades e produtores de cada região. Os valores destas taxas fazem parte e são resultado do processo de expansão do capitalismo na agricultura e dependem, fundamentalmente, da hierarquia dos valores da renda da terra em cada tipo de solo e em cada localização. Desse modo, produz-se, em cada local, o produto ou o conjunto de produtos que torne máxima a renda produzida pela terra. Evidentemente que são a qualidade natural e a localização de cada tipo de solo que determinam os valores da sua renda; todavia, ambos são também um produto social, isto é, do próprio desenvolvimento econômico-social: de modo geral, as obras governamentais de infra-estrutura podem alterar radicalmente estas características dos solos, especialmente sua localização (deve-se lembrar que não se trata da localização estritamente geográfica, mas da sua expressão em termo dos custos de transporte que impõe aos produtos).

Assim sendo, a ação governamental pode influenciar a distribuição inter-regional, assim como a composição regional, da produção agrícola, desde que tenha condições de alterar, segundo seus desejos, a hierarquia das rendas da terra. Isto pode ser feito através de uma variedade muito grande de medidas que atinjam regiões, produtos ou produtores determinados, como por exemplo, a fixação discriminatória de preços de produtos e/ou de insumos, construção de infra-estrutura e preços de serviços, subsídios de crédito e/ou de outros tipos, etc.

Entretanto, a intervenção governamental apenas pode surtir efeito se conseguir alterar a hierarquia das rendas da terra, portanto se conseguir atuar sobre as rentabilidades relativas das diversas culturas em uma, ou todas as regiões.

4) Finalmente, e apesar das diferenças inter-regionais, o uso agrícola do solo estendeu-se significativamente em todas as regiões, exceto no Norte. Segundo os dados disponíveis, pode-se admitir que a maioria das terras aptas à exploração com lavouras e pastagens, com as técnicas vigentes, estão sendo exploradas nas regiões de ocupação antiga (Nordeste, Sudeste e Sul).

a) No Brasil como um todo, os estabelecimentos agropecuários já ocupavam 38% de todo o território. Se excluído o Norte, todavia, esta taxa se eleva a 59% no conjunto das demais regiões, o que constitui uma proporção expressiva, enquanto no Sudeste e no Sul já alcança a marca dos 80%. Deste ponto de vista o Centro-Oeste, com metade da sua área ocupada e o Norte, com apenas 8%, constituem inequivocamente as linhas de expansão futura.

b) Também a proporção explorada aumentou consideravelmente. Se no país como um todo ela duplicou no período analisado, situando-se em 26% em 1975, entretanto apenas a região Norte apresenta um valor inferior a 30%, rebaixando o valor do conjunto. Assim, quando excluído o Norte, o conjunto das demais regiões apresenta uma proporção explorada com lavouras e pastagens da ordem de 44% em 1975. Ou seja, as áreas de lavouras e

pastagens cobriam, nesta data, apenas pouco menos que a metade de todo o território constituído pelas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. No Sudeste, nada menos que 72% do território estavam cobertos por lavouras e pastagens, proporção esta que alcançava 62% no Sul.

c) Se a elevação da "taxa de ocupação" do território por estabelecimentos agropecuários define a expansão da chamada "fronteira externa", a ampliação da "fronteira interna" é dada pela elevação da "taxa de exploração agropecuária dos estabelecimentos", isto é, pelo aumento da proporção da área total, que é coberta com lavouras e pastagens.

Pode-se verificar que, em todas as regiões do país, exceto no Norte, os estabelecimentos agropecuários são intensamente explorados, restando relativamente pouca terra para ser incorporada à agricultura, pelo menos ao nível atual das técnicas e dada a disponibilidade de terras mais aptas nas "fronteiras externas". Assim sendo, constata-se que, nas regiões de ocupação antiga, tanto a fronteira externa quanto a interna estão praticamente esgotadas. Isto está claro quando se verifica taxas da ordem de 92% no Sudeste, 77% no Sul e 84% no Centro-Oeste, embora neste último caso haja, provavelmente, uma grande proporção de pastagens subpovoadas mesmo ao nível atual das técnicas.

A constatação de que a grande maioria das áreas exploradas é dedicada à pecuária tem levado à suposição de que esta é uma atividade de caráter eminentemente extensivo, tecnicamente primitiva e pouco dinâmica. Assim, parece haver uma noção inde-

finida de que apenas a taxa de exploração com lavouras é um indicador de efetiva ocupação econômica, de uma região enquanto a taxa de ocupação com pastagens mediria, ao inverso, o nível de atraso técnico, econômico e social. As séries censitárias não indicam isto, pelo menos de modo tão marcante. Ao contrário, em todas as regiões onde a pecuária tem significação expressiva, a capacidade de suporte das pastagens tem aumentado ininterruptamente, e nas regiões Sudeste e Sul, este indicador já alcança níveis médios não desprezíveis e que, longe de apontarem para uma subutilização dos solos de pastagens, indicam ao contrário um modo de exploração que se torna sempre mais intensivo.

5) A análise da evolução da pecuária mostrou que, a nível nacional constituiu-se, como já foi dito, uma concentração regional do rebanho, formando-se uma zona especializada, que é o chamado Brasil Central pecuário. Todavia, também foi possível constatar uma divisão inter-regional do trabalho dentro da própria pecuária, iniciando-se uma separação mais definida entre as produções de carne e de leite. Neste contexto, o Brasil Central Pecuário constitui a região especializada na pecuária de corte.

O processo de formação da zona pecuária central resultou também em uma redefinição de antigas zonas produtoras, cujo caso mais flagrante é a região Sul que, como já foi demonstrado, perdeu participação no rebanho bovino nacional. Todavia, esta região não pode ser analisada em conjunto, pois a presença de dois estados que apresentam tendências opostas da taxa de participação no rebanho - Paraná e Rio Grande do Sul - mascara o

processo de diferenciação pecuária que a região sofreu. Ao mesmo tempo, a existência de um processo de diferenciação entre as produções de leite e de carne tornam a taxa de participação no rebanho nacional um indicador insuficiente para se avaliar o papel representado por cada região na pecuária do país.

Assim, o Rio Grande do Sul é um Estado que não apenas perdeu expressão como estado pecuário de um modo geral no cenário nacional - tornando-se ao contrário um estado mais acentuadamente de cultivo - como também a sua pecuária de corte teve diminuída a sua representatividade enquanto aumentava expressivamente o papel da sua pecuária de leite.

Foi mostrado, neste sentido, que o Rio Grande do Sul sofreu quedas acentuadas tanto na participação do seu rebanho no efetivo nacional, quanto no abate e na produção de carne, na qual a queda foi da ordem de 17% em 1947/49 para apenas 12% em 1969/71. Na produção de leite, ao contrário, o Estado experimentou uma elevação bastante significativa, duplicando a sua participação, que passou de 7,7% em 1949/51 para 14,8% em 1975/1977.

Se na produção de carne a região Sul apresenta Estados com tendências opostas, o mesmo não ocorre no caso da produção leiteira, em que as tendências estaduais são solidárias, salvo em aspectos secundários. Assim, a participação da região passa de 13% em 1949/51 para 26% em 1975/77, resultando de aumentos nos três estados. Ao mesmo tempo, a participação do Sudeste na produção de leite caía significativamente, de 71% da produção

nacional em 1949/51 para 52% em 1975/77; o Nordeste apenas mantinha a mesma posição, enquanto o Centro-Oeste também ampliava a sua participação.

As diferenças entre os Estados, todavia, situam-se no significado da expansão leiteira. No caso do Rio Grande do Sul, o aumento da participação na produção dá-se paralelamente a uma acentuada queda da participação no rebanho, enquanto nos Estados de fronteira (Paraná, Mato Grosso e Goiás), ambas as tendências são de mesmo sentido, isto é, há aumentos de participação tanto no rebanho quanto na produção leiteira nacionais. No fim do período, todavia, apenas o Rio Grande do Sul apresenta uma participação da produção superior à do rebanho, indicando mais claramente uma "especialização leiteira".

São Paulo e Minas Gerais sofreram grandes quedas de participação na produção leiteira ao mesmo tempo que praticamente mantinham suas participações no rebanho nacional, apesar de que a participação na produção mantinha-se acima da participação nos efetivos.

No conjunto do período pode-se identificar uma tendência à concentração da pecuária de corte em uma região especializada, enquanto que, no caso da produção leiteira, há uma aparente tendência a uma dispersão da produção a nível nacional. Esta dispersão pode ser compreendida se for relacionada com a intensificação do processo de urbanização a nível nacional, cujo resultado é a constituição de aglomerações urbanas de dimensões metropolitanas, antes só encontradas no Sudeste. Se considerar a

produção e distribuição do leite em estado líquido, é fácil admitir a dificuldade em distribuí-lo para todo o território nacional a partir de uma só grande zona produtora; todavia, o desenvolvimento da indústria de laticínios e dos sistemas de transporte com refrigeração transformam isto numa possibilidade real pelo menos para uma parcela do produto da pecuária de leite. Sabe-se, por exemplo, que os países escandinavos constituem uma zona leiteira especializada a nível internacional.

Deve-se considerar ademais que, no caso do Brasil, a elevada concentração da população e da renda no Sudeste facilitam a concentração regional de atividades normalmente tendentes a se adensarem próximas aos centros de consumo.

Infelizmente não existem dados acerca da evolução da participação do Rio Grande do Sul na produção nacional de carne a partir de 1971, por ter sido interrompida a publicação de dados a nível estadual. Contudo, pode-se crer na continuação da tendência de decréscimo da sua participação, isto porque a sua participação no rebanho nacional caiu significativamente entre 1970 e 1975, segundo os dados censitários disponíveis. Esta conclusão parece plausível porque ambas as taxas de participação, nas séries analisadas, têm variado no mesmo sentido.

O rebanho paranaense tem se desenvolvido aceleradamente a partir de 1960, segundo as estatísticas censitárias. Entre os censos de 1960 e 1970 seus efetivos quase triplicaram (multiplicaram-se exatamente por 2,8), e até 1975 cresceram outros 40%. O Estado viu aumentar substancialmente a sua participação tanto

na produção de carne quanto na produção de leite a nível nacional. A sua trajetória histórica recente, o seu papel de fronteira cuja ocupação definitiva começou há apenas cerca de 40 anos, e a base técnica na qual ela se deu, tornam claramente inevitável a ampliação ainda maior do seu papel na pecuária nacional. Isto resulta da "tendência natural à conservação das matas em pastagens", apontada anteriormente, ligada ao tipo de ocupação econômica que o Estado sofreu. Assim, uma certa proporção do território do Estado, cuja exploração econômica iniciou-se com o cultivo, passará progressivamente à pecuária. Isto não vem se dando, e não é provável que venha a concentrar-se nas regiões de povoamento antigo do centro-sul do Estado, mas exatamente nas zonas agrícolas mais dinâmicas contidas na extensa faixa que vai do Extremo-Oeste até o Norte Velho do Estado, pois a tendência referida acima resulta justamente do dinamismo da agricultura.

Efetivamente, sabe-se que a expansão do rebanho tem sido maior nas microrregiões contidas na faixa acima referida. Quanto à possível dominação de um dos dois tipos de pecuária - de corte ou de leite - no Estado, há no momento motivos para supor uma forte expansão de ambos. As microrregiões mais ao noroeste visivelmente já se integram à vocação do Brasil Central Pecuário voltada para a produção de carne. Por outro lado, intensifica-se a produção leiteira numa extensa área do norte do Estado, onde esta exploração se integra à zona produtora que alimenta os mercados do Sudeste.

6) A análise da evolução das mais destacadas culturas agrícolas agrupadas em três categorias segundo sua destinação

mais importante, revelou também uma expansão da área cultivada e da produção que se subordina ao processo de diferenciação inter-regional da produção. Assim, considerando os três grupos de culturas, verificou-se uma redistribuição inter-regional da produção que teve, de modo geral, em todos os grupos a mesma tendência apresentada pela agricultura em conjunto: a redução da participação do Sudeste, tendência esta que se mantinha ainda no triênio 1974/76 (tomando como indicador a área colhida), e a transferência dos cultivos para as demais regiões. Esta transferência, todavia, não se dá de modo indiferenciado. Pelo contrário, cada grupo de culturas desenvolve-se preferencialmente em uma região.

Os produtos de exportação, que incluem apenas os dois mais importantes e que predominam largamente em todo o período, transferem-se ininterruptamente do Sudeste para o Sul, e nada indicava, até o triênio 1974/76, que esta tendência estava ou seria interrompida. Embora não haja dados de valor da produção para o último triênio, a participação desta região na área destas culturas caiu expressivamente de 27% em 1971/73 para 20% em 1974/76. Ademais, nenhuma outra região aumentou a sua participação neste grupo de produtos.

Também os produtos alimentares perdem expressão significativa e persistentemente na região Sudeste, ao longo do período. Duas regiões os acolhem preferencialmente: o Centro-Oeste e o Nordeste, aquele mais acelerada e expressivamente do que este. A região Sul apresenta uma tendência pouco pronunciada de elevação de participação. O Centro-Oeste, fazendo-se repre-

sentar neste grupo apenas pelo arroz e o feijão, participa em 1974/76 já com 22% da área nacional dos produtos classificados como alimentares, apesar de apresentar uma participação bem menor em valor. O Nordeste e o Norte juntos quase duplicam a sua participação neste grupo até 1971/73.

Os produtos agrupados como matérias-primas industriais são os de mais geral dispersão pelo território. A região Sudeste, após controlar quase metade da área e do valor do grupo no fim dos anos quarenta, chega em 1971/73 com uma trajetória ainda descendente passando pela marca dos 34% do valor nacional e em 1974/76 com 24% da área nacional. A região Sul apresenta uma tendência clara, mas não ininterrupta, de aumento da participação, tanto em área como em valor. O aumento mais elevado, em termos relativos, é o do Centro-Oeste, porém a sua participação nos totais nacionais era ainda muito modesta no final da série analisada, situando-se em torno de 5% da área e do valor.

7) A análise da evolução da distribuição inter-regional da produção para exportação enfrentou sérias dificuldades derivadas da inexistência de séries estatísticas adequadas a esta análise. Por este motivo, não foi possível formular um quadro muito claro das repercussões do processo de unificação da economia e de divisão inter-regional do trabalho agrícola sobre a distribuição das exportações. Todavia, algumas conclusões podem ser extraídas do esforço analítico realizado.

Em primeiro lugar, tomando as exportações pelo seu valor agregado, a sua distribuição inter-regional sofreu apenas

uma alteração, consubstanciada na elevação da participação do Sul (que duplicou, passando de 14% em 1947/49 para 28% em 1973/75), correspondente a um decréscimo de participação do Sudeste. Todavia, apesar do acentuado decréscimo verificado, ele se deu no período que vai até 1960/62, não tendo prosseguimento daí em diante; por outro lado, o valor total das exportações seguiu o padrão da renda global e manteve-se fortemente concentrada no Sudeste, que a partir de 1960/62 manteve uma participação próxima dos 53% das exportações nacionais.

Como já foi observado no capítulo referente às exportações brasileiras, estas sempre se concentraram em produtos primários, principalmente agrícolas. Contudo, a composição da pauta sofreu, ao longo do processo de industrialização, algumas tendências que não podem ser desprezadas: por um lado, um aumento do grau de elaboração de alguns produtos agrícolas exportados; por outro lado, a introdução, na pauta, de produtos industrializados de elevado grau de elaboração, inclusive de origem não-agrícola, tendência esta que se acentua, apesar das flutuações, a partir do início dos anos 60.

Este é uma das razões pelas quais a redistribuição inter-regional das exportações não acompanha a da produção de produtos agrícolas de exportação, dos quais a região Sudeste produzia apenas 38% do valor em 1971/73, conforme foi mostrado no item anterior. Apesar deste último grupo incluir apenas café e soja, não é de crer que a inclusão de todos os produtos exportados introduzisse mudanças importantes na sua distribuição inter-regional.

A inexistência de séries mais desagregadas, por grupos de produtos, até 1971, torna impossível apresentar uma análise comparativa da evolução da distribuição inter-regional das exportações de produtos agrícolas e industriais e das relações entre eles.

Os dados de 1972-77 não permitem visualizar qualquer tendência definida. Apenas se pode apontar a participação do Sudeste, que se mantém em quase metade do valor das exportações, enquanto o Sul oscila entre 31% e 41% e o Nordeste entre 9% e 20%.

3 - O PARANÁ NA AGRICULTURA NACIONAL

A apreciação do papel da agricultura paranaense na agricultura nacional tem o objetivo final de, através do exame das séries estatísticas referentes à evolução da agricultura no período que se inicia no pós-guerra, e da análise do modo de inserção do Paraná na economia nacional, identificar, se possível, o mecanismo do desenvolvimento da economia do Estado. Somente assim será possível formular uma antevisão razoavelmente plausível do futuro imediato da agricultura estadual, que possa subsidiar a elaboração de estratégias de ação político-econômica.

A análise da agricultura é uma continuação da 1ª. fase do Diagnóstico, submetendo-se à linha interpretativa e aos resultados aos quais aquele relatório chegou.

O período do pós-guerra representa para a agricultura,

assim como para os outros setores da economia, o período em que se consolida a sua unificação em dimensões nacionais, isto é, as diversas "agriculturas regionais" ou locais fundem-se, progressivamente, em uma agricultura nacional. O caráter "nacional" desta agricultura, em cada local do território, é dado pelo fato de que sua produção deixa de destinar-se a mercados locais ou regionais para destinar-se, cada vez mais, ao mercado nacional como um todo. Isto não significa, necessariamente, que o produto de cada localidade agrícola se destine a um mercado distante ou deva atender a todo o mercado nacional, mas que o volume produzido nesta localidade constitua uma parcela de um total produzido com o fim de abastecer um mercado nacional unificado.

Os resultados deste processo de transformação têm grande significação, não apenas econômica, mas também política. A principal delas talvez seja a de que as diversas regiões ou localidades (seja mesmo os estados) passam a ter suas diversas atividades econômicas dirigidas por processos que escapam ao controle do âmbito local. Falando em termos estritamente econômicos, poder-se-ia dizer que, enquanto anteriormente a lógica das atividades econômicas esgotava-se dentro da própria região, ou pelo menos assim era predominantemente, na nova situação a lógica que preside a atividade econômica da região é uma lógica que transcende os seus limites, pois pertence à esfera da economia nacional.

Desse modo, qualquer ação deliberada sobre uma agricultura local somente poderá ser eficaz desde que leve em conside-

ração a dimensão nacional da economia da qual ela faz parte e desde que esta ação possa ser mediada pela esfera nacional. Isto não implica, necessariamente, numa excessiva centralização da política econômica, embora a concentração econômica regional do país torne mais fácil esta centralização. Em outras palavras, a política econômica tem que ter um âmbito nacional, uma vez que a economia tem este âmbito; porém, a esfera de decisão pode ter um maior ou menor grau de centralização. Conforme relatório anterior, referente às especificidades do planejamento numa escala regional, a estratégia estadual de desenvolvimento estará condicionada pelas características do planejamento, ou do mecanismo de tomada de decisões, a nível federal. Também foi apontado naquele trabalho que, conforme aquelas características, o planejamento a nível estadual poderá estar submetido a um elevado grau de incerteza.

A análise realizada nesta pesquisa, mostrou que efetivamente a agricultura brasileira sofreu um crescente processo de integração a nível nacional, que implicou uma diferenciação regional, ou seja, uma tendência à especialização regional. Já foi visto que o crescimento desta agricultura valeu-se de quatro linhas principais de expansão, uma das quais foi a ampliação geográfica do território explorado economicamente.

O Paraná constitui a mais conspícua fronteira agrícola durante o período analisado, apesar de ser um Estado pequeno no contexto nacional, ocupando apenas 2,3% do território do país. O território total do Estado, que alcança 20 milhões de hectares, mesmo que fosse explorado integralmente, não chegaria a

perfazer 10% da área explorada total do país atualmente.

Não foi, efetivamente, o tamanho deste Estado que lhe permitiu a façanha agrícola da expansão cafeeira. A região Centro-Oeste, uma região de fronteira tão óbvia e pouco menos próxima que o Paraná, detém nada menos que 22% do território nacional, e no entanto não foi, até recentemente, submetida a um processo intenso de ocupação.

Todavia, atualmente a superfície geográfica do Estado começa a colocar-lhe, do ponto de vista do seu papel na agricultura nacional, limites físicos intransponíveis e que já se refletem, aliás, no relativo estancamento da elevação da participação do Paraná na agricultura nacional, a partir do início da década de 1960.

Nestas condições, a participação paranaense declinaria se a expansão das lavouras brasileiras continuasse apoiando-se fortemente na abertura de novas terras de cultivo. Por outro lado, as únicas alternativas de contornar esta tendência declinante seriam (a) pela introdução de novas técnicas de produção, e (b) pela alteração da composição da produção.

Uma das circunstâncias - além da sua proximidade aos mercados centrais - que tornaram possível a expansão agrícola do Estado, foi o fato de o Paraná constituir-se na última reserva ponderável de solos férteis cobertos de florestas, relativamente próxima dos mercados centrais. Este foi o fator principal a tornar o Paraná uma das mais importantes frentes de ex-

pansão da agricultura brasileira no período. Esta era uma vantagem que tornava o Paraná uma zona de fronteira necessária da agricultura brasileira. Desaparecida esta vantagem, entretanto, teria o Paraná que ingressar na segunda linha de expansão da agricultura, e que tende a tornar-se a mais importante: o progresso técnico, que já ganhara impulso durante o período anterior em outros dois importantes estados agrícolas principalmente: São Paulo e Rio Grande do Sul.

O estado conta ainda com duas outras desvantagens a partir da década de 1970: em primeiro lugar, os revezes sofridos pelo café, cuja tendência passa a ser a de transferir-se para estados menos afetados pela geada. Nestas condições, o Paraná perde a vantajosa posição de um dos duopolistas do café no Brasil, vantagem esta que lhe era dada pelos extraordinários rendimentos do produto nos solos férteis recém-abertos. Com a queda dos rendimentos advinda tanto do desgaste das qualidades naturais do solo como da intensificação das geadas a partir de fim dos anos 60, outras regiões do país passaram a ingressar na faixa de rentabilidade admitida pelo mercado cafeeiro. Em segundo lugar, há o fato de que o Paraná passa por uma fase de transição entre a fronteira e a zona já antiga e de agricultura relativamente estabilizada. Isto significa que haverá um processo de seleção "natural" das áreas de lavouras que poderão constituir-se em zonas de cultivo mais ou menos permanentemente. Esta etapa seletiva resulta do próprio tipo de expansão agrícola experimentado pelo estado: todos os solos de floresta foram postos em cultivo, devido às qualidades excepcionais conferidas ao solo pela cobertura florestal. Uma vez, porém, con-

sumidas estas qualidades naturais, em todas as terras assim utilizadas poderão permanecer em cultivo, porque as características naturais do próprio tipo de solo passarão a ditar - após destruídas as vantagens decorrentes da cobertura florestal - os rendimentos capazes de serem obtidos em cada tipo de solo. Assim, uma parte das terras cultivadas não poderá ter melhor destinação do que servir para pastagem, enquanto outras terão que ser abandonadas. De qualquer modo, o grau de utilização econômica de cada tipo de solo dependerá das alterações na composição - em qualidade - do estoque de terras em uso na agricultura brasileira em conjunto.

Com isto, a ampliação futura da área cultivada deverá desacelerar-se - e não necessariamente interromper-se. Isto já se deu, aliás, no quinquênio de 1970-75, quando a área de lavouras aumentou apenas 800 mil hectares, apesar de constituir este no período do auge da expansão da soja. Não deixará de haver ampliação, todavia, uma vez que 40% das terras do Estado permaneciam inexploradas em 1975.

A área de pastagens deverá, ao contrário, ampliar-se ainda mais, exatamente devido à conversão "natural" de muitas terras cultivadas em pastagens e da formação de pastagens em terras até agora inexploradas, por serem impróprias ao cultivo. Isto ocorre uma vez que a pecuária se converte na alternativa mais rendosa, por ser a única, desde que a localização em relação ao mercado o torne possível. Isto já vem ocorrendo em toda a faixa norte-noroeste do estado, com seu epicentro no Noroeste e estendendo-se, com alcance variável, em todas as direções.

Entretanto, a produção agrícola brasileira não poderá deixar de expandir-se, a respeito da defecção paranaense. A expansão da área de lavouras prosseguirá, porém em ritmo possivelmente menor, isto porque as reservas de solos florestais estão esgotadas em todo o Centro-Sul, salvo pequenas concentrações salvas pela transformação em parque nacionais. O Sul do Mato Grosso constitui, neste particular, uma exceção não muito notável, mas que já começa a destacar-se.

Entretanto, o esgotamento das terras florestais, ao mesmo tempo que é um desacelerador da ampliação da área cultivada, também dificulta o prosseguimento dos processos migratórios anteriores e das técnicas de produção agrícola que os caracterizavam - técnicas primitivas por ser desnecessária maior sofisticação, dada a generosidade dos solos florestais. Assim, o progresso técnico transforma-se na linha de frente da expansão da produção agrícola, e a sua generalização na agricultura brasileira certamente imporá alterações na atual composição da produção agrícola a nível estadual, isto é, haverá modificações na divisão intra-setorial do trabalho na agricultura. Provavelmente a declividade e a distância ao mercado se converterão nos fatores decisivos da especialização regional, de modo que as regiões mais distantes terão que ser planas para poderem acolher uma produção agrícola substancial em moldes modernos, enquanto as terras inclinadas ou as pequenas extensões planas terão que estar bastante próximas aos mercados.

Dentro desta nova feição da agricultura, o Centro-Oeste certamente ocupará um lugar privilegiado, tanto do ponto de

vista da pecuária - atividade na qual a expansão tem sido significativa - quanto no que diz respeito às lavouras. Se se considerar somente o atual Estado do Mato Grosso do Sul, trata-se de um território maior que o do Paraná (75% maior) e que somente há pouco tempo dispõe da infra-estrutura necessária para integrar-se efetivamente à economia nacional. A entrada desta região em franca produção agrícola terá o efeito não apenas de retirar alguns produtos de outros Estados, como eventualmente de provocar a ruína de algumas zonas agrícolas menos favorecidas.

Portanto, a expansão da agricultura dá-se segundo um padrão nacional, isto é, seguindo as linhas de menor resistência do ponto de vista do capital. A ampliação da área cultivada não se dará de preferência onde a disponibilidade de terras é maior - em extensão geográfica - mas onde é mais rentável, assim como o progresso técnico - e este de modo especialmente claro - atingirá a agricultura de modo acentuadamente seletivo.

Assim sendo, e fixando o caso do Paraná, não basta a constatação de que 40% do seu território ainda estão inexplorados, sendo que 25% da área atual dos estabelecimentos agropecuários estão na mesma situação. A expansão da área de lavouras do Paraná desacelerou-se, após 1960, não por falta de terras em termos de extensão, mas porque se esgotaram aquelas que justificaram a expansão até então: solos férteis e cobertos de matas. As restantes entraram no leilão das terras aptas ao cultivo no rol de todas as demais terras do país, e terão que esperar que chegue a sua vez, isto é, a oportunidade em que se tornarão relativamente mais rentáveis que qualquer outras do país.

4 - A FRONTEIRA AGRÍCOLA DO PARANÁ

A ocupação e expansão da agricultura no território paranaense no pós-guerra é um capítulo da expansão geográfica da agricultura no Brasil, e nada apresenta de especial em relação ao movimento de expansão em escala nacional, a não ser a sua concentração no tempo e no espaço. Isto é, ao fato de ter sido uma expansão de grandes proporções num pequeno intervalo de tempo.

Todavia, o que se quer acentuar é que o "estilo" desta expansão nada teve de extraordinário, do ponto de vista técnico: a expansão paranaense consistiu na exploração agrícola de uma área florestal natural. A expansão agrícola nas áreas florestais se justifica, não porque o agricultor brasileiro tenha qualquer "preferência" pela destruição da floresta nativa, ou porque isto revele qualquer "primitivismo técnico", ou irracionalidade, mas porque este era o caminho de expansão mais adequado às condições econômicas prevalecentes no nosso país.

As noções de tipo "primitivo", ou "irracional" devem, desde logo, ser descartadas por expressarem simples juízos de valor. Isto porque a noção de "primitivo", por exemplo, em relação às condições técnicas da agricultura brasileira, embora fosse razoável enquanto se referisse a um estágio técnico muito atrasado "em relação" aos padrões ditos modernos de agricultura, é inadequada na medida em traduz os padrões contemporâneos da agricultura brasileira (isto é, embora as técnicas sejam "primitivas" em relação às práticas mais avançadas, elas exis-

tem em uma agricultura atual e de modo nenhum marginal à economia como um todo. Pelo contrário, no caso do café ela está no próprio centro dinâmico da economia).

A expansão agrícola do Paraná deve ser explicada tendo em conta as seguintes características;

a) ela é solidária com o padrão geral de expansão da agricultura brasileira como um todo, na medida em que consiste na exploração agrícola de uma floresta nativa;

b) ela tem um caráter especial, na medida em que a exploração da floresta é especificamente para o café. Quer dizer: a expansão do café no Paraná constitui um dos ciclos do café no Brasil (um dos ciclos econômicos, que coincidem com ciclos geográficos): tivemos um primeiro ciclo econômico no Vale do Paraíba; um segundo no Oeste-Noroeste de São Paulo (Campinas-Ribeirão Preto), que se encerrou com a crise de superprodução de 1901-1906 (?); um terceiro ciclo que envolveu o Oeste de São Paulo e resultou em nova crise de superprodução em 1929; finalmente, um último ciclo localizado que teve por palco o Norte do Paraná e redundou na crise de superprodução dos anos 60. Pelo menos nos ciclos que conduziram às crises das décadas de 30 e de 60, pode-se fazer uma analogia com as crises cíclicas da economia em geral: há, na fase de depressão, uma "queima" de capital produtivo, que no caso do café se concretizou na destruição de cafezais (os menos produtivos, é claro). Há mais, cada crise resultou num transplante regional da capacidade produtiva.

c) a exploração da floresta paranaense não pode ser vista simplesmente com a implantação de um sistema de "pousio florestal" (cf. Ester Boserup). Era preciso derrubar a mata para cultivar o café e demais produtos. Ademais, o café é uma cultura permanente, logo não permite a reconstituição da floresta. No caso dos outros produtos, o sistema do "pousio florestal" implantou-se plenamente: clareiras sucessivas eram abertas na floresta para o cultivo, daí as acusações de "primitivismo" e "irracionalidade".

d) embora a expansão paranaense possa ser vista não como implantação do sistema de "pousio florestal", mas com um processo de derrubada da floresta para torná-la apta à agricultura, deve-se acentuar que este processo deu lugar a técnicas, ou deu-se com o uso de técnicas apropriadas ao "pousio florestal". Isto é, os instrumentos de trabalho principais eram o machado, o fogo e a enchada. É preciso demonstrar que este padrão técnico era necessário e inevitável, isto é, que não foi empregado por "ignorância" ou "irracionalidade" do "caboclo" brasileiro.

5 - EXPANSÃO DA PECUÁRIA NO SUDESTE

O crescimento da pecuária no Sudeste é um capítulo da evolução da pecuária nacional. Será feito um esforço para esclarecer algumas das razões pelas quais uma parte tão significativa a expansão da pecuária nacional se daria naquela região e não em outra qualquer.

Em primeiro lugar, é considerado normal que o aumento

da urbanização, em economias em desenvolvimento, seja acompanhado por um aumento do consumo de produtos de origem animal. Neste sentido, a mudança no ambiente de vida (do campo para a cidade) resulta em uma mudança nas necessidades alimentares. No Brasil, observou-se efetivamente um acelerado aumento da demanda de produtos de origem animal a partir do fim da II Guerra Mundial.

Em segundo lugar, a razão mais óbvia para que o maior incremento da pecuária se desse no Sudeste é o fato de nesta região se concentrarem os maiores centros urbanos do país. Todavia, o mesmo motivo poderia induzir uma intensificação do cultivo da lavouras na mesma região, e no entanto, elas tenderam a expandir-se em outras regiões do país, mais distantes dos aglomerados urbanos centrais.

É de crer que a principal razão para a concentração de uma parte tão significativa da pecuária nacional no Sudeste esteja no estilo característico da expansão da agricultura brasileira no período, isto é, a extensão geográfica baseada em correntes migratórias compostas de pequenos produtores independentes.

Um dos resultados desta agricultura "itinerante" é que ela "produz" pastos. Ou seja, o processo de produção de lavouras, que consiste no desgaste de certas qualidades naturais do solo de floresta, que são úteis especificamente para o cultivo, é ao mesmo tempo um processo de produção de condições naturais favoráveis à criação de gado. Trata-se, portanto, de um pro-

cesso produtivo que é ao mesmo tempo destrutivo e criativo. O que por um lado é destruição de matas virgens, por outro lado é criação de pastagens "naturais" ("naturais" porque a formação de pastos - ou a infestação por gramíneas dos solos outrora cobertos de florestas é a consequência natural, nas condições naturais e sócio-econômicas dadas no Sudeste, do cultivo).

Não é apenas este, porém, o resultado da agricultura "itinerante". O outro resultado é que, uma vez destruídas as matas naturais, e não havendo possibilidade da sua restauração, todas as terras exploradas tendem a transformar-se em pastos (ou também, evidentemente, em solos inaproveitáveis nas condições técnicas dadas). E em todas elas desaparecem as qualidades naturais associadas à cobertura florestal. O cultivo de lavouras deve prosseguir, pelo menos em uma parcela destes solos. Para que isto seja possível, é necessário lutar contra a tendência destes solos a serem recobertos por gramíneas (portanto, a se converterem em pastagens), e contra a tendência de perderem toda a fertilidade necessária ao cultivo. Para isto é preciso introduzir, por um lado a aração e as chamadas "capinas", e por outro lado a adubação.

Para que isto seja possível, e por paradoxal que possa parecer, é preciso que se unam as duas faces - a destrutiva e a criativa - do processo de expansão da fronteira cultivada. E isto se dá quando a extensão das áreas de pastagens permite a criação de gado bovino, que fornece por uma lado a força de tração necessária para o uso do arado e das grades é, por outro lado, o esterco que serve como importante adubo para o cultivo

em terras desgastadas. O gado bovino fornece, ainda, carne e leite e seus derivados.¹

No Sudeste reuniram-se, após a II Guerra Mundial, todas as condições para um rápido crescimento da pecuária de leite e de corte. Por um lado, aumento da demanda de carne nos mercados nacional e internacional, com conseqüente elevação dos preços dos produtos,² e aumento da demanda de leite nos centros urbanos em crescimento. Por outro lado, a reativação do mercado internacional do café defrontou-se com uma situação de subprodução e inaugurou um período de altos preços que apenas se encerraria em meados da década dos cinquenta. Nestas condições, a elevação de custos implícita na introdução de novas técnicas de cultivo e de fertilização encontrava justificativa na mais alta rentabilidade da cafeicultura. Assim, o café e a pecuária, principalmente a leiteira, se associam muitas vezes nos mesmos estabelecimentos. Em ampla pesquisa sobre a cafeicultura paulista, realizada em fins da década de 1950, estima-se que "mais da metade da produção de leite do estado vem provavelmente das fazendas de café" (ASP, 3/61, p. 31). Nesta época, os adubos orgânicos superavam os químicos na agricultura paulista, e o

¹Ver, a respeito da transição histórica das florestas para as pastagens, a importante obra de Ester Boserup, "The conditions of agricultural growth".

²Ver C. Prado Júnior - Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil; R.M.Paiva - Problemas da Agricultura brasileira, p.69.

esterco de curral constituía "cerca de 2/3 da tonelagem total (...), numa clara indicação da importância da combinação café-gado" (ASP, 3/61, p. 52). Pierre MONBEIG, escrevendo poucos anos antes, já observara a associação café-pecuária para o aproveitamento do esterco que, "misturado às leguminosas, fornece um composto mais barato e mais eficaz do que os superfosfatos importados" (Novos estudos..., p. 185).

A pecuária de corte expande-se, do mesmo modo, pelo impulso da demanda e pela natural transformação das florestas em pastagens, naquelas regiões do Estado em que as lavouras não apresentam um rendimento suficiente para que possam ser cultivadas com as técnicas necessárias para confrontar a tendência à deterioração da qualidade do solo. R.M. PAIVA o afirma incansavelmente e o demonstra em diversos trabalhos publicados durante a década de cinquenta e princípio dos anos sessenta: "... a característica principal da agricultura de São Paulo, ... é a movimentação para o interior em busca de glebas novas para o cultivo de café e algodão e, em seguida, sua transformação em pasto" (A evolução da agricultura ... Arquivos Econômicos, p.66).

ANEXO ESTADÍSTICO

TABELAS REFERENTES AO CAPÍTULO II

TABELA A.1 - ÁREA TOTAL DAS GRANDES REGIÕES DO BRASIL.

REGIÃO	ÁREA TOTAL		% DO TOTAL
	Km ²	ha	
Norte	3 581 180	358 118 000	42,07
Nordeste	1 548 672	154 867 200	18,20
Sudeste	924 935	92 493 500	10,86
Sul	577 723	57 772 300	6,79
Centro-Oeste	1 879 455	187 945 500	22,08
Brasil	8 511 965	851 196 500	100,00

FONTE: FIBGE - SINOPSE ESTATÍSTICA DO BRASIL, 1977. p.26.

TABELA A.2 - ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR REGIÃO, 1940-1975.

(ha)

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	25 497 423	23 107 947	23 453 086	23 182 145	29 767 966
Nordeste	42 887 598	58 341 459	62 990 438	74 298 713	79 780 768
Sudeste	57 467 708	61 736 592	64 438 763	69 500 950	72 855 553
Sul	31 556 591	35 420 380	38 993 290	45 458 035	46 540 617
Centro-Oeste	40 310 927	53 604 728	59 986 565	81 705 624	93 676 096
Brasil	197 720 247	232 211 106	249 862 142	294 145 466	322 621 000

FONTE: FIBGE - CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS DE 1940, 1950, 1960 E 1970.

FIBGE - SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO. VOLUME 14, BRASIL, 1975.

TABELA A.2.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 1940-1975 (%).

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	12,90	9,95	9,39	7,88	9,23
Nordeste	21,69	25,12	25,21	25,26	24,73
Sudeste	29,07	26,59	25,79	23,63	22,58
Sul	15,96	15,25	15,61	15,45	14,43
Centro-Oeste	20,38	23,08	24,01	27,78	29,04
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA A.2.

TABELA A.2.2 - ÍNDICES SIMPLES DE VARIAÇÃO DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR REGIÃO, 1940-1975.

BASE: 1940=100

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	100	91	92	92	117
Nordeste	100	136	147	173	186
Sudeste	100	107	112	121	127
Sul	100	112	124	144	147
Centro-Oeste	100	133	149	203	232
Brasil	100	117	126	149	163

FONTE: TABELA A.2.

TABELA A.2.3 - ÍNDICE SIMPLES DE VARIAÇÃO DA ÁREA TOTAL DOS ESTABE-
LECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR REGIÃO, 1940-1975.

BASE: 1950=100					
REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	110	100	101	100	129
Nordeste	74	100	108	127	137
Sudoeste	93	100	104	113	118
Sul	89	100	110	128	131
Centro-Oeste	75	100	112	152	175
Brasil	85	100	108	127	139

FONTE: TABELA A.2.

TABELA A.2.4 - VARIAÇÃO PERCENTUAL INTERCENSITÁRIA DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR REGIÃO, 1940-1975.

REGIÃO	50/40	60/50	70/60	75/70
Norte	(9,37)	1,49	(1,16)	28,41
Nordeste	36,03	7,97	17,95	7,38
Sudeste	7,43	4,38	7,86	4,83
Sul	12,24	10,09	16,58	2,38
Centro-Oeste	32,98	11,91	36,21	14,65
Brasil	17,44	7,60	17,72	9,68

FONTE: TABELA A.2.

TABELA A.2.5 - ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, COMO PROPORÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA BRASIL E REGIÃO, 1940-1975 (%).

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	7,12	6,45	6,55	6,47	8,31
Nordeste	27,69	37,67	40,67	47,98	51,52
Sudeste	62,13	66,75	69,67	75,14	78,77
Sul	54,62	61,31	67,49	78,68	80,56
Centro-Oeste	21,45	28,52	31,92	43,37	49,84
Brasil	23,23	27,28	29,35	34,56	37,90

FONTE: TABELAS A.1 E A.2

TABELA A.3 - ÁREA EXPLORADA COM AGROPECUÁRIA (LAVOURAS + PASTAGENS), POR REGIÃO, 1940-1975 (ha).

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Norte	3 204 873	2 666 924	2 652 051	5 044 647	6 016 646
Nordeste	18 611 972	22 249 648	30 384 998	38 197 993	47 415 265
Sudeste	35 178 856	42 018 826	48 423 049	54 351 679	67 172 196
Sul	20 981 797	23 222 897	26 371 004	32 641 132	35 667 958
Centro-Oeste	28 999 665	36 569 805	43 216 513	57 886 274	65 131 013
Brasil	106 977 163	126 728 100	151 047 615*	188 121 725*	221 403 078

FONTE: FIBGE - CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS DE 1940, 1950, 1960 e 1970.
 FIBGE - SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO. VOLUME 14. BRASIL, 1975

*HÁ PEQUENA DIFERENÇA DESTE DADO (SOMA DAS REGIÕES) COM O TOTAL NACIONAL NA NOSSA TABELA "BRASIL"

¹A ÁREA DE PASTAGEM, AINDA NÃO DISPONÍVEL, FOI ESTIMADA SEGUNDO A EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE SU-
 PORTE E DO REBANHO EXISTENTE EM 1975.

TABELA A.3.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA ÁREA EXPLORADA COM AGROPECUÁRIA (LAVOURAS + PASTAGENS), 1940-1975 (%)

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Norte	3,00	2,10	1,76	2,68	2,72
Nordeste	17,40	17,56	20,12	20,30	21,42
Sudeste	32,88	33,16	32,06	28,89	30,34
Sul	19,61	18,32	17,46	17,35	16,11
Centro-Oeste	27,10	28,86	28,61	30,77	29,42
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA A.3

¹CF TABELA A.3.

TABELA A.3.2 - ÍNDICES SIMPLES DE VARIAÇÃO DA ÁREA EXPLORADA (LAVOURAS + PASTAGENS), POR REGIÃO, 1940-1975.

BASE: 1940=100

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	100	83	83	157	188
Nordeste	100	120	163	205	255
Sudeste	100	119	138	155	191
Sul	100	111	126	156	170
Centro-Oeste	100	126	149	200	272
Brasil	100	118	141	176	220

FONTE: TABELA A.3.

TABELA A.3.3 - ÍNDICE SIMPLES DE VARIAÇÃO DA ÁREA EXPLORADA (LAVOURAS + PASTAGENS), POR REGIÃO, 1940-1975.

BASE: 1950=100

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	120	100	99	189	226
Nordeste	84	100	137	172	255
Sudoeste	84	100	115	155	160
Sul	90	100	114	141	154
Centro-Oeste	79	100	118	158	216
Brasil	84	100	119	148	186

FONTE: TABELA A.3.

TABELA A.3.4 - VARIACÃO PERCENTUAL INTERCENSITÁRIA DA ÁREA EXPLO-
RADA (LAVOURAS + PASTAGENS), POR REGIÃO, 1940-1975.

REGIÃO	50/40	60/50	70/60	75/70
Norte	(16,79)	(0,56)	90,22	19,27
Nordeste	19,54	36,56	25,71	24,13
Sudeste	19,44	15,24	12,24	23,59
Sul	10,68	13,56	23,78	9,27
Centro-Oeste	26,10	18,18	33,94	12,52
Brasil	18,46	19,19	24,54	17,69

FONTE: TABELA A.3.

TABELA A.3.5 - ÁREA EXPLORADA (LAVOURAS + PASTAGENS) COMO PROPORÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA DA REGIÃO. BRASIL E REGIÃO, 1940-1975 (%).

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Norte	0,89	0,74	0,74	1,41	1,68
Nordeste	12,02	14,37	19,62	24,66	30,62
Sudeste	38,03	45,43	52,35	58,76	72,62
Sul	36,32	40,20	45,65	56,50	61,74
Centro-Oeste	15,43	19,46	22,99	30,80	42,00
Brasil	12,57	14,89	17,75	22,10	27,63

FONTE: TABELAS A.1 E A.3

¹ÁREA DE PASTAGENS ESTIMADA - VER TABELA A.3

TABELA A.3.6 - ÁREA EXPLORADA COMO PROPORÇÃO DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 1940-1975. (%)

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Norte	12,57	11,54	11,31	21,76	20,21
Nordeste	43,40	38,14	48,24	51,41	59,43
Sudeste	61,21	68,06	75,15	78,20	92,20
Sul	66,50	65,56	67,63	71,80	76,64
Centro-Oeste	71,94	68,22	72,04	70,85	84,26
Brasil	54,11	54,57	60,45	63,96	72,90

FONTE: TABELAS A.2 E A.3

¹ÁREA DE PASTAGENS ESTIMADA - VER TABELA A.3.

TABELA A.4 - ÁREA DE LAVOURA (TEMPORÁRIOS + PERMANENTES), POR REGIÃO, 1940-1975 (ha).

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	921 586	234 512	432 302	617 131	1 016 646
Nordeste	5 768 949	5 273 804	8 727 700	10 322 882	10 615 265
Sudeste	8 482 184	8 447 903	10 042 241	9 612 403	10 172 196
Sul	2 935 749	4 530 566	8 144 087	11 028 453	12 867 957
Centro-Oeste	726 962	608 272	1 365 879	2 402 926	4 131 013
Brasil	18 835 429	19 095 057	28 712 209	33 983 795	38 803 078

FONTE: FIBGE - CENSO AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS DE 1940, 1950, 1960 E 1970.
 FIBGE - SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO - VOLUME 14, BRASIL, 1975.

TABELA A.4.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA ÁREA DE LAVOURAS (TEMPORÁRIA + PERMANENTES), 1940-1975. (%)

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	4,89	1,23	1,51	1,82	2,62
Nordeste	30,63	27,62	30,40	30,38	27,36
Sudeste	45,03	44,24	34,98	28,28	26,21
Sul	15,59	23,73	25,36	32,45	33,16
Centro-Oeste	3,86	3,19	4,76	7,07	10,65
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA A.4.

TABELA A.4.2 - ÍNDICE SIMPLES DE VARIAÇÃO DA ÁREA DE LAVOURA (TEMP. + PERMANENTES), POR REGIÃO, 1940-1975.

BASE: 1940=100

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	100	25	47	67	110
Nordeste	100	91	151	179	184
Sudeste	100	100	118	113	120
Sul	100	154	277	376	438
Centro-Oeste	100	84	188	331	568
Brasil	100	101	152	180	206

FONTE: TABELA A.4.

TABELA A.4.3 - ÍNDICE SIMPLES DE VARIAÇÃO DA ÁREA DE LAVOURAS
(TEMP. + PERMANENTES), POR REGIÃO; 1940-1970.

BASE: 1950=100

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	393	100	184	263	434
Nordeste	109	100	165	196	201
Sudoeste	100	100	119	114	120
Sul	65	100	180	243	284
Centro-Oeste	120	100	225	395	679
Brasil	99	100	150	178	203

FONTE: TABELA A.4.

TABELA A.4.4 - VARIAÇÃO PERCENTUAL INTERCENSITÁRIA DA ÁREA DE LAVOURAS (TEMPORÁRIAS + PERMANENTES), POR REGIÃO 1940-1970.

REGIÃO	50/40	60/50	70/60	75/70
Norte	(74,55)	84,34	42,75	64,74
Nordeste	(8,58)	65,49	18,28	2,83
Sudeste	(0,40)	18,87	(4,28)	5,82
Sul	54,32	79,76	35,42	16,68
Centro-Oeste	(16,33)	124,55	75,93	71,92
Brasil	1,38	50,36	18,36	14,18

FONTE: TABELA A.4.

TABELA A.4.5 - ÁREA DE LAVOURAS (TEMPORÁRIAS + PERMANENTES) COMO PROPORÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA DA REGIÃO. BRASIL E REGIÕES, 1940-1975 (%).

REGIÕES	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	0,26	0,07	0,12	0,17	0,28
Nordeste	3,73	3,41	5,64	6,67	6,85
Sudeste	9,17	9,13	10,86	10,39	11,00
Sul	5,08	7,84	14,10	19,09	22,27
Centro-Oeste	0,39	0,32	0,73	1,28	2,20
Brasil	2,21	2,24	3,37	3,99	4,56

FONTE: TABELAS A1 e A4.

TABELA A.4.6 - ÁREA DE LAVOURAS (TEMPORÁRIAS + PERMENENTES) COMO PROPORÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 1940-1975 (%)

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	3,61	1,01	1,84	2,66	3,42
Nordeste	13,45	9,04	13,86	13,89	13,31
Sudeste	14,76	13,68	15,58	13,83	13,96
Sul	9,30	12,79	20,89	24,26	27,65
Centro-Oeste	1,80	1,13	2,28	2,94	4,41
Brasil	9,53	8,22	11,49	11,55	12,03

FONTE: TABELAS A.3 E A.4.

TABELA A.4.7 - ÁREA DE LAVOURAS (TEMPORÁRIAS + PERMANENTES) COMO PROPORÇÃO DA ÁREA EXPLORADA (LAVOURAS + PASTAGENS), 1940-1975 (%)

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Norte	28,76	8,79	16,30	12,23	16,90
Nordeste	31,00	23,70	28,72	27,02	22,39
Sudeste	24,11	20,11	20,74	17,69	15,14
Sul	13,99	19,51	30,88	33,79	36,08
Centro-Oeste	2,51	1,66	3,16	4,15	6,34
Brasil	17,61	15,07	19,01	18,06	17,53

FONTE: TABELAS A.3 E A.4.

¹CF. TABELA A.3.

TABELA A.5 - ÁREA DE PASTAGENS, POR REGIÃO, 1940-1975 (ha)

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Norte	2 283 287	2 432 412	2 219 749	4 427 516	5 000 000
Nordeste	12 843 023	16 975 844	21 657 298	27 875 111	36 800 000
Sudeste	26 696 672	33 570 923	38 380 808	44 739 276	57 000 000
Sul	18 046 048	18 692 331	18 226 917	21 612 679	22 800 000
Centro-Oeste	28 272 703	35 961 533	41 850 634	55 483 348	61 000 000
Brasil	88 141 733	107 633 043	122 335 386	154 138 529	182 600 000

FONTE: FIBGE - CENSO AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS DE 1940, 1950, 1960 E 1970.
 FIBGE - SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO. VOLUME 14, BRASIL, 1975.

¹A ÁREA DE PASTAGEM, AINDA NÃO DISPONÍVEL, FOI ESTIMADA SEGUNDO A EVOLUÇÃO DE CAPACIDADE DE SUPORTE E DO REBANHO EXISTENTE EM 1975.

TABELA A.5.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA ÁREA DE PASTAGENS, 1940-1975 (%)

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Norte	2,59	2,26	1,81	2,87	2,74
Nordeste	14,57	15,77	17,70	18,08	20,15
Sudeste	30,29	31,19	31,37	29,03	31,22
Sul	20,47	17,37	14,90	14,02	12,49
Centro-Oeste	32,08	33,41	34,21	36,00	33,41
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA A.5

¹CF. TABELA A.5.

TABELA A.5.2 - ÍNDICE SIMPLES DE VARIAÇÃO DA ÁREA DE PASTAGENS, POR
POR REGIÃO, 1940-1975.

BASE: 1940=100

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	100	107	97	194	219
Nordeste	100	132	169	217	287
Sudeste	100	126	144	168	214
Sul	100	104	101	120	126
Centro-Oeste	100	127	148	196	265
Brasil	100	122	139	175	223

FONTE: TABELA A.5.

TABELA A.5.3 - ÍNDICE SIMPLES DE VARIAÇÃO DA ÁREA DE PASTAGENS, POR REGIÃO, 1940-1975 - BASE 1950=100

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	94	100	91	182	206
Nordeste	76	100	128	164	217
Sudoeste	80	100	114	133	170
Sul	97	100	98	116	122
Centro-Oeste	79	100	116	154	208
Brasil	82	100	114	143	182

FONTE: TABELA A.5.

TABELA A.5.4 - VARIAÇÃO PERCENTUAL INTERCENSITÁRIA DA ÁREA DE LAVOURAS, POR REGIÃO, 1940-1975.

REGIÃO	50/40	60/50	70/60	75/70
Norte	6,53	91,26	99,46	12,93
Nordeste	32,18	27,58	28,71	32,02
Sudeste	25,75	14,33	16,57	27,40
Sul	3,58	(2,49)	18,57	5,49
Centro-Oeste	27,20	16,38	32,57	9,94
Brasil	22,11	13,66	26,00	18,46

FONTE: TABELA A.5.

TABELA A.5.5 - ÁREA DE PASTAGENS COMO PROPORÇÕES DA ÁREA GEOGRÁFICA DA REGIÃO. BRASIL E REGIÕES, 1940-1975 (%).

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Norte	0,63	0,67	0,62	1,24	1,40
Nordeste	8,29	10,96	13,98	17,99	23,77
Sudeste	28,86	36,30	41,49	48,37	61,62
Sul	31,24	32,36	31,55	37,41	39,47
Centro-Oeste	15,04	19,14	22,26	29,52	39,80
Brasil	10,36	12,65	14,38	18,11	23,07

FONTE: TABELAS A.1 E A.5

¹CF TABELA A5.

TABELA A.5.6 - ÁREA DAS PASTAGENS, COMO PROPORÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 1940-1975 (%).

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Norte	8,96	10,53	9,47	19,10	16,79
Nordeste	29,95	29,10	34,38	37,52	46,12
Sudeste	46,45	54,38	59,57	64,37	78,24
Sul	57,20	52,77	46,74	47,54	48,99
Centro-Oeste	70,14	67,09	69,76	67,91	79,85
Brasil	44,58	46,35	48,96	52,41	60,87

FONTE: TABELAS A.5 E A.2.

¹ÁREA DE PASTAGEM ESTIMADA.

TABELA A.5.7 - ÁREA DE PASTAGENS, COMO PROPORÇÃO DA ÁREA EXPLORADA
(LAVOURAS + PASTAGENS), 1940-1975 (%)

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Norte	71,24	91,21	83,70	87,77	83,10
Nordeste	69,00	76,30	71,28	72,98	77,61
Sudeste	75,89	79,89	79,26	82,31	84,86
Sul	86,01	80,49	69,12	66,21	63,92
Centro-Oeste	97,49	98,34	96,84	95,85	93,66
Brasil	82,39	84,93	80,99	81,94	82,47

FONTE: TABELAS A.3 E A.5

¹CF. TABELA A.3.

TABELA A.6 - REBANHO BOVINO, POR REGIÃO, 1940-1975. (em cabeça)

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	999 041	1 020 305	1 234 882	1 706 177	2 097 329
Nordeste	7 655 206	9 632 438	11 555 757	13 805 921	17 889 659
Sudeste	11 962 442	16 803 492	21 039 830	26 845 044	34 992 788
Sul	8 664 147	10 327 785	11 678 003	18 953 024	21 421 267
Centro-Oeste	5 111 583	6 816 139	10 532 835	17 252 084	24 432 876
Brasil	34 392 419	44 600 159	56 041 307	78 562 250	100 833 919

FONTE: FIBGE - CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIO DE 1940, 1950, 1960 E 1970.
 FIBGE - SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO. VOLUME 14, BRASIL, 1975.

TABELA A.6.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO REBANHO BOVINO, 1940-1975.
(%)

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	2,90	2,29	2,20	2,17	2,08
Nordeste	22,26	21,60	20,62	17,57	47,74
Sudeste	34,78	37,68	37,54	34,17	34,70
Sul	25,19	23,16	20,84	24,12	21,24
Centro-Oeste	14,86	15,28	18,79	21,96	24,23
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA A.6.

TABELA A.6.2 - ÍNDICE SIMPLES DE VARIAÇÃO DO REBANHO BOVINO, POR REGIÃO, 1940-1975 - BASE: 1940=100

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	100	102	124	171	210
Nordeste	100	126	151	180	234
Sudoeste	100	140	176	224	296
Sul	100	119	135	219	247
Centro-Oeste	100	133	206	338	478
Brasil	100	130	163	228	293

FONTE: TABELA A.6.

TABELA A.6.3.- ÍNDICE SIMPLES DE VARIAÇÃO DO REBANHO BOVINO, POR REGIÃO, 1940-1975 - BASE 1950=100

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1975
Norte	98	100	121	167	206
Nordeste	79	100	120	143	186
Sudoeste	71	100	125	160	208
Sul	84	100	113	184	207
Centro-Oeste	75	100	155	253	358
Brasil	77	100	126	176	226

FONTE: TABELA A.6.

TABELA A.6.4 - VARIAÇÃO PERCENTUAL INTERCENSITÁRIA DO REBANHO BOVINO, POR REGIÃO, 1940-1975.

REGIÃO	50/40	60/50	70/60	75/70
Norte	2,13	21,03	38,17	22,93
Nordeste	25,83	19,97	19,47	29,58
Sudeste	40,47	25,21	27,59	30,35
Sul	19,20	13,07	62,30	13,02
Centro-Oeste	33,35	54,53	63,79	41,62
Brasil	29,68	25,65	40,19	28,35

FONTE: TABELA A.6.

TABELA B.1 - ÁREA TOTAL DE ESTADOS E REGIÕES SELECIONADOS

ESTADO	KM ²	ha	% DO TOTAL
Paraná	199 554	19 955 400	2,34
Sta.Catarina	95 985	9 598 500	1,13
Rio Grande do Sul	282 184	28 218 400	3,32
Região Sul	577 723	57 772 300	6,79
São Paulo	247 898	24 789 800	2,91
Minas Gerais	587 172	58 717 200	6,90
Sudeste	924 935	92 493 500	10,86
Mato Grosso	1 231 549	123 154 900	14,47
Goiás	642 092	64 209 200	7,54
Centro-Oeste	1 879 455	187 945 500	22,08

FONTE: FIBGE - SINOPSE ESTATÍSTICA DO BRASIL, 1977.

TABELA B.2 - ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, EM ESTADOS E REGIÕES SELECIONADOS, 1940-1975 (ha)

ESTADOS	1940	1950	1960	1970	1975
Paraná	6 252 480	8 032 743	11 384 934	14 625 530	15 754 735
Santa Catarina	4 862 296	5 318 262	5 948 950	7 025 326	6 969 352
Rio Grande do Sul	20 441 815	22 069 375	21 659 406	23 807 180	23 816 529
Sul	31 556 591	35 420 380	38 993 290	45 458 035	46 540 617
São Paulo	18 579 827	19 007 582	19 303 948	20 416 024	20 761 500
Minas Gerais	33 475 881	36 633 521	38 339 045	42 009 504	44 753 958
Sudeste	57 467 708	61 736 592	64 438 763	69 500 950	72 855 553
Goiás	19 603 521	24 588 115	28 877 314	35 783 038	43 309 896
Mato Grosso	20 707 406	29 016 613	30 969 873	45 752 567	50 181 556
Centro-Oeste	40 310 927	53 604 728	59 986 565	81 705 624	93 676 096

FONTE: FIBGE - CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS DE 1940, 1950, 1960 E 1970.

FIBGE - SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO VOLUME 14, BRASIL, 1975.

TABELA B.2.1 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, EM ESTADOS E REGIÕES SELECIONADOS, 1940-1975.

ESTADO	1940	1950	1960	1970	1975
Paraná	3,16	3,46	4,56	4,97	4,88
Santa Catarina	2,46	2,29	2,38	2,39	2,16
Rio Grande do Sul	10,34	9,50	8,67	8,09	7,37
Sul	15,96	15,25	15,61	15,45	14,43
São Paulo	9,40	8,19	7,73	6,94	6,44
Minas Gerais	16,93	15,78	15,39	14,28	13,87
Sudeste	29,07	26,59	25,79	23,63	22,58
Goiás	9,91	10,59	11,56	12,17	13,42
Mato Grosso	10,47	12,50	12,39	15,55	15,55
Centro-Oeste	20,38	23,08	24,01	27,78	29,04
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA B.2.

TABELA B.2.2 - ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COMO PROPORÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA, DOS ESTADOS SELECIONADOS, 1940-1975 (%)

ESTADOS	1940	1950	1960	1970	1975
Paraná	31,33	40,25	57,05	73,29	78,95
Sta.Catarina	50,66	55,41	61,98	73,19	72,61
Rio Grande do Sul	72,44	78,21	76,76	84,37	84,40
São Paulo	74,95	76,68	77,87	82,36	83,75
Minas Gerais	57,01	62,39	65,29	71,55	76,22
Goiás	30,53	38,29	44,97	55,73	67,45
Mato Grosso	16,81	23,56	25,15	37,15	40,75

FONTE: TABELAS B1 E B2.

TABELA B.2.3 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DOS ESTADOS SELECIONADOS EM RELAÇÃO À ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS DAS REGIÕES, 1940-1975 (%)

ESTADOS	1940	1950	1960	1970	1975
Paraná	19,81	22,68	29,20	32,17	33,85
Sta.Catarina	15,41	15,01	15,26	15,45	14,97
Rio Grande do Sul	64,78	62,31	55,54	52,38	51,18
Sul	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
São Paulo	32,33	30,79	29,96	29,38	28,50
Minas Gerais	58,25	59,34	59,50	60,44	61,43
Outros	9,42	9,87	10,54	10,18	10,07
Sudeste	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Goiás	48,63	45,87	48,14	43,80	46,23
Mato Grosso	51,37	54,13	51,63	56,00	53,57
D.F.	-	-	0,23	0,20	0,20
Centro-Oeste	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA B.2

TABELA B.2.4 - VARIAÇÃO PERCENTUAL INTER-CENSITÁRIA DA ÁREA TOTAL
 DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR ESTADOS
 E REGIÕES SEÇIONADOS, 1940-1975.

ESTADOS	50/40	60/50	70/60	75/70
Paraná	28,47	41,73	28,46	7,72
Sta.Catarina	9,38	11,86	18,09	(0,80)
Rio Grande do Sul	7,96	(1,86)	9,92	0,04
Sul	12,24	10,09	16,58	2,38
São Paulo	2,30	1,56	5,73	1,69
Minas Gerais	9,43	4,66	9,57	6,53
Sudeste	7,43	4,38	7,86	4,83
Goiás	25,43	17,44	23,91	21,03
Mato Grosso	40,13	6,73	47,73	9,68
Centro-Oeste	32,98	11,91	36,21	14,65

FONTE: TABELA B.2

TABELA B.3 - ÁREA EXPLORADA COM AGROPECUÁRIA (LAVOURAS + PASTAGENS), EM ESTADOS E REGIÕES SELECIONADOS, 1940-1975 (ha)

ESTADOS	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Paraná	2 807 852	3 606 804	6 134 999	9 228 316	11 645 233
Santa Catarina	2 288 901	2 497 225	2 986 350	3 799 661	4 025 686
Rio Grande do Sul	15 885 044	17 118 868	17 249 655	19 613 159	19 997 038
Sul	20 981 797	23 222 897	26 371 004	32 641 132	35 667 957
São Paulo	10 648 399	12 905 568	14 639 845	16 199 308	19 073 430
Minas Gerais	21 572 118	25 864 269	29 543 847	33 258 592	42 050 481
Sudeste	35 178 856	42 018 826	48 423 049	54 351 679	67 172 196
Goiás	14 192 224	16 047 663	20 156 648	25 421 352	31 409 007
Mato Grosso	14 807 441	20 522 142	22 971 378	32 342 052	33 710 482
Centro-Oeste	28 999 665	36 569 805	43 216 513	57 886 274	65 131 013

FONTE: FIBGE - CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS DE 1940, 1950, 1960 E 1970.
FIBGE - SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO, VOLUME 14, BRASIL, 1975.

¹A ÁREA DE PASTAGENS, AINDA NÃO DISPENSÁVEL, FOI ESTIMADA SEGUNDO A EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE SUPORTE DO REBANHO EXISTENTE EM 1975.

TABELA B.3.1 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA EXPLORADA COM AGROPECUÁRIA (LAVOURAS + PASTAGENS) EM ESTADOS E REGIÕES SELECIONADOS, 1940-1975 (%)

ESTADO	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Paraná	2,62	2,85	4,06	4,91	5,26
Sta.Catarina	2,14	1,97	1,98	2,02	1,82
Rio Grande do Sul	14,85	13,51	11,42	10,43	9,03
Sul	19,61	18,32	17,46	17,35	16,11
São Paulo	9,95	10,18	9,69	8,61	8,61
Minas Gerais	20,17	20,41	19,56	17,68	18,99
Sudeste	32,88	33,16	32,06	28,89	30,34
Goiás	13,27	12,66	13,34	13,51	14,19
Mato Grosso	13,84	16,19	15,21	17,19	15,23
Centro-Oeste	27,10	28,86	28,61	30,77	29,42
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA B.3.

¹CF. TABELA B.3.

TABELA B.3.2 - ÁREA EXPLORADA C/AGROPECUÁRIA (LAVOURAS + PASTAGENS)
 COMO PROPORÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA DOS ESTADOS SELE-
 CIONADOS 1940-1975 (%)

ESTADOS	1940	1950	1960	1970	1975
Paraná	14,07	18,07	30,74	46,24	58,36
Sta.Catarina	23,85	26,02	31,11	39,59	41,94
Rio Grande do Sul	56,29	60,67	61,13	69,50	70,87
São Paulo	42,95	52,06	59,06	65,35	76,94
Minas Gerais	36,74	44,05	50,32	56,64	71,62
Goiás	22,10	24,99	31,39	39,59	48,92
Mato Grosso	12,02	16,66	18,65	26,26	27,37

FONTE: TABELAS B.1 E B.3

¹CF. TABELA B.3

TABELA B.3.3 - ÁREA EXPLORADA (LAVOURAS + PASTAGENS) COMO PROPORÇÃO DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 1940-1975 (%)

ESTADOS	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Paraná	44,91	44,90	53,89	63,10	73,92
Sta.Catarina	47,07	46,96	50,20	54,09	57,76
Rio Grande do Sul	77,71	77,57	79,64	82,38	83,96
São Paulo	57,31	67,90	75,84	79,35	91,87
Minas Gerais	64,44	70,60	77,06	79,17	93,96
Goiás	72,40	65,27	69,80	71,04	72,52
Mato Grosso	71,51	70,73	74,17	70,69	67,18

FONTE: TABELAS B.2 E B.3

¹CF. TABELA B.3

TABELA B.3.4 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA EXPLORADA (LAVOURA + PASTAGENS)
DOS ESTADOS SELECIONADOS EM RELAÇÃO À ÁREA EXPLORADA
DAS REGIÕES, 1940-1975 (%)

ESTADOS	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Paraná	13,38	15,53	23,26	28,27	32,65
Sta. Catarina	10,91	10,75	11,32	11,64	11,29
Rio Grande do Sul	75,71	73,72	65,42	60,09	56,06
Sul	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
São Paulo	30,27	30,71	30,23	29,80	28,39
Minas Gerais	61,32	61,55	61,01	61,19	62,60
Outros	8,41	7,74	8,76	9,01	9,01
Sudeste	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Goiás	48,94	43,88	46,64	43,92	48,22
Mato Grosso	51,06	56,12	53,15	55,87	51,76
D.F.	-	-	0,21	0,21	0,20
Centro-Oeste	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA B.3

¹CF. TABELA B.3

TABELA B.3.5 - VARIACÃO PERCENTUAL INTER-CENSITÁRIA DA ÁREA EXPLO-
RADA (LAVOURAS + PASTAGENS), POR ESTADOS E REGIÕES
SELECIONADOS, 1940-1975.

ESTADOS	50/40	60/50	70/60	75/70 ¹
Paraná	28,45	70,10	50,42	26,19
Sta. Catarina	9,10	19,59	27,23	5,95
Rio Grande do Sul	7,77	0,76	13,70	1,96
Sul	10,68	13,56	23,78	9,27
São Paulo	21,20	13,44	10,65	17,74
Minas Gerais	19,90	14,23	12,57	26,43
Sudeste	19,44	15,24	12,24	23,59
Goiás	13,07	25,60	26,12	23,55
Mato Grosso	38,59	11,93	40,79	4,23
Centro-Oeste	26,10	18,18	33,94	12,52

FONTE: TABELA B.3

¹Conforme Tabela B.3.

TABELA B.4 - ÁREA DE LAVOURAS (TEMPORÁRIAS + PERMANENTES), EM ESTADOS E REGIÕES SELECIONADOS, 1940-1975 (ha)

ESTADOS	1940	1950	1960	1970	1975
Paraná	764 370	1 358 222	3 440 971	4 718 606	5 545 233
Santa Catarina	470 948	669 653	993 335	1 331 676	1 425 686
Rio Grande do Sul	1 700 431	2 502 691	3 709 781	4 978 173	5 897 038
Sul	2 935 749	4 530 566	8 144 087	11 028 463	12 867 957
São Paulo	4 319 804	4 257 633	4 768 233	4 735 925	5 073 430
Minas Gerais	2 836 598	2 937 126	3 599 155	3 542 326	3 850 481
Sudeste	8 482 184	8 447 903	10 042 241	9 612 403	10 172 195
Goiás	352 667	464 942	988 554	1 636 170	2 409 007
Mato Grosso	374 295	143 330	373 737	753 749	1 710 482
Centro-Oeste	726 962	608 272	1 365 879	2 402 926	4 131 013

FONTE: FIBGE - CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS DE 1940, 1950, 1960 E 1970.
 FIBGE - SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO. VOLUME 14, BRASIL, 1975.

TABELA B.4.1 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DE LAVOURAS (TEMPORÁRIAS + PERMANENTES), EM ESTADOS E REGIÕES SELECIONADOS, 1940 - 1975 (%)

ESTADO	1940	1950	1960	1970	1975
Paraná	4,06	7,11	11,98	13,88	14,29
Sta.Catarina	2,50	3,51	3,46	3,92	3,67
Rio Grande do Sul	9,03	13,11	12,92	14,65	15,20
Sul	15,59	23,73	28,36	32,45	33,16
São Paulo	22,93	22,30	16,61	13,94	13,07
Minas Gerais	15,06	15,38	12,54	10,42	9,92
Sudeste	45,03	44,24	34,98	28,28	26,21
Goiãs	1,87	2,43	3,44	4,81	6,21
Mato Grosso	1,99	0,75	1,30	2,22	4,41
Centro-Oeste	3,86	3,19	4,76	7,07	10,65
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA B.4.

TABELA B.4.2 - ÁREA DE LAVOURAS (TEMPORÁRIAS + PERMANENTES) COMO PROPORÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA DOS ESTADOS SELECIONADOS, 1940-1975 (%).

ESTADOS	1940	1950	1960	1970	1975
Paraná	3,83	6,81	17,24	23,65	27,79
Sta.Catarina	4,91	6,98	10,35	13,87	14,85
Rio Grande do Sul	6,03	8,87	13,15	17,64	20,90
São Paulo	17,43	17,17	19,23	19,10	20,47
Minas Gerais	4,83	5,00	6,13	6,03	6,56
Goiás	0,55	0,72	1,54	2,55	3,75
Mato Grosso	0,30	0,12	0,30	0,61	1,39

FONTE: TABELAS B.1 E B.4.

TABELA B.4.3 - ÁREA DE LAVOURAS (TEMPORÁRIAS + PERMANENTES) COMO PROPORÇÃO DA ÁREA DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DOS ESTADOS SELECIONADOS, 1940-1975 (%)

ESTADO	1940	1950	1960	1970	1975
Paraná	12,23	16,91	30,22	32,26	35,20
Sta.Catarina	9,69	12,59	16,70	18,96	20,46
Rio Grande do Sul	8,32	11,34	17,13	20,91	24,76
São Paulo	23,25	22,40	24,70	23,20	24,44
Minas Gerais	8,47	8,02	9,39	8,43	8,60
Goiás	1,80	1,89	3,42	4,57	5,56
Mato Grosso	1,81	0,49	1,21	1,65	3,41

FONTE: TABELAS B.4 E B.2

TABELA B.4.4 - ÁREA DE LAVOURAS (TEMPORÁRIAS + PERMANENTES) COMO PROPORÇÃO DA ÁREA EXPLORADA (LAVOURA + PASTAGEM), DOS ESTADOS SELECIONADOS, 1940-1975 (%)

ESTADOS	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Paraná	27,22	37,66	56,09	51,13	47,62
Sta. Catarina	20,58	26,82	33,26	35,05	35,41
Rio Grande do Sul	10,70	14,62	21,51	25,38	29,49
São Paulo	40,57	32,99	32,57	29,24	26,60
Minas Gerais	13,15	11,36	12,18	10,65	9,16
Goiás	2,48	2,90	4,90	6,44	7,67
Mato Grosso	2,53	0,70	1,63	2,33	5,07

FONTE: TABELAS B.4 E B.3

¹CF. TABELA B.3

TABELA B.4.5 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DE LAVOURAS (TEMPORÁRIAS + PERMANENTES) DOS ESTADOS SELECIONADOS EM RELAÇÃO A ÁREA DE LAVOURAS DAS REGIÕES, 1940-1975 (%)

ESTADOS	1940	1950	1960	1970	1975
Paraná	26,04	29,98	42,25	42,79	43,09
Sta.Catarina	16,04	14,78	12,20	12,07	11,08
Rio Grande do Sul	57,92	55,24	45,55	45,14	45,83
Sul	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
São Paulo	50,93	50,40	47,48	49,27	49,88
Minas Gerais	33,44	34,77	35,84	36,85	37,85
Outros	15,63	14,83	16,68	13,88	12,27
Sudeste	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Goiás	48,51	76,44	72,37	68,09	58,32
Mato Grosso	51,49	23,56	27,36	31,37	41,41
Distrito Federal	-	-	0,27	0,54	0,27
Centro-Oeste	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA B.4

TABELA B.4.6 - VARIACÃO PERCENTUAL INTER-CENSITÁRIA DA ÁREA DE LAVOURAS (TEMPORÁRIO + PERMANENTES), POR ESTADOS E REGIÕES SELECIONADOS, 1940-1975.

ESTADOS	50/40	60/50	70/60	75/70
Paraná	77,69	153,34	37,13	17,52
Sta.Catarina	42,19	48,34	34,06	7,06
Rio Grande do Sul	47,18	48,23	34,19	18,46
Sul	54,32	79,76	35,42	16,68
São Paulo	(1,44)	11,99	(0,68)	7,13
Minas Gerais	3,54	22,54	(1,58)	8,70
Sudeste	(0,40)	18,87	(4,29)	5,82
Goiás	31,84	112,62	65,51	47,23
Mato Grosso	(61,71)	160,75	101,68	126,93
Centro-Oeste	(16,33)	124,55	75,93	71,92

FONTE: TABELA B.4

TABELA B.5 - ÁREA DE PASTAGENS, EM ESTADOS E REGIÕES SELECIONADOS,
1940-1975 (ha)

ESTADOS	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Paraná	2 043 482	2 248 582	2 694 028	4 509 710	6 100 000
Santa Catarina	1 817 953	1 827 572	1 993 015	2 467 985	2 600 000
Rio Grande do Sul	14 184 613	14 616 177	13 539 874	14 634 986	14 100 000
Sul	18 046 048	18 692 331	18 226 917	21 612 679	22 800 000
São Paulo	6 328 595	8 647 935	9 871 612	11 463 383	14 000 000
Minas Gerais	18 735 520	22 927 143	25 944 692	29 716 266	38 200 000
Sudeste	26 696 672	33 570 923	38 380 808	44 739 276	57 000 000
Goiás	13 839 557	15 582 721	19 168 094	23 785 182	29 000 000
Mato Grosso	14 433 146	20 378 812	22 597 641	31 588 303	32 000 000
Centro-Oeste	28 272 703	35 961 533	41 850 634	55 983 348	61 000 000

FONTE: FIBGE - CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS DE 1940, 1950, 1960 E 1970.
FIBGE - SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO. VOLUME 14, BRASIL, 1975.

¹A ÁREA DE PASTAGENS, AINDA NÃO DIPENSÁVEL FOI ESTIMADA SEGUNDO A EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE SUPORTE E DO REBANHO EXISTENTE EM 1975.

TABELA B.5.1 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DE PASTAGENS, EM ESTADOS E REGIÕES SELECIONADAS, 1940-1975 (%)

ESTADO	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Paraná	2,32	2,10	2,20	2,93	3,34
Sta.Catarina	2,06	1,70	1,63	1,60	1,42
Rio Grande do Sul	16,09	13,58	11,07	9,49	7,72
Sul	20,47	17,37	14,90	14,02	12,49
São Paulo	7,18	8,03	8,07	7,44	7,67
Minas Gerais	21,26	21,30	21,21	19,28	20,92
Sudeste	30,29	31,19	31,37	29,03	31,22
Goiás	15,70	14,48	15,67	15,43	15,88
Mato Grosso	16,37	18,93	18,47	20,49	17,52
Centro-Oeste	32,08	33,41	34,21	36,00	33,41
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA B.5

¹CF. TABELA B.5.

TABELA B.5.2 - ÁREA DE PASTAGEM COMO PROPORÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA
DOS ESTADOS SELECIONADOS, 1940-1975 (%)

ESTADOS	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Paraná	10,24	11,27	13,50	22,60	30,57
Sta.Catarina	18,94	19,04	20,76	25,71	27,09
Rio Grande do Sul	50,27	51,80	47,98	51,86	49,97
São Paulo	25,53	34,89	39,82	46,24	56,47
Minas Gerais	31,91	39,05	44,19	50,61	65,06
Goiás	21,55	24,27	29,85	37,04	45,16
Mato Grosso	11,72	16,55	18,35	25,65	25,98

FONTE: TABELAS B.1 E B.5

¹CF. TABELA B.5

TABELA B.5.3 - ÁREA DE PASTAGEM COMO PROPORÇÃO DA ÁREA DE ESTABE-
LECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DOS ESTADOS SELECIONADOS
1940-1975 (%)

ESTADOS	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Paraná	32,68	27,99	23,66	30,83	38,72
Sta.Catarina	37,39	34,36	33,50	35,13	37,31
Rio Grande do Sul	69,39	66,23	62,51	61,47	59,20
São Paulo	34,06	45,50	51,14	56,15	67,43
Minas Gerais	55,97	62,59	67,67	70,79	85,36
Goiás	70,60	63,38	66,38	66,47	66,96
Mato Grosso	69,70	70,23	72,97	69,09	63,77

FONTE: TABELAS B.5 E B.2

¹CF. TABELA B.5

TABELA B.5.4 - ÁREA DE PASTAGEM COMO PROPORÇÃO DA ÁREA EXPLORADA
(LAVOURAS + PASTAGENS) DOS ESTADOS SELECIONADOS,
1940-1975 (%)

ESTADOS	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Paraná	72,78	62,34	43,91	48,87	52,38
Sta. Catarina	79,42	73,18	66,74	64,95	64,59
Rio Grande do Sul	89,30	85,38	78,49	74,62	70,51
São Paulo	59,43	67,01	67,43	70,76	73,40
Minas Gerais	86,85	88,64	87,82	89,35	90,84
Goiás	97,52	97,10	95,10	93,56	92,33
Mato Grosso	97,47	99,30	98,37	97,67	94,93

FONTE: TABELAS B.5 E B.3

¹CF. TABELA B.3

TABELA B.5.5 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DE PASTAGEM DOS ESTADOS SELECIONADOS EM RELAÇÃO À ÁREA DE PASTAGEM DAS REGIÕES, 1940-1975 (%)

ESTADOS	1940	1950	1960	1970	1975 ¹
Paraná	11,32	12,03	14,78	20,87	26,75
Sta.Catarina	10,07	9,78	10,93	11,42	11,40
Rio Grande do Sul	78,61	78,19	74,29	67,71	61,84
Sul	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
São Paulo	23,71	25,76	25,72	25,62	24,56
Minas Gerais	70,18	68,29	67,60	66,42	67,02
Outros	6,11	5,95	6,68	7,96	8,42
Sudeste	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Goiás	48,95	43,33	45,80	42,87	47,54
Mato Grosso	51,05	56,67	54,00	56,93	52,46
D.F.	-	-	0,20	0,20	-
Centro-Oeste	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA B.5

¹CF. TABELA B.5

TABELA B.5.6 - VARIAÇÃO PERCENTUAL INTER-CENSITÁRIA DA ÁREA DE PASTAGENS, POR ESTADOS E REGIÕES SELECIONADOS, 1940-1975

ESTADOS	50/40	60/50	70/60	75/70 ¹
Paraná	10,04	19,81	67,40	35,26
Sta.Catarina	0,53	9,05	23,93	5,35
Rio Grande do Sul	3,04	(7,36)	8,09	(3,66)
Sul	3,58	(2,49)	18,57	5,49
São Paulo	36,65	14,15	16,12	22,13
Minas Gerais	22,37	13,16	14,54	28,55
Sudeste	25,75	14,33	16,57	27,40
Goiás	12,60	23,01	24,09	21,92
Mato Grosso	41,19	10,89	39,79	1,30
Centro-Oeste	27,20	16,38	32,57	9,94

FONTE: TABELA B.5

¹CF. TABELA B.5

TABELA B.6 - REBANHO BOVINO, EM ESTADOS E REGIÕES SELECIONADOS,
1940-1975.

(em cabeças)

ESTADOS	1940	1950	1960	1970	1975
Paraná	469 053	795 821	1 665 698	4 692 677	6 566 653
Santa Catarina	734 389	914 377	1 201 993	1 955 228	2 227 267
Rio Grande do Sul	7 460 705	8 617 587	8 810 312	12 305 119	12 627 347
Sul	8 664 147	10 327 785	11 678 003	18 953 024	21 481 267
São Paulo	3 174 453	5 721 977	7 131 024	9 110 633	11 347 536
Minas Gerais	7 768 245	9 790 100	11 963 902	15 140 297	19 903 458
Sudeste	11 962 442	16 803 492	21 039 830	26 845 044	34 992 788
Goiás	2 975 305	3 373 540	4 862 782	7 792 839	12 631 927
Mato Grosso	2 136 278	3 442 599	5 653 642	9 428 840	11 760 855
Centro-Oeste	5 111 583	6 816 139	10 532 835	17 252 084	24 432 876

FONTE: FIBGE - CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS DE 1940, 1950, 1960 E 1970.
FIBGE - SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO. VOLUME 14, BRASIL, 1975.

TABELA B.6.1 - DISTRIBUIÇÃO DO REBANHO BOVINO EM ESTADOS E REGIÕES SELECIONADAS, 1940-1975. (%)

ESTADO	1940	1950	1960	1970	1975
Paraná	1,36	1,78	2,97	5,97	6,51
Sta.Catarina	2,14	2,05	2,14	2,49	2,21
Rio Grande do Sul	21,69	19,32	15,72	15,66	12,52
Sul	25,19	23,16	20,84	24,12	21,24
São Paulo	9,23	12,83	12,72	11,60	11,25
Minas Gerais	22,59	21,95	21,35	19,27	19,74
Sudeste	34,78	37,68	37,54	34,17	34,70
Goiás	8,65	7,56	8,68	9,92	12,53
Mato Grosso	6,21	7,72	10,09	12,00	11,66
Centro-Oeste	14,86	15,28	18,79	21,96	24,23
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA B.6.

TABELA B.6.2 - DISTRIBUIÇÃO DO REBANHO BOVINO DOS ESTADOS, SELECIONADOS EM RELAÇÃO AO REBANHO BOVINO DAS REGIÕES, 1940-1975 (%)

ESTADOS	1940	1950	1960	1970	1975
Paraná	5,41	7,71	14,26	24,76	30,65
Sta.Catarina	8,48	8,85	10,29	10,32	10,40
Rio Grande do Sul	86,11	83,44	75,45	64,92	58,95
Sul	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
São Paulo	26,54	34,05	33,89	33,94	32,43
Minas Gerais	64,94	58,26	56,86	56,40	56,88
Outros	8,52	7,69	9,25	9,66	10,69
Sudeste	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Goiás	58,21	49,49	46,17	45,17	51,70
Mato Grosso	41,79	50,51	53,68	54,65	48,14
Distrito Federal	-	-	0,15	0,18	0,16
Centro-Oeste	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA B.6

TABELA B.6.3 - VARIAÇÃO PERCENTUAL INTERCENSITÁRIA DO REBANHO BOVINO, POR ESTADOS E REGIÕES SELECIONADOS, 1940-1975

ESTADOS	50/40	60/50	70/60	75/70
Paraná	69,67	109,31	191,72	39,93
Santa Catarina	24,51	31,45	62,67	13,91
R. Grande do Sul	15,51	2,24	39,67	2,62
Sul	19,20	13,07	62,30	13,02
São Paulo	80,25	24,63	27,76	24,55
Minas Gerais	26,03	22,20	26,55	31,46
Sudeste	40,47	25,21	27,59	30,35
Goiás	13,38	44,14	60,25	62,10
Mato Grosso	61,15	64,23	66,77	24,73
C. Oeste	33,35	54,53	63,79	41,62

FONTE: TABELA B.6.

TABELAS REFERENTES AO CAPÍTULO IV

TABELA I - ESTADOS - ABATE DE BOVINOS, 1947-1971

ANOS	CABEÇAS ABATIDAS (1.000)							
	ESTADOS							BR
	PR	SC	RS	SP	MG	GO	MT	
1947	112	107	947	1.565	534	146	166	5.204
1948	135	112	986	1.732	632	188	205	5.829
1949	147	121	981	1.877	598	179	204	6.023
1950	169	129	984	1.807	597	165	187	5.965
1951	171	136	1.092	1.908	702	229	204	6.452
1952	203	140	1.164	1.654	599	153	179	6.003
1953	217	136	1.263	1.732	632	146	159	6.245
1954	215	144	1.151	1.818	648	146	162	6.171
1955	215	146	1.045	1.814	652	155	187	6.031
1956	225	146	1.115	2.049	704	221	189	6.574
1957	248	149	1.041	2.274	782	252	191	7.033
1958	279	166	1.175	2.603	846	304	211	7.857
1959	294	178	1.052	2.541	883	334	189	7.783
1960	288	173	897	2.321	914	362	194	7.207
1961	293	175	1.003	2.303	847	304	177	7.141
1962	299	180	1.002	2.183	822	264	179	6.989
1963	321	181	1.000	2.091	864	279	186	7.065
1964	330	181	978	2.283	951	354	216	7.523
1965	364	179	1.165	2.250	901	363	232	7.843
1966	372	182	1.169	1.886	834	341	260	7.608
1967	450	199	1.032	2.015	915	383	296	7.810
1968	474	216	1.229	2.318	1.010	440	315	8.732
1969	522	221	1.257	2.536	1.207	552	354	9.480
1970	559	230	1.167	2.563	1.191	581	440	9.560
1971	596	230	1.251	2.329	1.168	502	457	9.284

FONTE: IBGE - ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS - 1947 - 1971.

TABELA A - EFETIVO DO REBANHO BOVINO ESTADOS

ANOS	(Nº de Cabeças)							
	PR	SC	RS	SP	MG	GO	MT	BR
1950	795.821	914.377	8.617.587	5.721.977	9.790.100	3.373.540	3.442.599	44.600.159
1960	1.665.698	1.201.993	8.810.312	7.131.024	11.963.902	4.862.782	5.653.642	56.041.307
1970	4.692.677	1.955.228	12.305.119	9.110.633	15.140.297	7.792.839	9.428.840	78.562.250
1975	6.566.653	2.227.267	12.627.347	11.347.536	19.903.468	12.631.927	11.760.855	100.833.919

FONTE: FIBGE- CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS DE 1950, 1960 e 1970.
 FIBGE- SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO, VOLUME 14 - BRASIL - 1975.

TABELA B - REGIÕES - EFETIVOS DO REBANHO BOVINO

ANOS	(Nº de Cabeças)					
	S	SE	N	NE	CO	BR
1950	10.327.785	16.803.492	1.020.305	9.632.438	6.816.139	44.600.159
1960	11.678.003	21.039.830	1.234.882	11.555.757	10.532.835	56.041.307
1970	18.953.024	26.845.044	1.706.177	13.805.921	17.252.084	78.562.250
1975	21.421.267	34.992.788	2.097.329	17.889.659	24.432.876	100.833.919

FONTE: FIBGE- CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS DE 1950, 1960 e 1970.
 FIBGE- SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO, VOLUME 14 - BRASIL - 1975.

TABELA C - REGIÕES - ABATE DE BOVINOS - MÉDIAS TRIENAIS

(1.000 cabeças)

ANOS	S	SE	N	NE	CO	BR
47/49	1.216	2.833	111	1.161	363	5.684
60/62	1.437	3.768	125	1.283	499	7.112
67/69	1.867	4.050	241	1.696	817	8.671
69/71	2.011	4.330	267	1.836	998	9.441

FONTE: TABELA V

TABELA D - REGIÕES - PRODUÇÃO DE CARNE - MÉDIAS TRIENAIS

(Toneladas)

ANOS	S	SE	N	NE	CO	BR
47/49	190.246	470.727	15.560	166.337	45.406	888.276
60/62	235.074	661.000	19.039	199.574	76.315	1.191.002
67/69	310.487	733.759	38.748	276.827	137.939	1.497.760
69/71	343.808	786.077	42.631	303.689	167.166	1.643.372

FONTE: TABELA VI

TABELA E - REGIÕES - PRODUÇÃO DE LEITE - MÉDIAS TRIENAIS

(1.000 Litros)

ANOS	S	SE	N	NE	CO	BR
49/51	312.134	1.706.097	7.974	281.733	95.261	2.403.199
60/62	803.972	3.327.568	15.368	545.464	396.112	5.088.484
67/69	1.402.844	4.133.826	34.692	821.726	489.388	6.882.475
69/71	1.456.828	4.287.936	30.891	799.950	514.164	7.089.768
73/74*	1.913.097	4.516.327	38.297	886.276	794.131	8.148.126
75/77	2.600.010	5.316.345	47.698	1.133.280	1.030.205	10.127.538

FONTE: TABELA IV

*1973/74 - São médias bienais para compatibilização com os demais dados.

TABELA F - ESTADOS - ABATE DE BOVINOS - MÉDIAS TRIENAIS

(1.000 cabeças)

ANOS	PR	SC	RS	SP	MG	GO	MT	BR
47/49	131	113	972	1.725	588	171	192	5.685
60/62	293	177	967	2.269	861	310	183	7.112
67/69	482	212	1.173	2.290	1.044	458	322	8.674
69/71	559	227	1.225	2.476	1.189	545	417	9.441

FONTE: TABELA I

TABELA G - ESTADOS - PRODUÇÃO DE CARNE - MÉDIAS TRIENAIS

(Toneladas)

ANOS	PR	SC	RS	SP	MG	GO	MT	BR
47/49	21.557	18.042	150.647	292.881	93.178	21.867	23.540	888.776
60/62	49.098	29.572	156.404	409.488	139.314	44.870	30.396	1.191.002
67/69	84.676	38.447	187.364	426.904	173.731	76.306	54.906	1.497.761
69/71	100.874	40.507	202.428	462.990	198.709	91.743	69.552	1.643.372

FONTE: TABELAS II

TABELA H - ESTADOS - PRODUÇÃO DE LEITE - MÉDIAS TRIENAIS

(1.000 Litros)

ANOS	PR	SC	RS	SP	MG	GO	MT	BR
49/51	37.492	90.983	183.992	536.639	1.026.127	83.309	11.952	2.403.199
60/62	202.115	213.319	388.538	1.252.556	1.680.252	338.221	55.297	5.088.484
67/69	455.690	294.001	644.306	1.383.640	2.287.756	393.273	89.188	6.882.475
69/71	471.904	308.118	667.959	1.399.673	2.409.175	392.031	115.081	7.089.768
73/74	557.463	343.177	1.012.458	1.326.873	2.585.118	656.293	135.249	8.148.126
75/77	658.949	446.420	1.494.641	1.586.171	3.052.338	847.476	179.384	10.127.538

FONTE: TABELAS III

TABELA I (i) - POPULAÇÃO URBANA DOS ESTADOS SELECIONADOS

(1.000 habitantes)

ANOS	PR	SC	RS	SP	MG	GO	MT	BR
1950	528	363	1.422	4.804	2.323	246	178	18.783
1960	1.328	695	2.446	8.150	3.965	599	364	32.005
1970	2.504	1.246	3.553	14.276	6.060	1.237	684	52.085
1975*	3.202	1.574	4.252	17.808	7.351	2.387	880	64.091

FONTE: FIBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - CENSOS DEMOGRÁFICOS DOS ANOS DE 1950/60/70

*FIBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - SINOPSE ESTATÍSTICA DO BRASIL - 1977

TABELA J - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO URBANA DO PAÍS

(1.000 habitantes)

ANOS	SUL	SE	NE	CO	BR
1950	2.313	10.720	4.744	424	18.782
1960	4.469	17.819	7.681	1.053	32.005
1970	7.435	29.347	11.981	2.494	52.905
1975*	9.027,5	35.497,3	14.291,7	3.266,7	64.090,5

FONTE: FIBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - CENSO DEMOGRÁFICO DO BRASIL - 1950/60/70

FIBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - SINOPSE ESTATÍSTICA DO BRASIL - 1977.

TABELA II - ESTADOS - PRODUÇÃO DE CARNE, 1947-1971

ANOS	PRODUÇÃO DE CARNE (t)							
	ESTADOS							BR
	PR	SC	RS	SP	MG	GO	MT	
1947	19.714	16.790	143.654	253.463	87.038	19.625	21.237	799.871
1948	21.374	17.750	149.588	305.153	95.818	22.564	24.042	910.292
1949	23.582	19.586	158.699	319.727	96.679	23.411	25.340	954.664
1950	28.438	21.049	149.237	321.574	97.011	22.108	23.185	955.956
1951	29.589	21.739	165.736	322.782	106.980	27.759	25.129	1.002.765
1952	35.144	21.449	170.662	314.687	95.861	21.613	22.746	974.620
1953	37.656	21.645	174.137	309.253	99.342	20.699	20.637	984.813
1954	37.580	23.337	168.953	331.512	104.451	20.322	21.602	1.003.411
1955	37.750	23.676	155.305	332.696	104.732	22.313	26.149	992.432
1956	37.781	24.151	163.209	372.354	114.501	30.891	25.820	1.076.825
1957	40.849	24.453	161.106	405.343	121.930	35.988	28.101	1.156.545
1958	45.564	26.953	187.049	460.446	126.520	41.172	31.386	1.285.159
1959	47.385	28.061	168.755	431.306	133.879	48.021	29.855	1.261.076
1960	46.408	28.024	149.462	411.541	149.509	51.107	30.628	1.196.842
1961	47.461	28.524	160.788	416.940	135.269	43.209	30.317	1.192.888
1962	53.425	32.167	158.962	399.983	133.164	40.294	30.243	1.183.275
1963	56.805	32.826	157.826	378.202	138.434	45.423	31.578	1.191.969
1964	57.770	33.364	154.981	411.020	151.158	54.256	37.650	1.259.426
1965	62.770	32.940	168.391	413.266	147.708	55.390	38.999	1.312.119
1966	64.510	32.828	181.721	354.276	139.366	55.481	44.601	1.295.826
1967	78.050	35.908	165.062	380.643	154.919	62.961	50.494	1.348.840
1968	82.985	39.348	191.879	433.090	165.601	73.944	54.161	1.506.905
1969	92.992	40.086	205.152	466.979	200.673	92.014	60.062	1.637.537
1970	100.964	40.842	197.502	486.537	198.240	96.960	68.700	1.663.587
1971	108.666	40.592	204.629	435.453	197.214	86.255	79.893	1.628.991

FONTE: IBGE - ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS - 1947/1971

TABELA III - ESTADOS - PRODUÇÃO DE LEITE, 1949-1977.

ANOS	QUANTIDADE PRODUZIDA (1.000 litros)							BR
	E S T A D O S							
	PR	SC	RS	SP	MG	GO	MT	
1949	33.569	86.565	173.333	500.511	1.007.346	77.540	10.546	2.304.600
1950	38.475	92.355	183.626	546.076	1.018.791	83.285	12.347	2.419.766
1951	40.432	94.030	195.018	563.329	1.052.245	89.102	12.964	2.485.232
1952	63.552	106.167	258.020	763.528	1.137.781	208.432	16.620	3.074.644
1953	82.187	114.314	301.524	880.123	1.232.103	144.173	26.740	3.367.186
1954	100.111	112.566	328.933	977.029	1.286.320	154.825	37.762	3.621.828
1955	116.258	128.734	339.478	1.056.515	1.363.969	176.726	44.514	3.866.407
1956	123.952	140.048	364.923	1.092.123	1.428.291	201.387	38.334	4.114.750
1957	146.935	147.509	351.226	1.134.846	1.444.205	232.724	36.320	4.274.492
1958	161.756	184.921	380.330	1.173.309	1.506.638	258.871	37.470	4.464.672
1959	168.354	202.963	381.912	1.182.799	1.550.588	302.456	40.897	4.648.106
1960	187.032	212.554	381.222	1.205.325	1.621.640	327.782	47.789	4.899.816
1961	205.964	215.425	388.187	1.245.439	1.608.186	335.964	56.101	5.070.204
1962	213.348	211.979	396.206	1.306.904	1.810.929	350.917	62.002	5.295.433
1963	229.009	225.125	438.353	1.275.650	1.806.771	367.636	62.446	5.383.387
1964	296.117	262.718	531.538	1.429.780	1.878.680	405.232	74.026	6.419.541
1965	370.079	266.756	608.820	1.440.288	2.163.522	409.499	77.437	6.571.151
1966	419.158	287.084	623.277	1.423.594	2.199.353	410.020	77.907	6.688.497
1967	419.262	284.562	621.060	1.406.913	2.211.320	401.570	77.581	6.703.443
1968	492.614	299.238	659.442	1.361.177	2.301.825	392.614	88.951	6.909.350
1969	455.193	298.202	652.415	1.382.831	2.350.124	385.636	101.033	7.034.633
1970	460.257	318.217	686.252	1.399.172	2.435.052	392.550	107.345	7.125.242
1971	500.261	307.935	665.209	1.417.017	2.442.349	397.908	136.864	7.109.430
1972	520.305	287.516	639.517	1.406.630	2.432.508	380.243	129.198	7.141.607
1973	523.493	331.423	889.131	1.314.529	2.415.266	530.433	127.182	7.536.536
1974	591.432	354.930	1.135.784	1.339.217	2.754.969	782.152	143.316	8.759.716
1975	629.695	461.764	1.363.622	1.511.854	2.991.896	823.606	154.054	9.711.553
1976	645.248	434.104	1.548.529	1.604.833	3.054.427	843.043	182.215	10.201.992
1977	701.903	443.393	1.571.772	1.641.825	3.110.692	875.778	201.884	10.469.065

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA - 1947 a 1970 - SUBSETOR PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS - SUPLAN - MA.
1971 a 1977 - ETEA - MA.

TABELA IV - PRODUÇÃO DE LEITE REGIONAL (1.000 litros), 1949 - 1977

ANOS	S	SE	N	NE	CO	BR
1949	292.467	1.641.717	6.771	275.559	88.086	2.304.600
1950	314.456	1.713.958	8.376	287.344	95.632	2.419.766
1951	329.480	1.762.615	8.774	282.297	102.066	2.485.232
1952	427.739	2.083.201	10.114	328.538	225.052	3.074.644
1953	498.025	2.332.444	8.171	357.633	170.913	3.367.186
1954	541.610	2.494.637	8.572	384.423	192.587	3.621.829
1955	584.470	2.642.974	8.922	408.801	221.240	3.866.407
1956	628.923	2.763.123	9.764	473.219	239.721	4.114.750
1957	645.670	2.846.186	10.214	503.378	269.044	4.274.492
1958	727.007	2.973.480	10.893	456.951	296.341	4.464.672
1959	753.229	3.053.114	11.869	486.541	343.353	4.648.106
1960	780.808	3.190.769	14.316	538.352	375.571	4.899.816
1961	809.576	3.306.600	15.901	542.172	395.955	5.070.204
1962	821.533	3.485.334	15.888	555.869	416.809	5.295.433
1963	892.487	3.452.068	17.533	587.505	433.794	5.383.387
1964	1.087.400	3.900.737	22.694	676.855	461.855	6.149.541
1965	1.254.655	5.054.954	23.151	757.855	489.536	6.571.151
1966	1.329.519	4.078.021	27.830	764.099	489.027	6.688.496
1967	1.324.884	4.058.028	34.096	806.151	480.284	6.703.443
1968	1.451.294	4.121.494	34.174	819.673	482.715	6.909.350
1969	1.432.353	4.221.957	35.806	839.353	505.164	7.034.633
1970	1.464.726	4.319.631	30.218	809.572	501.095	7.125.242
1971	1.473.405	4.322.219	26.650	750.924	536.232	7.109.430
1972	1.447.338	4.373.036	34.087	776.205	510.941	7.141.607
1973	1.744.047	4.277.642	35.422	819.718	659.707	7.536.536
1974	2.082.146	4.755.011	41.171	952.834	928.554	8.759.716
1975	2.455.081	5.169.423	44.226	1.062.016	980.812	9.711.558
1976	2.627.881	5.371.825	46.722	1.127.015	1.028.549	10.201.992
1977	2.717.068	5.407.787	52.147	1.210.809	1.081.254	10.469.065

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA - 1947 a 1970 - SUBSETOR PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS - SUPLAN-MA.
1971 a 1977 - ETEA - MA.

TABELA V - REGIÕES - ABATE DE BOVINOS, 1947-1971

ANOS	(1.000 Cabeças)					
	CO	S	SE	NE	N	BR*
1947	312	1.166	2.547	1.074	105	5.204
1948	393	1.233	2.900	1.190	110	5.826
1949	383	1.249	3.052	1.219	120	6.023
1950	352	1.282	3.015	1.209	105	5.963
1951	433	1.399	3.189	1.321	110	6.452
1952	332	1.507	2.824	1.241	98	6.002
1953	305	1.616	2.965	1.254	105	6.245
1954	308	1.510	3.098	1.154	102	6.171
1955	342	1.406	3.116	1.067	96	6.027
1956	410	1.486	3.458	1.119	98	6.571
1957	443	1.438	3.855	1.195	104	7.035
1958	515	1.620	4.253	1.347	116	7.851
1959	523	1.524	4.240	1.374	122	7.783
1960	556	1.358	3.914	1.263	116	7.207
1961	491	1.471	3.826	1.227	126	7.141
1962	451	1.481	3.563	1.360	134	6.989
1963	471	1.502	3.529	1.416	147	7.065
1964	580	1.489	3.876	1.431	147	7.523
1965	602	1.708	3.815	1.528	190	7.843
1966	610	1.723	3.392	1.665	218	7.608
1967	729	1.681	3.548	1.635	217	7.810
1968	775	1.919	4.092	1.690	247	8.723
1969	946	2.000	4.510	1.764	260	9.480
1970	1.061	1.956	4.407	1.867	269	9.560
1971**	986	2.077	4.073	1.876	272	9.284

FONTE: SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA - 1947 a 1970

* Dados obtidos através da soma dos Estados

** IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1974.

TABELA VI - REGIÕES - PRODUÇÃO DE CARNE

(Toneladas)

ANOS	S	SE	N	NE	CO	BR*
1947	180.158	409.569	14.681	154.601	40.862	799.871
1948	188.712	488.798	15.571	170.605	46.606	910.292
1949	201.867	513.813	16.429	173.804	48.751	954.664
1950	198.724	524.063	14.577	173.299	45.293	955.956
1951	217.064	531.355	15.466	185.992	52.888	1.002.765
1952	227.255	514.205	13.213	175.588	44.359	974.620
1953	233.438	518.432	14.657	176.951	41.336	984.813
1954	229.870	554.508	14.329	162.780	41.924	1.003.411
1955	216.731	559.573	13.492	154.174	48.462	992.432
1956	225.141	617.843	14.005	163.125	56.711	1.076.825
1957	226.318	669.270	15.126	181.742	64.089	1.156.545
1958	259.566	729.078	17.028	206.929	72.558	1.285.159
1959	244.201	711.937	18.472	208.590	77.876	1.261.076
1960	223.894	682.699	17.144	191.370	81.735	1.196.842
1961	236.773	673.378	18.765	188.626	75.346	1.197.888
1962	244.554	626.923	21.207	218.726	71.865	1.183.275
1963	247.457	616.747	22.931	226.834	78.000	1.191.969
1964	246.115	670.576	22.918	226.208	93.609	1.259.426
1965	264.101	677.045	30.089	245.393	95.491	1.312.119
1966	279.059	616.261	34.061	265.047	101.398	1.295.826
1967	279.020	650.776	34.684	262.127	122.233	1.348.840
1968	314.212	742.601	39.571	277.574	132.947	1.506.905
1969	338.230	807.901	41.989	290.780	158.637	1.637.537
1970	339.308	804.586	42.743	304.830	172.120	1.663.587
**1971	353.887	745.743	43.162	315.457	170.742	1.628.991

FONTE: SUPLAN - MA - SINOPSE ESTATÍSTICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA - 1947 a 1970

* Dados obtidos através da soma dos Estados

** IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1974.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ. Contribuição ao diagnóstico da agropecuária paranaense. Curitiba, 1969. 1 v.
02. BANCO DO BRASIL. CACEX. Brasil exportação: 1972 - 1977. Rio de Janeiro, 1973 - 1978. 6 v.
03. BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária. Mercado nacional da carne e produtos derivados. Brasília, 1973.
04. BRASIL. Ministério da Agricultura. Produção agrícola 1971. Brasília, 1973. 57 p.
05. _____. Produção agrícola 1972. Brasília, 1973.
06. BRASIL. Ministério da Agricultura. SUPLAN. Sinópsse estatística da agricultura brasileira 1947 a 1970: subsetor lavouras. Brasília, 1972.
07. _____. _____: subsetor produção animal e derivados. Brasília, 1972. 5 v.
08. BRASIL. Ministério da Agricultura. SUPLAN/EAPA. Agricultura brasileira: agregações para o subsetor lavouras, 1947 a 1971. Brasília, 1973.
09. _____. A pecuária na agricultura brasileira. s.n.t. 43 f.
10. CASTRO, Antonio Barros de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitaria, 1975. v. 1
11. CENTRO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO PARANÁ. Exportações paranaenses. Curitiba, 1979.
12. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARANÁ. O Paraná e a economia pecuária. Curitiba, 1964. 2 v.
13. ESTADO e tendência da agricultura paulista. Agricultura em São Paulo, São Paulo, 10(5/6): 1-61, maio/jun. 1963.
14. FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ. Estudo da pecuária de corte paranaense. Curitiba, 1975.
15. FUNDAÇÃO IBGE. Anuário estatístico do Brasil: 1947 - 1975. Rio de Janeiro, 1948 - 1976.
16. _____. Censo agrícola do Brasil 1950. Rio de Janeiro, 1956.
17. _____. Censo agrícola do Brasil 1960. Rio de Janeiro, 1970.
18. _____. Censo agropecuário Brasil 1970. Rio de Janeiro, 1975.
19. _____. Censo demográfico Brasil 1950. Rio de Janeiro, 1956.
20. _____. Censo demográfico de 1960 Brasil. Rio de Janeiro, 1960.

21. FUNDAÇÃO IBGE. Censo demográfico Brasil 1970. Rio de Janeiro, 1973.
22. _____. Sinópsese estatística do Brasil 1977. Rio de Janeiro, 1978.
23. _____. Sinópsese preliminar do censo agropecuário Brasil 1975. Rio de Janeiro, 1975.
24. FUNDAÇÃO IPARDES. Estudo de integração dos polos agroindustriais do Paraná: revisto e atualizado. Curitiba, 1977. v.2: Perfil do setor agroindustrial ate 1985.
25. _____. Subsídios ao diagnóstico sócio-econômico do Paraná: indústria e agricultura análise preliminar. Curitiba, 1978. v. 2
25. A INDÚSTRIA do café em São Paulo. Agricultura em São Paulo, São Paulo, 8(93):3-86, mar. 1961.
26. LESSA, C. 15 anos de política econômica. Campinas, UNICAMP, 1975.
27. LIMA FILHO, Abel de. Caracterização da oferta de crédito rural à pecuária de corte. São Paulo, IEA, 1975. 58 f. IEA/2
28. MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975. 161 p.
29. PAIVA, R.M. Problemas da agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1954. 122 p.
30. _____. Retorno da agricultura de São Paulo para as Zonas Velhas; fator imprescindível para o desenvolvimento econômico do país. Agricultura em São Paulo, São Paulo, 7(9):1-22, set. 1960.
31. RANGEL, I. Características de integração das economias regionais. Revista do BNDE, 5(2):43-71, jul./dez. 1968.
32. SERVILHA, W. A agricultura e acumulação de capital no Brasil. Belo Horizonte, 1977. Dissertação de mestrado apresentada ao CEDEPLAR. mimeo.
33. SINGER, Paul. Dinâmica populacional e desenvolvimento. São Paulo, CEBRAP, 1970. 251 p.
34. VON DOELLINGER, Carlos et alii. Transformação da estrutura das exportações brasileiras 1964-70. Rio de Janeiro, IPEA.INPES, 1973. 268 p. (Relatorio de Pesquisa, 14)

FUNDAÇÃO IPARDES (Órgão vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento)

DIRETORIA EXECUTIVA

RUY NEVES RIBAS - Diretor Presidente

AUGUSTO CESAR DE CAMARGO FAYET - Coordenador Técnico

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO ESTUDO

CLAUS MAGNO GERMER - Engenheiro Agrônomo (Coordenador)

NELCI MAINARDES - Economista

NILSON MACIEL DE PAULA - Economista

SÉRGIO WIRBISKI - Economista